Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana



cadernos de ESTUDOS SOCIAIS

Volume 32
Número 1
Jan.-jun. 2017

cadernos de ESTUDOS SOCIAIS

Recife, v. 32, n. 1, janeiro/junho, 2017
ISSN 0102-4248

2017, Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Pesquisas Sociais
Todos os direitos reservados, proibida a reprodução por meios eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco e Diretoria de Pesquisas Sociais
Tiragem: 300 exemplares (circulação restrita)

Diretoria de Pesquisa Sociais, Fundação Joaquim Nabuco
Rua Dois Irmãos, 92 – Apipucos – CEP 52071-440 – Recife – Pernambuco - Brasil
PABX (81) 3073-6464 - Caixa Postal 1595
http: www.fundaj.gov.br
E-mail: pesquisa@fundaj.gov.br

Capa: Aline Maya | Tikinet
Diagramação eletrônica: Karina Vizeu Winkaler e Julia Ahmed | Tikinet

Pede-se permuta | On demande l'echange | We ask for exchange | Pidese permute | Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch | Intershangho dezirata

Cadernos de Estudos Sociais. Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Pesquisas Sociais – v. 1, n. 1, 1985 – Recife: Fundaj, 1985 -

Semestral
ISSN 0102-4248
1. Ciências Sociais – Periódicos. I. Fundação Joaquim Nabuco.

CDU 3:061.6(05)



PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Luiz Otávio Cavalcanti

DIRETOR DA DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS
Alexandrina Sobreira de Moura

EQUIPE EDITORIAL
Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa
Diogo Henrique Helal
Patrícia Maria Uchoa Simões

CONSELHO EDITORIAL CES – 2017

Alba Maria Zaluar – Instituto de Estudos Sociais e Políticos/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Bartolomeu Medeiros – Universidade Federal de Pernambuco

Edna Castro – Universidade Federal do Pará

Frédéric Vandenberghe – Instituto de Estudos Sociais e Políticos/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Héctor Ricardo Leis – Universidade Federal de Santa Catarina

Inaiá Carvalho – Centro de Recursos Humanos/Universidade Federal da Bahia

Ivan Targino – Universidade Federal da Paraíba

Jane Beltrão – Universidade Federal do Pará

João Pacheco de Oliveira – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

João Policarpo R. Lima – Programa de Pós-Graduação em Economia/Universidade Federal de Pernambuco

José Batista Neto – Centro de Educação/Universidade Federal de Pernambuco

Kathya Roxana Araujo Kakiuchi – Instituto de Humanidades de la Universidad Academia de Humanismo Cristiano de Chile

Marcus André Barreto Campelo de Melo – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/ Universidade Federal de Pernambuco

Maria de Nazareth Baudel Wanderley – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal de Pernambuco

Marion Aubrée – Le Centre d'Etudes Interdisciplinaires des Faits Religieux/L'École des Hautes Études en Sciences Sociales

Paulo Henrique Martins – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal de Pernambuco

Silke Weber – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal de Pernambuco

Tania Bacelar de Araújo – Consultoria Econômica e Planejamento

REVISÃO

André da Cunha Melo

Esta revista é indexada por: Índice de Ciências Sociais, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1987: CLASE-Citas Latino-Americanas em Ciências Sociales y Humanidades, Universidad Nacional Autônoma de México, México, D.F., 1986; Library of Congress, accessions list, Brazil: anual list of serials, Rio de Janeiro: The Office, 1976.

Os conceitos emitidos em artigos são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Sumário

NOTA DOS EDITORES 7
Beatriz Mesquita Pedrosa
Diogo Henrique Helal
Patrícia Maria Uchôa Simões

ARTIGOS

SENTIDO DA COLONIZAÇÃO E ESCRAVISMO: BREVE RELATO SOBRE A OBRA HISTORIOGRÁFICA DE CAIO PRADO JÚNIOR 9
Carlos Henrique Gileno

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO SOB O OLHAR DO ESTUDANTE BRASILEIRO..... 25
Ana Lúcia Hazin Alencar
Cleide de Fátima Galiza de Oliveira

FEMINISMO E CELEBRIDADES NO SISTEMA CAPITALISTA..... 55
Isaac Matheus Santos Batista
Maria Alice Vasconcelos Rocha
Priscila Samanta Santos Silva

CASA DO ARTESANATO JOSÉ MONTEIRO SOBRAL: CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM LARANJEIRAS (SE)..... 71
Janaina Cardoso de Mello

DA FEIRA DE RUA AO MODA CENTER SANTA CRUZ: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO HÍBRIDO E A PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS 95
Elisabeth Cavalcante dos Santos
Luísa Juventino do Nascimento

Nota dos editores

É com satisfação que recebemos a missão de editorar e dar continuidade ao processo de renovação da Revista Cadernos de Estudos Sociais (CES). Agradecemos aos editores que nos antecederam — Patrícia Bandeira de Melo, Joanildo Burity e Isolda Belo — pelo construtivo trabalho realizado nos últimos anos que solidificou os processos de submissão e avaliação por pares com a utilização do sistema SEER.

O número que trazemos conta com cinco artigos, edição de temas livres, que abordam questões importantes na atualidade para as ciências humanas. No primeiro texto, Carlos Henrique Gileno nos remete à obra de Caio Prado Júnior e revela as particularidades da formação histórico-social e econômica ao longo dos séculos. Em *Sentido da colonização e escravismo: breve relato sobre a obra historiográfica de Caio Prado Júnior*, percebe-se que o sentido da colonização e o escravismo compreendem um processo de longa duração, onde passado, presente e futuro se interpenetram. Em seu artigo, Gileno descreve aspectos da obra do autor que nortearam as argumentações de intelectuais e políticos sobre a modernização da sociedade após os anos 30 do século XX. A presença negativa da escravidão teria impedido o desenvolvimento cultural e dos valores democráticos no país, discussão muito pertinente na atualidade brasileira.

Dando segmento à discussão sobre desenvolvimento no Brasil, Cleide de Fátima Galiza de Oliveira e Ana Lúcia Hazin Alencar discutem o *Programa Mais Educação sob o olhar do estudante brasileiro*. Esse artigo analisa o objetivo do PME de ampliar a jornada escolar e realizar, nos contraturnos, atividades culturais, esportivas e outras. Mais tempo na escola requer mais infraestrutura e melhores condições dos espaços para o seu desenvolvimento, apesar de benefícios realçados quanto ao desempenho escolar, disciplina e sociabilidade, mostrando a relevância das variáveis tempo e espaço para a melhoria da educação no país. As autoras acreditam que tais variáveis cumprem sua função apenas quando em harmonia com as necessidades de seus usuários.

Em *Feminismo e celebridades no sistema capitalista*, Isaac Matheus Santos Batista, Maria Alice Vasconcelos Rocha e Priscila Samanta Santos Silva discutem qual a participação do feminismo na cultura das celebridades dentro do sistema capitalista contemporâneo, mostrando que o que era antes um tabu no meio do entretenimento agora tem se tornado um discurso para as massas e que o feminismo se tornou um meio de agregar valor às

imagens públicas dos famosos da mídia, tornando-se uma das fontes de lucro para a indústria musical e de altos salários para as celebridades que agenciam o feminismo através de suas personas.

No quarto artigo, Janaína Cardoso de Mello, em *Casa do Artesanato José Monteiro Sobral: cultura e políticas públicas em Laranjeiras (SE)*, discute políticas públicas voltadas à cultura, no município já citado. A partir de um estudo de caso com artesãos da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral, o artigo explora como tal local consegue garantir a proteção do patrimônio imaterial e o exercício da uma economia da cultura. Os resultados da pesquisa indicaram que apesar de os artesãos perceberem retornos econômicos positivos associados à sua presença na Casa do Artesanato, vários problemas se fazem presentes, notadamente os referentes às condições do próprio ambiente de produção e comercialização das peças artesanais.

Finalmente, o artigo *Da feira de rua ao Moda Center Santa Cruz: a construção de um espaço híbrido e a percepção dos atores locais*, de Luísa Juventino do Nascimento e Elisabeth Cavalcante dos Santos, busca compreender a percepção dos atores locais sobre a transição da feira de rua de Santa Cruz do Capibaribe para o Moda Center Santa Cruz, caracterizando os elementos modernos e tradicionais que compõem esse espaço híbrido. Os resultados da pesquisa indicaram que os elementos modernos predominantes se referem à infraestrutura da feira, à busca por melhor atendimento ao cliente e por qualidade dos produtos, ao uso de tecnologias para divulgar produtos e ampliar cartela de clientes, entre outros. De outra parte, os elementos tradicionais identificados são aqueles associados à aprendizagem oral entre gerações no ambiente de trabalho, aos laços de amizade existentes entre os donos de boxes e à importância atribuída à confiança nas relações sociais entre os sujeitos.

Agradecemos aos pareceristas *ad hoc*, responsáveis pela avaliação dos artigos que compõem esta edição, e a André da Cunha Melo pelo inestimável apoio na revisão linguística dos textos e apoio no processo editorial.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Beatriz Mesquita Pedrosa
Diogo Henrique Helal
Patrícia Maria Uchôa Simões
Editores da Revista Cadernos de Estudos Sociais

SENTIDO DA COLONIZAÇÃO E ESCRAVISMO: BREVE RELATO SOBRE A OBRA HISTORIOGRÁFICA DE CAIO PRADO JÚNIOR[1]

Carlos Henrique Gileno

Professor Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara. E-mail: rosangela@fclar.unesp.br.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo descrever alguns aspectos da obra historiográfica do pensador Caio Prado Júnior (1907-1990), os quais estão inseridos nas controvérsias teóricas e práticas que nortearam as argumentações de intelectuais e políticos sobre a modernização da sociedade após os anos 30 do século XX. Metodologicamente, consideramos essencial a descrição histórica do período assinalado e a contextualização do debate entre Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre referente à influência da escravidão na formação da sociedade brasileira. Em suma, a formulação teórica do autor de Formação do Brasil Contemporâneo sobre o sentido da colonização e do escravismo inaugurou uma tradição de interpretação ao demonstrar alguns dos entraves à consolidação da cidadania democrática. A retomada daquela tradição é fundamental para a elaboração de uma agenda cultural, social e política no país hodierno, onde os entraves à modernização material e ao acesso à modernidade consubstanciada no acesso amplo aos direitos civis e políticos ainda é motivo essencial de discussão nas universidades e nos movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: *Caio Prado Júnior. Pensamento Político e Social no Brasil. Sentido da colonização. Escravidão.*

ABSTRACT

The present article aims to describe some historiographical aspects of the work of author Caio Prado Júnior (1907-1990), that are part of theoretical and practical controversies that guided the arguments of intellectuals and politicians about the modernization of society after the 1930's. The historical description of the period as well as the contextualization of the debate between

1. Trabalho submetido em 18/06/17 e aprovado em 12/09/17. Para citar este artigo: GILENO, C. H. Sentido da colonização e escravismo: breve relato sobre a obra historiográfica de Caio Prado Júnior. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.32, n. 1, p. 01-16, jan/jul, 2017. Disponível em: < http://periodicos.fundaj.gov.br/index. php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

Caio Prado Júnior and Gilberto Freyre regarding the influence of slavery on the formation of Brazilian society was considered essential methodologically. The theoretical formulation of the author of Formation of Contemporary Brazil, *about the meaning of colonization and of slavery, inaugurated a tradition of interpretation, demonstrating some of the obstacles to the consolidation of democratic citizenship. The resumption of that tradition is fundamental for the elaboration of a cultural, social and political agenda in this country nowadays, where the obstacles to material improvement and access to modernity, embodied in the broad access to civil and political rights, is still an essential topic of discussion at universities and within social movements.*

KEYWORDS: *Caio Prado Júnior. Political and social thinking in Brazil. Sense of colonization. Slavery.*

RESUMEN

El presente artículo objetiva describir algunos aspectos de la obra historiográfica del pensador Caio Prado Júnior (1907-1990), los cuales están insertos en las controversias teóricas y prácticas que guiaron las argumentaciones de intelectuales y políticos sobre la modernización de la sociedad después de los años 30 del siglo XX. Metodológicamente consideramos esencial la descripción histórica del período señalado y la contextualización del debate entre Caio Prado Júnior y Gilberto Freyre, referente a la influencia de la esclavitud en la formación de la sociedad brasileña. En suma, la formulación teórica del autor de la Formación del Brasil Contemporáneo *sobre el sentido de la colonización y del esclavismo, inauguró una tradición de interpretación al demostrar algunos de los obstáculos a la consolidación de la ciudadanía democrática. La retomada de esa tradición es fundamental para la elaboración de una agenda cultural, social y política en el país, donde los obstáculos a la modernización material y al acceso a la modernidad, consubstanciada en el amplio acceso a los derechos civiles y políticos, sigue siendo motivo esencial de discusión en las universidades y en los movimientos sociales.*

PALABRAS CLAVE: *Caio Prado Júnior. Pensamiento político y social en Brasil. Sentido de la colonización. Esclavitud.*

INTRODUÇÃO

O sistema colonial que vigorou entre o renascimento italiano e a Revolução Francesa estava adstrito à acumulação primitiva de capital efetuada nos territórios do Velho Mundo. O exclusivo metropolitano, a política mercantilista, as expansões ultramarinas e a aplicação do trabalho compulsório nas colônias eram partes do extenso processo de dinamização das economias centrais europeias. Nessa conjuntura, a escravidão moderna

se constituiu em um elemento primordial para o desenvolvimento da industrialização durante o século XVIII[2].

Os debates na Assembleia Constituinte de 1823 revelavam que o sentido da colonização ainda impunha limites ao desenvolvimento do processo de modernização do Brasil independente: a manutenção do escravismo e do monopólio da propriedade territorial patenteava a conservação interna das relações e estruturas coloniais em um contexto de profundas mudanças econômicas, institucionais e políticas. A Monarquia Constitucional Parlamentar, símbolo da modernidade do recém-formado Estado-Nação, defrontou-se com a necessidade premente de formular projetos de futuro que viabilizassem a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a organização da estrutura de poder institucional.

As propostas referentes à abolição gradual da escravatura apresentadas por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), na aludida assembleia, demonstravam que aqueles projetos fundariam o epicentro das discussões concernentes à modernização nacional do século XIX[3]. À vista disso, mesmo após a abolição jurídica da escravidão, a plena constituição dos direitos civis e políticos da maioria da população brasileira foi impossibilitada devido à sua herança. Assim, a reconstrução do passado colonial e imperial seria o foco dos estudos historiográficos da primeira metade do século passado.

O intelectual e político Caio da Silva Prado Júnior (1907-1990) interpretou a formação da sociedade brasileira amparado pelo método dialético-marxista, procedimento que distinguiu as suas ideias do fundamento culturalista presente na obra **Casa Grande & Senzala** (1933) de Gilberto Freyre (1900-1987) - influência do eminente antropólogo norte-americano Franz Uri Boas (1858-1942) - e da análise weberiana de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) contida em **Raízes do Brasil** (1936).

Título da introdução de **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942), **o Sentido da Colonização** é o conceito historiográfico que ancorou a crítica de

2. Sobre esse assunto consultar NOVAIS, Fernando (1995). *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Editora Hucitec, p. 97-8; MARX, Karl (1988). A assim chamada acumulação primitiva de capital. In: *O Capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, p. 275-80 e PRADO JÚNIOR, Caio (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, p. 268 e seguintes.
3. Sobre esse assunto consultar DOLHNIKOFF, Miriam (Org.) (1998). *José Bonifácio de Andrada e Silva*: projetos para o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

Caio Prado Júnior em relação à formação da sociedade brasileira: No livro, o autor explanou o período colonial; entretanto, pretendia desdobrar o exame da história do Brasil do Império até as três primeiras décadas republicanas do século XX, tarefa que não foi levada a cabo (LAPA, 1999, p. 261).

Ora, em **Formação do Brasil Contemporâneo**, Caio Prado Júnior localizou de forma teórica no início da colonização portuguesa - um processo que reitera contradições pretéritas e que ocasiona desigualdades culturais, econômicas, sociais e políticas na cíclica história nacional. Na última parte do nomeado livro, intitulada **Vida Social**, o historiador paulistano indicou a presença negativa da escravidão que impediu - pelo seu atributo de instituição total - o desenvolvimento cultural e dos valores democráticos no país.

> [...] para Caio Prado, a escravidão teria sido a única estrutura histórica organizada na sociedade colonial e com tudo o mais se alinhando em seu entorno. O período de escravidão até o século 19 determinou a organização do trabalho e da vida, a economia, a política e a cultura; também produziu todo um universo de valores, ideias, padrões, doutrinas, modos de ser, agir e pensar [...] (DIEHL, 2011, p. 349-50).

O intuito deste artigo é elencar brevemente aspectos essenciais da teoria historiográfica de Caio Prado Júnior, na qual o sentido da colonização e o escravismo compreendem um processo de longa duração, onde passado, presente e futuro se interpenetram.

A DÉCADA DOS 30: CONSERVAÇÃO E MUDANÇA

Para descrever alguns aspectos da obra historiográfica de Caio Prado Júnior é pertinente mencionar a efervescência cultural, política e social sucedida no Brasil após a revolução de outubro de 1930, resultado de um processo que se iniciou na Proclamação da República (1889) e adentrou a década dos 20[4]. As primeiras manifestações de mudança começaram no emblemático ano de 1922: o clientelismo, o latifúndio, o patrimonialismo, o formalismo acadêmico e outras heranças sociopolíticas e culturais começaram a receber o impacto de novas concepções e propostas (IANNI, 1994, p. 24).

4. "[...] o movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, porque na História não há dessas coisas" (CANDIDO, 1984, p. 27).

A instabilidade sociopolítica do pacto oligárquico, a emergência da incipiente industrialização, a organização do nascente proletariado urbano e a crise do capitalismo mundial ocorrida em 1929 suscitaram a contestação da hegemonia da burguesia cafeeira. Na década dos 20, e mesmo antes[5], impôs-se o desafio de repensar a questão nacional à luz das transformações oriundas da abolição da escravidão e da derrocada da Monarquia Constitucional Parlamentar.

> É já na República que iremos encontrar análises complexas sobre a organização política e social brasileira, primeiro com as publicações de Alberto Torres e, na década de 20, com algumas das mais importantes investigações de Oliveira Vianna e Gilberto Freire. Agora adquirem preeminência os temas relativos à formação histórica do país, as inter-relações entre sua estrutura econômica e social e sua estrutura política, os problemas de oligarquização política, seus condicionantes e efeitos, o jogo das raças, o conflito potencial entre elas e o tipo de organização provável em país como o Brasil, a função do Estado, os limites do privatismo e a definição da legitimidade do poder público. Enfim, durante, sobretudo a década de 20 elabora-se complexa e extensa agenda de problemas [...] É essa agenda que irá capturar a formação de uma nova geração de analistas, cujos ensaios e investigações surgirão em grande quantidade após a revolução de 1930 (SANTOS, 1978, p. 37).

As apreciações sobre o Brasil formuladas nos anos 30 tiveram as suas origens nas polêmicas originadas em décadas anteriores. Contudo, "[...] a Revolução de 30 parece ter provocado uma espécie de precipitação das potencialidades das crises e controvérsias herdadas do passado" (IANNI, 1994, p. 27). De fato, havia ebulição cultural nas ciências e nas artes: simultaneamente às mudanças ocorridas na realidade material e política, a intelectualidade nacional buscava novas formas de sentir, de expressar e de (re) interpretar-se.

Até o primeiro quartel do século XX, as principais teorias jurídicas, econômicas, sociológicas e políticas foram elaboradas pelas faculdades de Direito de São Paulo, Olinda e Recife. Nesse contexto, os problemas do país eram equacionados sem a ajuda de instituições especializadas

5. O problema da questão nacional foi equacionado nos escritos de Tobias Barreto (1839-1889), Silvio Romero (1851-1914), Tavares Bastos (1839-1875), José Veríssimo (1857-1916), Joaquim Nabuco (1849-1910), Machado de Assis (1839-1908), Lima Barreto (1881-1922), Euclides da Cunha (1886-1909), Graça Aranha (1868-1931), Alberto Torres (1865-1917), entre muitos outros.

que propiciassem a produção e a divulgação dos conhecimentos sociais (SANTOS, 1978, p. 21-22). Na década dos 30, a instituição da **Escola de Sociologia e Política** (1933), da **Universidade de São Paulo** (1934) e da **Universidade do Distrito Federal** (1935), todas governamentais, procuravam valorizar o saber "técnico-científico" para explicar os diversos fenômenos sociais e políticos que estavam emergindo: a industrialização, a organização da classe operária, a questão da cidadania e das raças, o sindicalismo e o paternalismo autoritário do Estado (IANNI, 1994, p. 88-89).

Naquela perspectiva política e social em mudança, artistas, escritores, intelectuais e políticos cogitaram novas proposições para o equacionamento da questão nacional. O campo das ciências sociais foi influenciado pelos estudos de natureza histórico-sociológica consignados nas interpretações de Oliveira Vianna (1883-1951), Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Nas outras esferas da cultura, o momento histórico igualmente favoreceu a criação artística e literária: surgem Mário de Andrade (1893-1945), Oswald de Andrade (1890-1954), Graciliano Ramos (1890-1945), Candido Portinari (1903-1962), Heitor Villa Lobos (1887-1959), entre outros. Não obstante, apesar das transformações assinaladas, o país estava carregado de relações pretéritas (NOGUEIRA, 1988, p. 96).

A afirmação lukacsiana de que "a vida reproduz sempre o velho, produz incessantemente o novo, a luta entre o velho e o novo penetra em todas as manifestações da vida" adquire sentido histórico no terceiro decênio do século XX no Brasil (LUKÁCS, 1970, p. 203). A revolução de 30 acompanhou as tendências da Independência e da República: foi realizada "pelo alto", sem agentes políticos e sociais que pudessem transformar as estruturas que prendiam a nação ao passado. A embrionária burguesia urbana e industrial era dependente da estrutura latifundiária e oligárquica ao necessitar dessa para afirmar-se no cenário político e efetuar a sua acumulação material.

Não foi possível viabilizar um sistema de poder independente dos interesses latifundiários, pois a grande propriedade ainda compunha a base da economia nacional. A dependência do setor urbano e industrial - apesar da grave crise política do sistema oligárquico impediu qualquer tipo de contestação que fosse capaz de romper o quadro institucional do período, levando os referidos setores a harmonizarem os seus interesses com a estrutura agrária (WEFFORT, 1966, p. 141).

Por outro lado, a fragmentação da economia cafeeira fomentou a crise da economia agroexportadora e permitiu a ascensão de setores agrários

menos ligados às atividades de exportação. Esses setores impulsionaram o processo de consolidação do capitalismo industrial no país, submetendo-o a um quadro de dependência em relação à estrutura agrária tradicional. O Estado foi o responsável pelo avanço material do país, visto que inexistia burguesia industrial que fosse capaz de assumir a frente do processo de modernização. Deveras, a harmonização da pauta entre o novo e o velho esteve presente no Estado: foi modernizador e autoritário, garantiu a industrialização ao mesmo tempo em que conciliou os seus interesses com os das elites agrárias; tal processo fez surgir sociedade civil incapaz de organizar os seus setores democraticamente.

> O velho sistema oligárquico de dominação acabará derrotado, mas não será substituído por um regime democrático, e sim por uma articulação elitista administrada por um Estado autoritário e corporativista que, através da violência e da cooptação, submeterá a sociedade a si e assumirá feições fortemente "bonapartistas". Em suma, a nova sociedade [...] terminará por alienar-se no Estado e entregar a ele a sua própria organização e direção. A República Nova prometida pelos revolucionários de 1930 irá se transfigurar no Estado Novo de 1937 (NOGUEIRA, 1988, p. 97).

Esse era um momento de conservação e mudança das estruturas administrativas, econômicas, institucionais, políticas e sociais. Inserido naquele cenário, Caio Prado Júnior percebeu a necessidade de revisitar teoricamente aspectos pretéritos que estavam presentes na sociedade brasileira. Ao refletir sobre o sentido da colonização e o legado do escravismo, o autor procurou construir um saber que pudesse acompanhar o processo de desenvolvimento econômico, político e social: *conditio sine qua non*[6] para a formulação de projetos de futuro.

INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA: O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

Em **Evolução Política do Brasil** (1933), Caio Prado Júnior demonstrou o método que orientaria as suas investigações sobre a formação política e social: a interpretação materialista da história (PRADO JÚNIOR, 1993, p. 7). Ao mobilizar aquela metodologia para analisar a nossa realidade,

6. Locução adjetiva da língua latina que significa "sem a qual não pode ser, indispensável, imprescindível".

apreendeu determinações gerais que nortearam o sentido da colonização, categoria teórica que projeta relações pretéritas e presentes. Segundo o historiador Fernando Antônio Novais, Caio Prado Júnior em **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942) reafirmou, ao final de cada capítulo, as teses veiculadas na **Introdução (O Sentido da Colonização):** esse sentido é a "chave para a compreensão do conjunto" das suas obras (NOVAIS, 1986, p. 16).

> No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes: depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu [...] É com tal objetivo, objetivo exterior voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país [...] (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 25-26).

A economia colonial estava submetida às carências do mercado internacional, abastecendo-o de produtos agrícolas e minerais de elevado valor. Nessas condições, não estava voltada para as exigências do mercado interno, mas para as necessidades do mercado exterior que precisava implantar no território recém-descoberto exploração agrícola em grande escala para atender ao ritmo de um processo histórico que consolidava a acumulação primitiva do capital no ocidente europeu.

A exploração agrícola em grande escala acompanhou os momentos da economia colonial, compreendendo a agricultura (açúcar, algodão e café), a mineração (ouro, diamantes), o extrativismo (pau-brasil, cacau, borracha, salsaparrilha, etc.). Essas atividades se organizaram em torno da grande propriedade monocultora composta por braços escravizados. São esses os elementos essenciais da organização econômica que, segundo Caio Prado Júnior, seguiram o país nos três séculos posteriores ao início da colonização: a grande propriedade escravocrata e reprodutora de um só produto, destinada a suprir o comércio europeu.

Entretanto, Caio Prado Júnior não se limitou a esboçar os elementos fundamentais que caracterizam o sentido da colonização; enunciou, antes de tudo, as mediações que tais elementos estabeleceram com a totalidade das nossas relações sociais, a saber: 1) concentração excessiva da riqueza que deixava a grande massa da população - na maioria escrava - em um

alto grau de penúria material e moral; 2) dependência política e econômica do País - mesmo depois de alcançar a condição de nação soberana - em relação à metrópole; 3) ínfimo nível técnico e cultural da colônia; 4) administração pública ineficiente feita de burocratas medíocres, etc. (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 87-93).

O autor, utilizando o conceito do sentido da colonização, pretendeu investigar a totalidade das relações políticas e sociais na forma de um desenvolvimento histórico movido pela contradição dialética consubstanciada na unicidade entre unidade e diferença (MARX, 1991, p. 16-23). Caio Prado Júnior, ao especificar os traços particulares que compõem a "evolução cíclica" da economia da colônia, não destruiu a unidade do real, pois o seu intuito era sublinhar os períodos histórico-sociais decisivos que fizeram parte da história concreta em que o universal - o sentido da colonização - se exprimiu.

> [...] O método do livro (*Formação do Brasil Contemporâneo*) é claramente de "elevar-se do abstrato ao concreto". Dessa forma, parte do que havia de mais abstrato na colônia, o sentido da colonização, e vai progressivamente se aproximando dessa unidade do diverso, totalidade, que é a vida colonial. Ou seja, num processo de síntese, vai reconstruindo o concreto colonial por etapas, até entendê-lo como totalidade (RICUPERO, 2007, p. 147).

É dentro dessa perspectiva metodológica que o autor de **Formação do Brasil Contemporâneo** procurou superar o nível fenomênico da realidade, quando formula um pensamento que teoricamente poderia acompanhar o movimento de conjunto da sociedade, ao conceber o desenvolvimento do processo histórico como uma unidade de contradições em movimento. Caio Prado Júnior revelou as formas assumidas pelos "ciclos" da economia brasileira e as suas mudanças no "tempo" e no "espaço" de acordo com a transformação de cada conjuntura mundial e dos recursos naturais disponíveis no território nacional.

> Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia brasileira [...] desbrava-se o solo e instala-se nele o aparelhamento material necessário; e com isto se organiza a produção. Não se sairá disto, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem: continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos materiais

> disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois abandona-se tudo em demandas de outras empresas, outras terras, novas perspectivas. O que fica para trás são restos, farrapos de uma humanidade em decomposição (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 123).

Fica evidente a dependência do Brasil em relação aos mercados externos. A prosperidade e a decadência do açúcar, dos centros mineradores e a ascensão da economia cafeeira são o resultado das variações das demandas do mercado internacional, impossibilitando uma organização econômica nacional que não estivesse vinculada aos interesses estrangeiros. Cada país "dependente, subordinado ou associado, se revela, mais uma vez, um subsistema altamente determinado pelos movimentos internacionais do grande capital" (IANNI, 1994, p. 57). Os "ciclos" da economia brasileira se modificam de acordo com as transformações que se dão na forma de acumulação capitalista, que passa de mercantilista a monopolista. O sentido da colonização revela as particularidades da formação histórico-social e econômica ao longo dos séculos, e produz o principal elemento estruturador da sociedade brasileira: a escravidão.

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: HERANÇA QUE IMPEDE A ORGANIZAÇÃO PLENA DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

A escravidão moderna nasceu com o estabelecimento da grande lavoura monocultora que necessitava de abundante mão de obra, quando quase todas as colônias dos trópicos recorreram à escravatura, adormecida desde o fim do Império Romano, para suprir a escassez da força de trabalho. Todavia, a escravidão moderna foi consequência de um contexto histórico particular: era categoria econômica fundamental para a consolidação do capitalismo comercial[7].

7. "La esclavitud directa es el fundamento de nuestro industrialismo actual, al igual que las máquinas, el crédito, etc. Sin esclavitud no tendríamos algodón, sin algodón no tendríamos industria moderna. Es la esclavitud lo que ha dado valor a las colonias; son las colonias las que han creado el comercio mundial; es el comercio el que constituye la condición necesaria de la gran industria mecanizada. Por ello, con anterioridad a la trata de negros, las colonias no proporcionaban al Viejo Mundo más que muy pocos produtos y no habían cambiado visiblemente la faz de la tierra. La esclavitud, pues, es una categoría económica de enorme importancia". Carta de Marx a Ánñenkov (28 de dezembro de 1846). In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl (1972). *Materiales para la Historia de America Latina*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, p. 152.

Na Antiguidade, a escravidão aparentava algo "natural" e "espontâneo", porquanto estava ligada àquela sociedade pela tradição, encaixando-se satisfatoriamente na "estrutura material e na fisionomia moral da sociedade antiga" (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 268)[8]. Outrossim, o intercâmbio cultural entre conquistadores e conquistados na Antiguidade era elevado. A escravização de povos antigos pelos romanos ofereceu a esses últimos a oportunidade de enriquecer a sua cultura, pois reuniram em Roma "[...] o que então havia de melhor e culturalmente mais elevado. Muito lhes deveu e muito deles aprendeu a civilização romana" (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 270).

Em contrapartida, a escravidão moderna não se prendia à tradição, atendendo somente as exigências do capitalismo mercantil ao proporcionar grandes lucros para os seus empreendedores; além disso, aquela escravidão despontou anacrônica: a Europa Ocidental já experimentava, desde o final do século XVIII, formas de trabalho mais afeitas às finalidades do capitalismo industrial. Podemos dizer que a escravidão moderna contrariava o desenvolvimento das bases materiais estabelecidas e os padrões morais que norteavam o ocidente europeu nos séculos em que ocorreu a exploração das terras de além-mar.

Não obstante, se no Velho Mundo a escravidão moderna prejudicou "os princípios e normas essenciais em que se fundava a sua cultura" (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 275), nas colônias americanas, provocou efeito mais funesto ao articular toda a estrutura da sociedade em função dos seus pressupostos. O africano foi apartado do seu continente para oferecer trabalho rudimentar numa grande lavoura que exigia mero esforço físico para a sua manutenção, sendo submetido ao trabalho "irracional" comandado pelo açoite do feitor.

Diferentemente do escravo antigo, o escravo moderno atuou "passivamente" na constituição cultural da colônia. O sentido da colonização – o fornecimento em grande escala dos recursos naturais da colônia para os mercados europeus - não formava empresas com caráter estável e duradouro que pudessem desenvolver tecnologia menos rústica, contudo, apenas

8. "A escravidão na Grécia ou em Roma seria como o salariado em nossos dias: embora discutida e seriamente contestada em sua legitimidade por alguns, aparece, contudo aos olhos do conjunto como qualquer coisa de fatal, necessário e insubstituível". PRADO JÚNIOR, Caio (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Livraria Martins, p. 268.

gerava o "mais simples esforço material" para retirar da colônia os recursos necessários para o amplo abastecimento dos mercados estrangeiros.

Segundo Caio Prado Júnior, a influência da cultura africana ou indígena para a formação política e social brasileira foi mínima, uma vez que o sentido da colonização inibiu a participação da cultura das etnias escravizadas na formação da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o escravo africano foi reduzido à penúria material e política ao adquirir as condições de "pária social" e "máquina de trabalho".

> Temos os elementos agora para concluirmos sobre a vida social da colônia, conclusões que nos darão o tom geral desta vida e o aspecto de conjunto que apresenta a obra da colonização portuguesa no Brasil. Observamos nos diferentes aspectos esse aglomerado heterogêneo de raças que a colonização reuniu aqui ao acaso, sem outro objetivo que realizar uma vasta empresa comercial, e para que contribuíram conforme as circunstâncias e as exigências daquela empresa, brancos europeus, negros africanos, indígenas do continente. Três raças e culturas largamente dispares, de que duas, semibárbaras em seu estado nativo, e cujas aptidões culturais originárias ainda se sufocaram, fornecerão o contingente maior; raças arrebanhadas pela força e incorporadas pela violência da colonização, sem que para isso lhes dispensasse o menor preparo e educação para o convívio em uma sociedade tão estranha para eles; cuja escola única foi quase sempre o eito e a senzala (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 340).

Caio Prado Júnior não considerou que o cativo fosse integralmente agente passivo da história, mas existe na sua análise a ideia de que o escravo é "[...] um ser socialmente degradado, pertencente a uma cultura e a um povo inferior, mais que inferiorizado [...]" (SOUZA, 2011, p. 196). Em **Formação do Brasil Contemporâneo**, o historiador paulistano polemizou com Gilberto Freyre ao afirmar que a escravidão doméstica - apesar da sua enorme importância para o entendimento das nuanças do sistema escravista - foi um espaço "[...] que canalizou para a vida brasileira a maior parte dos malefícios da escravidão. Do pouco que ela trouxe de favorável, também: a ternura e afetividade da mãe preta, e os saborosos quitutes da culinária afro-brasileira" (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 286). Em nota a esse raciocínio, Caio Prado Júnior mencionou o Mestre de Apipucos:

> Gilberto Freyre, na sua *Casa Grande & Senzala*, embora não faça expressamente a devida distinção entre esses dois setores diferentes do trabalho escravo, refere-se sobretudo e quase exclusivamente a este último [a escravidão

doméstica]. O subtítulo da sua obra, *formação da família brasileira*, e o objetivo principal que tem em mira o indicaram claramente (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 303).

O egrégio abolicionista Joaquim Nabuco (1849-1910) reconhecia que os africanos escravizados formaram a cultura do país[9]. Em contrapartida, Gilberto Freyre admitiu a participação do mestiço na constituição da cultura ao censurar o racismo científico que rejeitava a noção de que a sociedade abarcou positivamente o influxo cultural da miscigenação. Em **Casa Grande & Senzala** é essencial à compreensão do sentido da formação do povo elucidar as relações estabelecidas entre as etnias de acordo com a distinção entre raça e cultura elaborada por Franz Boas: "Foi o estudo de antropologia sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural [...]" (FREYRE, 1994, p. XLVII).

A disjunção teórica entre raça e cultura indica que Gilberto Freyre identificou a realidade antropológica, sociológica e política do povo. A sociedade brasileira é constituída pela mestiçagem decorrente das relações culturais e sociais estabelecidas entre a casa grande e os seus arredores. Nessa conjuntura, o autor pernambucano assinalou que a mestiçagem integrou os costumes, a religiosidade, a música, os hábitos sexuais, as festas e a culinária, refutando a concepção de Oliveira Vianna de que os "senhores arianos" do latifúndio dominaram culturalmente negros e mestiços (WEFFORT, 2006, p. 287)[10].

Por conseguinte, a análise de Gilberto Freyre do processo social e cultural da formação do país não considerou que a miscigenação isentou a sociedade brasileira do preconceito racial, sendo aquela sociedade contraditória pelos contatos culturais entre as etnias ao "[...] manifestar o racismo em determinadas circunstâncias, mas não aceita legitimá-lo; e, mesmo quando o pratica, manifesta, ao contrário, a propensão a combatê-lo" (WEFFORT, 2006, p. 288).

9. Sobre esse assunto consultar NABUCO, Joaquim (2000). **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha.

10. Sobre esse assunto consultar VIANNA, Oliveira (1987). **Instituições Políticas Brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década dos 30, o reconhecimento das lutas sociais por Caio Prado Júnior, da miscigenação por Gilberto Freyre, do patriarcalismo por Sérgio Buarque de Holanda e da influência do clã parental por Oliveira Vianna designava que a sociedade oligárquica em crise ainda impunha determinados padrões seculares de desenvolvimento material e cultural.

No referido debate com Gilberto Freyre referente à contribuição cultural das etnias escravizadas para a formação social do Brasil, Caio Prado Júnior sustentou a teoria da escravidão enquanto instituição impeditiva da futura organização cultural, econômica, intelectual e social dos libertos.

> Em decorrência, *pretos boçais* e *índios apáticos* só poderiam mesmo comprometer a economia e a sociedade aqui produzidas. O resultado da sua contribuição estaria na massa da população livre, comprimida entre senhores e escravos, composta pelos *desclassificados* de toda ordem, na verdade e no seu entender o grande ônus da sociedade colonial (LAPA, 1999, p. 268).

Conforme Caio Prado Júnior, a colônia estava dividida em duas classes bem distintas: uma que comandava a colonização nos seus mais diferentes setores, e outra que - destituída de quaisquer meios materiais e políticos - formava a multidão trabalhadora. Nessa sociedade a divisão de classes é acentuada, e os comandados ou são "desclassificados", "inúteis" e "inadaptados" ou vivem da prática do favor, ou seja, à sombra de senhor poderoso, desfrutando-lhe o auxílio material e político: são os "agregados" ou "moradores dos engenhos" [11].

A vida política e social ficou marcada pelo sentido da colonização e pela instituição escravocrata. A abolição do trabalho compulsório evidenciou que a maioria da população ainda portava baixo grau de existência civil no Brasil contemporâneo. O sentido da colonização - onde o escravismo se constituiu apenas como um de seus elementos exteriores - não se modificou substancialmente, deixando o trabalhador, mesmo livre, quase sempre nas mesmas condições materiais e políticas do escravo. Caio Prado Júnior buscou no legado colonial a explicação da particularidade assumida

11. "[...] nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens dependem materialmente do favor, direito ou indireto, de um grande". SCHWARZ, Roberto (1992). *Ao vencedor as batatas*. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

pela desigualdade na Colônia, Império e República, a qual impedia o pleno desenvolvimento da cidadania e da organização democrática no Brasil do século XX.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. A Revolução de 1930 e a Cultura. In: São Paulo: **Novos Estudos** CEBRAP, v. 2, n. 4, abr. 1984, p. 27-36.

DIEHL, A. (2011). Caio Prado Júnior: as ideias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando (Orgs.). **Intérpretes do Brasil**: cultura e identidade. 2. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, p. 348-62.

DOLHNIKOFF, M. (Org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva**: projetos para o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ENGELS, F.; MARX, K. **Materiales para la Historia de America Latina**. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1972.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

LAPA, J. R do A.. Caio Prado Júnior: Formação do Brasil Contemporâneo. In: MOTA. L. D. **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 257-272.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma Estética Marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1994.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva de capital. In: **O Capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. 5. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991, Coleção *Os pensadores*.

NABUCO, J. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

NOGUEIRA, M. A. Os Anos Trinta. In: Araraquara - UNESP: **Revista Perspectivas**, 1988.

NOVAIS, F. Caio Prado Júnior na historiografia brasileira. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (Orgs.). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Livraria Martins, 1942.

_____. **Evolução Política do Brasil**. 19. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

_____. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

SANTOS, W. G. dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SOUZA, R. L. de. Caio Prado Júnior e o sentido da continuidade. In: SOUZA, R. L. de. **Pensamento Social Brasileiro***:* de Raul Pompéia a Caio Prado Júnior. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2011, p. 193-215.

SCHWARZ, R.. **Ao vencedor as batatas**. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

VIANNA, O. **Instituições Políticas Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WEFFORT, F. Estado e Massas no Brasil. In: Rio de Janeiro: **Revista Civilização Brasileira**, Ano I, n.7, mai. 1996.

_____. Gilberto Freyre: o povo mestiço. In: WEFFORT, F. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Editora Ática, 2006, p. 275-295.

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO SOB O OLHAR DO ESTUDANTE BRASILEIRO[1]

Ana Lúcia Hazin Alencar
Pesquisadora da FUNDAJ ligada à Sociologia da infância e da juventude. E-mail: anahazin@gmail.com.
Cleide de Fátima Galiza de Oliveira
Pesquisadora da FUNDAJ ligada à Sociologia da infância e da juventude. E-mail: cleidegaliza@gmail.com.

RESUMO

O Programa Mais Educação, instituído pelo Governo Federal, em 2007, com o objetivo de ampliar a jornada escolar e realizar, nos contraturnos, atividades culturais, esportivas, de letramento, matemáticas e outras, é apresentado, neste artigo, sob a ótica de estudantes brasileiros em survey realizado entre 2014 e 2015. A necessidade de se ter uma escola em tempo integral, em dois turnos, revelou as deficiências materiais, humanas e administrativas das instituições públicas de ensino fundamental. Ao sugerir atividades diversificadas para os dois turnos escolares, o Programa Mais Educação defrontou-se com limitações de espaços para futebol, judô, dança, música e outras linguagens, gerando conflito interno entre salas para aulas regulares e o "Mais Educação", forma usual na fala dos estudantes. Mais tempo na escola requer mais infraestrutura das unidades escolares e melhores condições dos espaços para o desenvolvimento do Programa. Em que pese a precariedade na relação tempo-espaço-qualidade, os alunos realçaram benefícios quanto ao desempenho escolar, disciplina e sociabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Escola em tempo integral. Política educacional.*

ABSTRACT

This article presents the Brazilian "More Education Program" from the perspective of Brazilian students. The program was instituted by the Federal Government in 2007, with the objective of extending the school day and carrying out cultural, sports, literacy, mathematics and other activities along the day. This survey was conducted between 2014 and 2015. The need to have a full-time school day, revealed the material, human and administrative

1. Trabalho submetido em 08/09/17 e aprovado em 20/12/17. Para citar este artigo: ALENCAR, A. L. H. de.; OLIVEIRA, C. de F. G. de. O Programa Mais Educação sob o olhar do estudante brasileiro. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.32, n. 1, p. 17-46, jan/jul de 2017. Disponível em: < http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

deficiencies of public elementary schools. In suggesting diversified activities for these two school shifts, the More Education Program faced limited space for activities such as football, judo, dance, music and others, creating difficulties in the accommodation of the new curriculum. More time in school requires more school infrastructure and better conditions for the development of the Program. In spite of the precariousness in relation to the time-space-quality dynamic, the students emphasized benefits regarding their school performance, discipline and sociability.

KEYWORDS: *Full-time school. Educational policy.*

RESUMEN

El "Programa Más Educación", instituido por el Gobierno Federal en 2007 con el objetivo de ampliar el día escolar y realizar actividades culturales, deportivas, literarias, matemáticas y otras, es presentado en este artículo bajo la óptica de estudiantes brasileños en una investigación realizada entre 2014 y 2015. La necesidad de tener una escuela de tiempo completo, en dos turnos, reveló las deficiencias materiales, humanas y administrativas de las instituciones públicas de enseñanza fundamental. Al sugerir actividades diversificadas para los dos turnos escolares, el Programa Más Educación se enfrentó con limitaciones de espacios para fútbol, judo, danza, música y otros lenguajes, generando conflicto interno entre salas para clases regulares y el programa "Más Educación". Más tiempo en la escuela requiere más infraestructura de las unidades escolares y mejores condiciones de los espacios para el desarrollo del Programa. Pese a la precariedad en la relación tiempo-espacio-calidad, los alumnos realzaron beneficios en cuanto al desempeño escolar, disciplina y sociabilidad.

PALABRAS-CLAVE: *Escuela en tiempo integral. Política educativa.*

INTRODUÇÃO

Na década passada, debates realizados sobre a educação brasileira no que diz respeito não somente à qualidade da educação, mas principalmente aos resultados obtidos com os estudantes através de avaliações, sinalizaram para a ampliação do número de horas de aulas para os estudantes. Nas discussões sobre a temática havia uma clara preocupação com as negatividades advindas das medições e testes oficiais com alunos da rede pública de ensino o que levou, entre outros fatores, à criação de um programa que proporcionasse atividades educativas diversificadas, atraentes, efetivas, possíveis de serem implementadas através de um maior número de horas na escola. Para dar uma estrutura de ação intersetorial, os debates envolveram os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome, do Esporte e o da Cultura, os quais, em conjunto, elaboraram o Programa Mais Educação, lançado em 2007, através de Portaria Ministerial[2].

Esse Programa foi criado com o objetivo de oferecer uma educação integral, através de saberes e métodos diversos, com sugestões de alterações do ambiente escolar e ações articuladas às demais esferas do governo federal. A criação do Programa Mais Educação – PME, entre outros fatores, levou em consideração o Art.227 da Constituição Federal que trata do dever que a família, a sociedade, a comunidade e o poder público têm de assegurar a educação integral levando em conta a saúde, alimentação, profissionalização, esporte, lazer, cultura etc., ou seja, o bem-estar da população. No Artigo 2, inciso II, O PME foi pensado também para "contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar" (PORTARIA NORMATIVA, 2007).

A ideia de ampliação do horário escolar, em torno de sete horas diárias, além de propiciar maior número de aulas poderá contribuir, de certa forma, para a permanência do aluno na escola, evitando o seu envolvimento com os vários tipos de violência aos quais essa população se encontra exposta. Nesse sentido, o inciso IV, do Artigo 2 do PME, coloca a necessidade de prevenir, entre outras condições de vulnerabilidade, o trabalho infantil e a exploração sexual ao oferecer aulas nos contraturnos escolares. Sob essa perspectiva, mais aulas significam, também, "proteção" e segurança, não para todos, mas, principalmente, para os atendidos pelo Programa. O segmento contemplado faz parte do grupo de alunos que estuda em escolas de municípios que apresentam baixos índices de desenvolvimento da educação básica.

Nesse contexto, a educação ampliada ainda não é universal e a sua efetividade encontra-se em discussão. Para Gentili (2009, p.1075),

> a partir de uma perspectiva democrática, não há inclusão social que possa ser parcial, sendo esta mais que a soma dos fragmentos de espaços inconclusos nos quais se conquista um pedaço da promessa integradora [...]. O direito

2. Em 2016, esse Programa foi alterado, através da Portaria MEC nº1. 144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº5/2016, para **Programa Novo Mais Educação** com algumas características distintas do anterior, entre elas o reforço no ensino da língua portuguesa e de matemática e a diversificação da carga horária para cinco ou quinze horas semanais. O PME, fruto de avaliação nesse artigo, é organizado nas escolas com sete horas diárias, incluindo turno regular e complementar.

> à educação, como direito humano fundamental, ou pertence a todos ou não pertence a ninguém.

Ainda segundo o autor, houve expansão da escolaridade, mas as condições plenas para a sua realização foram negadas. Para ele, tal situação é reflexo da desigualdade social que leva os sistemas escolares a oferecerem oportunidades diferenciadas para público também diferenciado. Complementa ainda que "além de permanecer, para ter direito à educação é preciso 'pertencer'", já que, como diz a propaganda de um cartão de crédito, "pertencer tem seus privilégios" (GENTILI, 2009, p.1071). Barbosa (2011, p.18) salienta que "a desigualdade não é apenas contabilidade de diferenças, mas um tipo de organização específico [...] que transforma essas diferenças em desigualdades sociais".

Cury (2014) confere melhoria da qualidade de educação às condições de trabalho dos docentes, seja do ponto de vista salarial, seja através de acesso a uma boa formação. No que diz respeito às discussões em torno da qualidade, o PME, com a jornada ampliada, procura abrir o leque de atividades educativas e culturais na tentativa de resgatar a concepção de educação integral, experiência já vivenciada no Brasil em meados do século passado. Uma das mais expressivas foi a criação, em 1950, dos Centros de Educação Primária, na Bahia, destacando-se o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, o primeiro a ser implantado. Nesse Centro,

> os alunos freqüentarão diariamente a 'escola-parque' e as 'escolas-classe', em turmas diferentes, passando 4 horas nas classes de educação intelectual e outras quatro horas nas atividades da 'escola-parque', com intervalo para almôço, à maneira que se faz no Centro de Salvador (TEIXEIRA, 1962, p.7).

No Rio de Janeiro, os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs – foram implantados nos dois governos de Leonel Brizola (1983 a 1986 e 1991 a 1994), tendo como base estudo realizado pelo antropólogo Darcy Ribeiro. A pesquisa revelou que "a incapacidade brasileira para educar sua população ou alimentá-la devia-se ao caráter de nossa sociedade, enferma de desigualdade e de descaso por sua população" (MAURÍCIO, 2006, p. 66). A partir desse resultado, o antropólogo propôs uma escola de horário integral para proteger, das ruas, as crianças de baixa renda.

Experiências semelhantes ocorreram no Paraná, em Minas Gerais e em Santa Catarina. Também em São Paulo, dois anos antes da criação do Programa Mais Educação, foi implantada a jornada escolar estendida

através da instituição, em 2005, do projeto Escola de Tempo Integral. Tal qual o PME, no Inciso I, Artigo 2º da Resolução SE nº 89 do referido projeto, um dos principais objetivos diz respeito à ideia de pluralidade e de atividades diversificadas com o intuito de "promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a autoestima e o sentimento de pertencimento" (CASTRO; LOPES, 2011, p.262).

Cada projeto se identifica com seu tempo histórico e político: as experiências anteriores de horário integral obedecem à conjuntura social de seu momento. O contexto de criação do PME não foge à regra e se insere nas condições objetivas da população em seus vários segmentos; a camada social que apresenta maior vulnerabilidade, porém – seja do ponto de vista socioeconômico ou etário – é a contemplada para ser atendida pelo Programa. Embora a situação de risco social dessa população seja colocada como não determinante para a evasão escolar e outras mazelas, o texto publicado sobre o debate nacional da educação integral aponta que "as desigualdades também têm suas bases nas possibilidades de acesso e na qualidade da permanência das crianças e dos adolescentes nos sistemas públicos de ensino" (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009, p.12).

Embora essa preocupação esteja inscrita nas discussões acerca das possíveis e variadas inserções de grupos sociais no Programa, a ampliação do alcance da educação faz parte do debate. A criação do Mais Educação se alimenta da ideia de uma formação integral apresentada, pelos formuladores, como uma proposta em construção, que efetivamente "estimule o respeito aos direitos humanos e o exercício da democracia [...] na perspectiva da sustentabilidade ambiental, na pauta da construção de um projeto de sociedade democrática em relação ao acesso, usufruto, produção e difusão de saberes, espaços, bens culturais e recursos em geral, numa interação em rede com diferentes espaços sociais da cidade" (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009, p.27).

Reconhecido como uma estratégia de inserção social e de melhoria do aprendizado através da jornada ampliada, o PME se alimentou das experiências anteriores e as ajustou, como se vê na forma de acompanhamento da frequência dos alunos participantes do Programa.

Avaliar a repercussão do PME sobre os beneficiários diretos – os estudantes – é a proposta deste artigo, produto de uma pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, em nível nacional, entre 2014 e 2015. A amostra teve como base 45.492 (quarenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e duas) escolas cadastradas no Programa Mais Educação no ano

de 2013. Os dados foram obtidos do censo Escolar do INEP, do Ministério da Educação e da Fundação Joaquim Nabuco. Foram selecionadas, através de um plano de amostragem estratificada, 1.637 unidades públicas de ensino que serviram de base para a aplicação de questionários aos gestores da escola (1.637), coordenadores municipais ou estaduais do PME (606), professores comunitários (1.562), monitores (1.575) e estudantes (1.231). As escolas foram classificadas em 52 estratos; dentro de cada estrato levou-se em consideração a probabilidade de inclusão proporcional, tendo como variável o número de alunos matriculados (COELHO, 2014).

A ESCOLA E SEU LUGAR NA SOCIALIZAÇÃO

A escola tem um lugar de grande importância na socialização, embora a família seja o berço desse processo. Nos dias atuais, entretanto, a interação familiar se faz com dificuldades, em decorrência da própria estruturação da sociedade. Tanto nas famílias economicamente mais carentes como naquelas com melhores condições, o tempo de convívio maior, ou seja, a interação face a face, vem se reduzindo cada vez mais, sobretudo pelos apelos relacionados ao mundo do trabalho e às expectativas de alcançar uma melhor condição de vida. Busca-se frequentemente, então, preencher o tempo dos filhos colocando-os em escolas de tempo integral, onde possam aprimorar sua formação, já que se acredita ser a escola um instrumento de mobilidade social que proporciona a possibilidade de participação em atividades lúdicas, recreativas, esportivas etc.

A educação é, assim, inserida no contexto mais amplo de mudanças vivenciadas pela sociedade globalizada. Não se pode, no entanto, deixar de evidenciar as particularidades regionais e locais que exigem, muitas vezes, maior empenho dos setores públicos para reduzir as desigualdades sociais. Como diz Cooks (1990, *apud* BALL, 2006, p.23), "localização retém significado e sentido social num período contemporâneo quando as forças combinadas da modernidade no Estado, no capital multinacional e na comunicação de massas desvaneceram a velha ordem da solidariedade comunitária." Aqui se corrobora essa afirmação com o conceito de espaço social utilizado por Bourdieu (2004, p.153). Diz ele que se pode

> comparar o espaço social a um espaço geográfico no interior do qual se recortam regiões. Mas esse espaço é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situadas, mais propriedades eles terão em comum.

Isso é verdade também para a escola que, principalmente nas comunidades mais carentes, muitas vezes é percebida como "lugar" prenhe de significados, em contraposição ao "não-lugar" no sentido dado por Marc Augé (1994), ou como "âncora simbólica," termo usado por Ferguson e Gupta (2000). Aqui se quer fazer menção ao fato de a escola ser representada, por muitos dos alunos, como lugar seguro onde conseguem se proteger, por certo tempo, do "mar revolto" da violência presente nas comunidades em que habitam. Tal contexto faz com que a integração social se dê não através da vizinhança ou do bairro, mas de forma mais específica, através da escola.

Uma pesquisa qualitativa sobre o PME, realizada pela Fundação Joaquim Nabuco entre os anos de 2013 e 2014, em quatro capitais nordestinas, constatou essa percepção:

> Eu acho bom [o PME], que ensina mais, mais benefício pra pessoa, não fica muito tempo na rua [...]. Eu fico aqui [na escola], porque em casa não tem nada pra fazer, ficar na rua agora está muito violento, né? É chato, aí eu gosto mais de estar aqui no colégio (aluno, 11 anos).

Entretanto, várias são as críticas que se fazem à maneira como se interpreta a forma de avaliar o Programa, que sempre é carregado de subjetividade, sobretudo no que se refere à jornada ampliada. Para Cavaliere (2007, p. 1028) por exemplo,

> A visão predominante, de cunho assistencialista, vê a escola de tempo integral como uma escola para os desprivilegiados, que deve suprir deficiências gerais da formação dos alunos; uma escola que substitui a família e onde o mais relevante não é o conhecimento e sim a ocupação do tempo e a socialização primária.

Ao se fazer uma relação com a teoria da reprodução social de Pierre Bourdieu, que liga o sucesso escolar ao capital cultural herdado pelos estudantes no seio familiar, percebe-se as dificuldades encontradas pelos alunos desprovidos desse capital e do capital econômico que, como diz Valle, (2013, p. 421) comentando a teoria bourdieusiana,

> devem assimilar um conjunto de conhecimentos e de técnicas não dissociados de valores sociais e, geralmente, distantes de sua classe social de origem. Para eles, a escolaridade se assemelha a um percurso de obstáculos que os obriga

> a comprovar qualidades intelectuais e psicológicas com as quais, na maioria das vezes, não estão familiarizados.

Entretanto, é importante retomar a teoria de Bourdieu e seu conceito de *habitus* para entender o processo de desigualdade social e educacional que se enfrenta. Em tal conceito, diferentemente daquele utilizado pela escolástica, "a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade se dá através da interiorização, pelos indivíduos, de valores, normas e princípios sociais" (ALENCAR, 2008, p.44). O *habitus* é assim definido como:

> sistema de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (INDA, 2001, p. 25).

A palavra **disposição**, termo chave na teoria de Bourdieu, indica *capability* e *reability*. Esses termos, ligados à ideia de disposição, são indicativos de que o processo de socialização predispõe, mas não determina os indivíduos a agirem de acordo com experiências internalizadas no passado. O *habitus,* portanto, não é inato, mas adquirido socialmente segundo a posição que os indivíduos ocupam no sistema. A família e a escola são relevantes na construção do *habitus*. Como diz Accardo (*apud* INDA, 2001, p.30) "o habitus é uma estrutura interna permanentemente em vias de reestruturação". Os *habitus* primários, constituídos pelas experiências familiares, abrem espaço e são reforçados pelo *habitus* escolar, que pode ser sobreposto pelo profissional, e assim sucessivamente.

Isso significa dizer que há sempre a possibilidade de a família e a escola cultivarem valores que, interiorizados, permitirão aos agentes utilizarem as competências sociais decorrentes dos *habitus* em toda a sua vida.

Leclerc e Moll (2012, p. 6 e 7), referindo-se ao fato de o Ministério da Educação, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDF) ter adotado como "critério central de expansão do Programa Mais Educação a seleção de escolas em que a maioria dos alunos faça parte de famílias beneficiárias do PBF" está estabelecendo

> uma perspectiva de discriminação positiva, na medida em que essas escolas recebem aportes orçamentários diferenciados, bem como são prioritárias na relação com as universidades interlocutoras em ações de formação para a docência e a gestão.

Para a ocupação do tempo dos alunos e devido à falta de infraestrutura de muitas escolas é que se faz recurso aos espaços educativos fora da sala de aula compreendidos como sendo aqueles "significativos da vida do bairro e da cidade, de modo a recriar a experiência cultural e civilizatória da humanidade nas formas de cinema, teatro, música, museu, parques, vizinhanças e outros, vivenciadas como ação curricular" (LECLERC; MOLL, 2012, p.5).

Também são arregimentados para a realização das ações educativas os chamados "monitores", como está registrado no "Manual Operacional de Educação Integral" (MEC, 2013, p. 23).

> [o] trabalho de monitoria deverá ser desempenhado, preferencialmente, por estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas, como, por exemplo, instrutor de judô, mestre de capoeira, contador de histórias, agricultor para horta escolar, etc. Além disso, poderão desempenhar a função de monitoria, de acordo com suas competências, saberes e habilidades, estudantes da EJA e estudantes do ensino médio.

Em geral, são pessoas ligadas à comunidade – possuidoras de conhecimentos e práticas culturais, esportivas e de lazer – que recebem baixa remuneração ou ajuda de custo e que, devido a isso, apresentam alta rotatividade no exercício dessa função. Mesmo assim, representam um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades dos alunos e no processo relacional que entre eles se estabelece. Referindo-se à importância das diferentes redes de relações de crianças e jovens com adultos para o desenvolvimento e formação dos sujeitos, Dayrell e Geber (2015, p.4) ressaltam serem elas mediadoras "dos processos de aprendizagem, socialização, sociabilidade e desenvolvimento de uma forma geral".

A dimensão que envolve as relações sociais leva a destacar a relevância da intersubjetividade no processo de construção dos sujeitos. Habermas (1989, p.176) "utiliza o termo subjetividade para designar a comunidade que, através de significados idênticos e o reconhecimento de pretensões universais de validade, se estabelece entre os sujeitos capazes de linguagem e ação". Para Gonzalez Rey (2012, p.23) "[...] o sentido subjetivo representa

uma unidade do emocional e do simbólico onde cada um desses processos emergem e se desdobram de formas diferentes diante da presença do outro."

Complementa-se aqui a discussão sobre as relações sociais com o aporte de Bourdieu sobre o capital social. Para Pierre Bourdieu (1980, 2001), esse tipo de capital é constituído pela totalidade dos recursos potenciais ou atuais, associados à posse de uma rede duradoura de relações, mais ou menos institucionalizada, de conhecimento e reconhecimento mútuos. A proximidade entre esses agentes nas redes de relações dá ao indivíduo o sentimento de pertencimento ao grupo do qual faz parte, em especial, na família e na escola.

Verifica-se, nesse estudo, o quão importante é a escola na formação do capital social, uma vez que os agentes poderão usufruir tanto mais dos benefícios desse tipo de capital, quanto maior seja o volume do capital (econômico, cultural ou simbólico), possuído por aqueles com quem se relaciona. Ou seja, a escola se torna um ambiente propício ao desenvolvimento de novas amizades, uma vez que as relações que se estabelecem na família são limitadas por fatores como falta de tempo dos pais para se dedicarem aos filhos, escassez de recursos para frequentar espaços propícios à sociabilidade, carência de equipamentos públicos de lazer nos bairros onde os estudantes habitam e a forte presença da violência. Uma pesquisa de abordagem quantitativa realizada entre 2014 e 2015 em todo o Brasil, promovida pela Fundação Joaquim Nabuco, revelou, através da entrevista de 1.231 alunos participantes do PME, que a grande maioria dos mesmos (80,1%) aumentou seu círculo de amizade e 42,3% melhoraram o relacionamento e a convivência social (ver Tabela 6).

Na escola, as relações que se estabelecem, seja em sala de aula ou em atividades extracurriculares, permitem que os indivíduos se reconheçam e se situem no mundo, através do olhar sobre si mesmos e da percepção dos outros.

AS ESCOLAS PÚBLICAS E O HORÁRIO INTEGRAL: UMA RELAÇÃO BEM SUCEDIDA?

Anísio Teixeira, no documento **Manifesto dos pioneiros da educação nova**, já desenhava, à luz dos estudos sociológicos, a escola como uma instituição social ligada à vida e não distante dela. Para ele,

> a escola não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas 'uma instituição social', um orgão feliz e vivo, no conjuncto das

> instituições necessarias à vida, o logar onde vivem a creança, a adolescencia e a mocidade, de conformidade com os interesses e as alegrias profundas de sua natureza. A educação, porém, não se faz somente pela escola, cuja acção é favorecida ou contrariada, ampliada ou reduzida pelo jogo de forças innumeraveis que concorrem ao movimento das sociedades modernas. Numerosas e variadissimas, são, de facto, as influencias que fórmam o homem atravez da existência (TEIXEIRA, 1984, p.12). [*sic*]

Sob essa concepção, a escola recebe múltiplas influências e não deve estar desassociada do entorno social, da comunidade, da família e do próprio interesse de quem dela faz uso. Segundo Teixeira (1984), para que seja desenvolvida com solidez, a ação educacional necessita de amplitude e apoios em várias direções. Nessa perspectiva, encontra-se a noção de escola de ensino integral, cuja abrangência envolve a pluralidade de ensinamentos, de atividades e de conhecimentos.

Vários estudos (TEIXEIRA, 1962, 1967, 1984; CAVALIERE, 2009, 2014; CASTRO; LOPES, 2011; GOUVEIA, 2006; EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009) vêm debatendo a questão da educação integral, a partir do seu significado, abrangência e conteúdos pedagógicos. Como contraponto, aparece nas discussões a questão da jornada escolar ampliada, que nem sempre representa o ideal do ensino integrado. Nessa direção, encontra-se o PME o qual, segundo Mosna (2014), não está alterando a grade curricular por falta de elaboração do Projeto Pedagógico; como consequência, a escola apresenta dois horários que não dialogam um com o outro. Haveria, no entanto, uma separação de saberes? Para Cavaliere (2009, p.58),

> Se houver uma excessiva fragmentação e inconstância na utilização do tempo suplementar, com ofertas de atividades em vários locais e com agentes sem a preparação adequada, ele pode se transformar ou em mero 'atendimento', com sentido limitadamente assistencialista, ou em mero 'consumo', isto é, ocupação com atividades desconectadas de um projeto político-pedagógico, organizadas como uma espécie de 'mercado'.

Segundo Gonçalves (2006), a educação é um direito à aprendizagem com qualidade, desenvolvida em espaço e tempo concatenados. O mesmo autor ressalta que a educação integral só faz sentido se promover novas oportunidades emancipadoras. "A extensão do tempo – quantidade – deve ser acompanhada por uma intensidade do tempo – qualidade – nas atividades que constituem a jornada ampliada da instituição escolar"

(EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009, p.28). A dicotomia entre **sacrifício** para as aulas (ditas regulares) e o **prazer**, para as atividades do contraturno, não deve estar presente no formato de aulas em tempo integral.

> A ampliação da jornada não pode ficar restrita à lógica da divisão em turnos, pois isso pode significar uma diferenciação explícita entre um **tempo de escolarização formal**, de sala de aula, com todas as dimensões e ordenações pedagógicas, em contraposição a um **tempo não instituído**, sem compromissos educativos, ou seja, mais voltado à ocupação do que à educação (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009, p.36 grifo nosso).

No presente artigo, deve ser colocado como parâmetro o patamar que se estabeleceu para o Programa Mais Educação em sua concepção inicial, ao colocá-lo como **indutor** do processo de formação de uma escola de educação integral em tempo integral na qual as atividades façam sentido, conversem entre si e com as novas tecnologias e atendam às demandas da sociedade e da escola. Tal concepção deve levar em conta que a jornada escolar ampliada não signifique apenas dobrar os turnos, mas que haja um tempo contínuo e integrado. Essa é a base ideal do PME, que será confrontada com as condições reais encontradas nas escolas brasileiras.

Uma das questões iniciais diz respeito à permanência do aluno em dois turnos na unidade de ensino. Para a sua viabilização, há a necessidade da infraestrutura de apoio para tornar o dia no espaço escolar mais acolhedor e produtivo. Nesse aspecto, o intervalo entre as jornadas deve servir de realimentação das energias, seja através das refeições ou do descanso. Quanto à alimentação, observou-se, através de pesquisa realizada com estudantes de escolas públicas brasileiras e participantes do PME, que esse item merece uma atenção especial.

A questão do almoço para quem, em princípio, deveria passar o dia na escola, é ponto fundamental para a permanência do aluno nos dois turnos. O que se observa é que as regiões mais próximas do atendimento total são o Sudeste, Sul e Centro-Oeste (ver Tabela 1). As regiões consideradas mais carentes do ponto de vista socioeconômico, porém, ainda não oferecem aos seus alunos a condição plena do serviço. O Nordeste, com 73,4% de repostas afirmativas sobre a oferta dessa refeição e, principalmente, o Norte, com apenas 57,2%, estão aquém do considerado necessário e suficiente para atrair o aluno para o tempo integral. O não oferecimento do almoço para todos não só interfere no desempenho do aluno que

realiza, muitas vezes, cansativo deslocamento escola-moradia-escola, como também o força a lidar com a não garantia de uma boa alimentação em casa, o que acaba por configurar fatores comprometedores da atenção do aluno, interferindo assim em seu aprendizado.

Tabela 1 – Almoço nas escolas, por regiões geográficas

Regiões	*Sim (%)*	*Não (%)*	*NS (%)*	*NR (%)*	*Total (%)*
Norte	57,2	41,8	0,5	0,5	100,0*
Nordeste	73,4	26,1	0,5	-	100,0*
Sudeste	90,2	8,5	1,3	-	100,0*
Sul	96,7	3,3	-	-	100,0*
Centro-Oeste	92,2	7,8	-	-	100,0*
Total	77,2	22,6	0,5	0,1	100,0**

Fonte: pesquisa direta da Fundaj 2014/2015
NS=Não sabe.
NR=Não respondeu.
*Percentual com relação ao número de entrevistados nas regiões.
**Percentual com relação ao total de entrevistados (1231).

O aporte físico-estrutural das escolas não acompanha as demandas geradas por um Programa dessa dimensão. As instituições públicas de ensino, em sua maioria, não estão preparadas para abarcar, em seus domínios, as atividades inerentes ao PME, embora o propósito da educação em tempo integral seja levar as ações educativas para além-muros escolares, integrando a comunidade e os equipamentos nela existentes ao projeto maior do território como espaço educativo.

A questão da falta de espaço físico adequado para o desenvolvimento do Programa é abordado por vários estudos, entre eles, Lopes e Araújo (2012), Nóbrega e Silva (2013), Cavalieri (2014), Mosna (2014) e Fundação Joaquim Nabuco (2015). A constatação da falta de ambientes apropriados para as aulas em tempo integral também é revelada pelos estudantes. Eles ressaltam as principais deficiências dos recursos disponíveis na escola no que diz respeito à infraestrutura, equipamentos didáticos, equipamentos para práticas esportivas e artístico-culturais (ver Tabela 2). O destaque maior recai sobre esses dois últimos recursos, nos quais se encontram as quadras poliesportivas, campo de futebol, dança e outras artes. A inexistência desses espaços, nas escolas, é apontada por mais da metade dos alunos abordados, atingindo altos percentuais, principalmente no que se refere a ambientes propícios para atividades culturais. A precariedade da infraestrutura reacende a falta de motivação do aluno em frequentar a

unidade de ensino, podendo ser esse um dos fatores do desinteresse pelas aulas, uma vez que a aprendizagem também exige equipamentos adequados para que o jovem desenvolva seu potencial.

Em pesquisa coordenada por Abramovay (2015, p.209), os estudantes entrevistados, quando indagados sobre **o que pensam e o que querem da escola**, fazem menções a "carteiras quebradas, janelas sujas, banheiros descuidados, quadras que não se consegue usar, muros destruídos, ventiladores quebrados, bebedores com defeito, falta de iluminação, piso esburacado etc." Porém, o que chama a atenção é a reinvindicação, por parte dos alunos, de equipamentos básicos – considerados suficientes para a aprendizagem. A falta de consciência crítica sobre seus direitos pode levar o indivíduo a aceitar o mínimo que é oferecido, como o máximo que poderia receber. Trata-se de uma situação de desigualdade gerada pelas diferenças de oportunidade fruto de "sistemas educacionais divididos em sociedades divididas" (GENTILI, 2009).

Tabela 2 - Avaliação dos recursos disponíveis na escola

Recursos	*Ótimo (%)*	*Bom (%)*	*Regular (%)*	*Ruim (%)*	*Péssimo (%)*	*Inexiste (%)*	*Total (%)*
Infraestrutura							
Aquecedores	4,0	1,9	1,4	0,5	0,2	92,0	100,0
Ventiladores nas salas de aula	16,3	30,5	20,5	8,9	5,8	18,0	100,0
Ar-condicionado nas salas de aula	9,9	9,7	4,1	2,1	0,7	73,5	100,0
Bebedouro	25,4	44,9	18,1	4,9	2,6	4,1	100,0
Pátio	24,3	38,4	15,2	4,5	2,4	15,2	100,0
Parque infantil	6,3	7,0	3,5	2,4	1,5	79,3	100,0
Auditório	9,1	13,5	4,5	1,6	0,5	70,8	100,0
Equipamentos Didáticos							
Laboratório de ciências	8,4	7,3	3,2	1,8	0,9	78,4	100,0
Laboratório de informática	20,5	24,0	10,0	4,7	2,4	38,4	100,0
Computadores para alunos	18,2	27,0	14,6	5,8	4,5	29,9	100,0
Internet (acesso para os alunos)	16,4	28,3	12,5	5,3	2,6	34,9	100,0
Biblioteca	31,8	32,3	10,3	2,4	1,4	21,8	100,0
Sala de leitura	18,7	22,9	7,0	1,6	0,9	48,9	100,0
Rádio escolar	7,9	9,3	3,7	0,8	0,5	77,8	100,0
Horta comunitária	14,5	16,9	7,1	2,7	1,1	57,7	100,0

(continua...)

Tabela 2 - Continuação

Recursos	*Ótimo (%)*	*Bom (%)*	*Regular (%)*	*Ruim (%)*	*Péssimo (%)*	*Inexiste (%)*	*Total (%)*
Equipamentos para atividades esportivas							
Campo de futebol	10,1	11,7	6,5	2,6	1,2	67,9	100,0
Piscina	3,8	1, 8	1,1	0,6	0,5	92,2	100,0
Quadra de esporte (coberta)	18,5	14,0	5,3	2,1	1,3	58,8	100,0
Quadra de esporte (sem cobertura)	7,6	11,0	7,3	3,7	4,1	66,3	100,0
Sala para artes marciais	8,9	6,8	2,2	0, 9	0,4	80,8	100,0
Equipamentos para atividades artísticas							
Dança	10,2	12,7	3,7	1,1	0,3	72,0	100,0
Música	9,7	9,4	3,3	0,9	0,2	76,5	100,0
Outras artes	10,1	10,9	4,4	1,1	0,6	72,9	100,0

Fonte: pesquisa direta da Fundaj 2014/2015

Em que pese a concepção do PME – inserida na Portaria Normativa Interministerial n.17, de 24 de abril de 2007, Art.8º – de "mobilizar e estimular a comunidade local para a oferta de espaços, buscando sua participação complementar em atividades e outras formas de apoio", a pesquisa constatou que 60,5% do total de entrevistados confirmaram a realização de aulas extraclasse, percentual aquém do esperado para um Programa iniciado em 2007 nas capitais brasileiras (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Realização de atividades fora do ambiente escolar, por regiões geográficas

Regiões	*Sim (%)*	*Não (%)*	*NS (%)*	*NR (%)*	*Total (%)*
Norte	43,0	56,0	0,5	0,5	100,0
Nordeste	59,3	40,5	-	0,1	100,0
Sudeste	69,3	30,1	0,6	-	100,0
Sul	85,6	13,3	1,1	-	100,0
Centro-Oeste	63,0	37,0	-	-	100,0
Total	60,5	39,1	0,2	0,2	100,0

Fonte: pesquisa direta da Fundaj 2014/2015
NS= Não sabe.
NR= Não respondeu.

O tempo extraclasse utilizado para visitas a museus, zoológicos e outros espaços é reconhecido como um tempo qualificado em que as

oportunidades diferenciadas e prazerosas se complementam e realimentam o ensino-aprendizagem. Segundo Gonçalves (2006), essas atividades fora do ambiente escolar não devem se tornar apenas um "passeio" que se contrapõem às aulas, vistas como **sacrifício**. Mesmo para as escolas que realizam atividades além dos muros escolares, segundo os entrevistados, o uso dos espaços é diferenciado de acordo com as regiões geográficas. De modo geral, parque (38,4%), biblioteca (35,5%), teatro (30,2%), museu (27,6%) e feira-livre (25,9%) foram os locais mais visitados através do Programa Mais Educação. Verificou-se, porém, que as escolas localizadas no Sul utilizam esses espaços com maior frequência do que as outras regiões. O Centro-Oeste também se destaca na prática e uso dessas atividades, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Espaços utilizados fora do ambiente escolar

Espaços	*Regiões*											
	Norte		*Nordeste*		*Sudeste*		*Sul*		*Centro-Oeste*		*Total*	
	Sim (%)	*Não (%)*	*Sim (%)*	*Não (%)*	*Sim (%)*	*Não (%)*	*Sim (%)*	*Não (%)*	*Sim (%)*	*Não (%)*	*Sim (%)*	*Não (%)*
Museu	12,0	8,0	4,3	5,7	6,8	3,2	4,7	5,3	7,1	2,9	7,6	2,4
Biblioteca	28,0	72,0	39,3	60,7	24,5	75,5	42,7	57,3	33,0	67,0	35,5	64,5
Cinema	12,0	88,0	13,4	86,6	33,0	67,0	40,0	60,0	40,2	59,8	22,3	77,7
Parque	40,0	60,0	33,5	66,5	42,4	57,6	52,0	48,0	41,2	58,8	38,4	61,6
Teatro	21,3	78,7	22,8	77,2	41,5	58,5	44,0	56,0	43,3	56,7	30,2	69,8
Circo	12,0	88,0	16,2	83,8	12,3	87,7	21,3	78,7	9,3	90,7	14,8	85,2
Zoológico	4,0	96,6	12,6	87,4	29,2	70,8	13,3	86,7	17,5	82,5	14,8	85,2
Feira livre	20,0	80,0	23,3	76,7	30,2	69,8	44,0	56,0	21,6	78,4	25,9	74,1
Trilha	10,7	89,3	22,5	77,5	20,8	79,2	37,3	62,7	15,5	84,5	21,6	78,4

Fonte: pesquisa direta da Fundaj 2014/2015

Motivos de ordem estrutural, administrativa e financeira das unidades de ensino, ou mesmo a falta de incentivo e preparo dos docentes, impedem a apropriação desses equipamentos culturais como extensão das aulas ministradas no interior das escolas. O uso regular desses espaços provavelmente acarretaria num ganho social e cultural com forte influência na formação integral do indivíduo.

> Tratam-se de tempos e espaços escolares reconhecidos, graças à vivência de novas oportunidades de aprendizagem, para a reapropriação pedagógica de

> espaços de sociabilidade e de diálogo com a comunidade local, regional e global (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009, p.18).

A escola pública ainda carece de elementos políticos e pedagógicos que contemplem a inserção de novas ferramentas de ensino que ultrapassem as salas de aula. São atividades essenciais para a formação integral do indivíduo e resultam em ganhos socioculturais que podem representar o salto de qualidade na educação escolar dos menos favorecidos, cujas oportunidades de acesso ao lazer, cultura e entretenimento são limitadas pelas condições econômicas. A escola e, especificamente, o Programa Mais Educação, por sua natureza, teriam essa capacidade de introduzir o estudante em um mundo ampliado, através da educação extramuros, ao empregar o conceito de cidade educadora em que as instâncias territoriais do entorno da escola

> apresentam diferentes possibilidades educacionais e de construção de conhecimento por meio da observação, da experimentação, da interação e, principalmente, da vivência (PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. Passo a passo, p.30.).

Seria, então, uma oportunidade de compensar a incapacidade que a família do aluno pobre tem de oferecer suportes educativos fora da escola e, assim, aumentar o potencial de aprendizado. Como afirma Vanda Ribeiro, pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ação Comunitária (Cenpec), em entrevista a Guimarães (2016b),

> se você não compensar de algum modo, não adotar procedimentos pedagógicos para realmente acompanhar o que acontece com aquelas crianças com nível econômico inferior, que têm mais dificuldades, você não consegue. Sempre quem tem background familiar favorecido vai captar mais.

Em que pese às dificuldades físico-estruturais e a deficiência de equipamentos das escolas, já comentadas anteriormente, O Programa, diante de suas limitações, consegue ainda assim ofertar nos espaços, muitas vezes precários das unidades de ensino, atividades de cunho pedagógico-esportivo-cultural que dão aos alunos oportunidade de ampliar seu campo de aprendizado, indo além das chamadas disciplinas regulares. Resulta em um somatório de ensinamentos que habilita o jovem estudante a ampliar suas escolhas e a se inserir com mais flexibilidade nas demandas futuras.

Na Tabela 5, pode-se verificar como o PME obteve sucesso em revelar aos jovens novas possibilidades como as comentadas. Ao serem questionados

sobre o que aprenderam com o Programa, "respeitar os outros, praticar um novo esporte e aprender dança e teatro" constituíram-se em aprendizado de maior relevância para os alunos que participam do PME. As atividades esportivas e artísticas aparecem permeadas pela mudança de comportamento e pela capacidade de, através dessas ações lúdicas, adquirir novas formas de relação necessárias para o desenvolvimento de tais atividades. O respeito ao outro advém da disciplina inerente à prática de esporte ou mesmo de uma encenação teatral em que as regras coletivas são necessárias para que se tenha um bom desempenho num jogo ou numa apresentação artística. O aprendizado leva às mudanças apresentadas a seguir:

Tabela 5 – O que aprendeu com o Programa Mais Educação, por regiões geográficas

*O que aprendeu**	*Regiões*					
	*Norte** (%)*	*Nordeste** (%)*	*Sudeste** (%)*	*Sul** (%)*	*Centro-Oeste** (%)*	*Total*** (%)*
Atividades de comunicação (filmar, fotografar, rádio, jornal)	32,4	36,7	35,3	56,7	37,7	37,4
Praticar um novo esporte	81,9	84,2	86,9	85,6	80,5	83,8
Tocar um instrumento	43,4	48,5	45,1	61,1	48,7	48,3
Respeitar os outros	84,1	86	93,5	80	89,6	86,7
Atividades artísticas (dança, teatro)	64,8	73,2	75,2	86,7	74,7	73,4
Não sabe	-	0,3	-	1,1	-	0,2
Não respondeu	1,1	0,2	-	-	-	0,2

Fonte: pesquisa de campo da Fundaj 2104/2015.
*Respostas múltiplas.
**Percentual com relação ao número de entrevistados de cada região: Norte=182; Nordeste=652; Sudeste=153; Sul=90; Centro-Oeste=154.
***Percentual com relação ao total de entrevistados (1.231).

O ESTUDANTE E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: A REPERCUSSÃO NA VIDA E NA ESCOLA

Na perspectiva dos alunos entrevistados, as mudanças ocorreram após vivência nas atividades propostas pelo PME. São mencionadas novas atitudes com respeito à disciplina, à melhoria das notas, ampliação da rede de amizades entre outras, conforme demonstradas na Tabela 6. Professores

e gestores também avaliaram positivamente as repercussões do Programa sobre os estudantes como observado a seguir.

Tabela 6 – O que mudou na vida dos entrevistados com o Programa Mais Educação

Mudanças	*Percentagem **
Melhorou as notas escolares	82,1
Aumentou o círculo de amizades	80,1
Melhorou o comportamento na sala de aula	70,8
Diminuiu a timidez	67,4
Melhorou o relacionamento/ a convivência social	42,3
Sente-se mais alegre	28,6
Tem mais disposição	24,0
Não tem tempo de brincar/de ficar na rua	15,2
Sente-se mais cansado	9,9
Não sabe	0,2

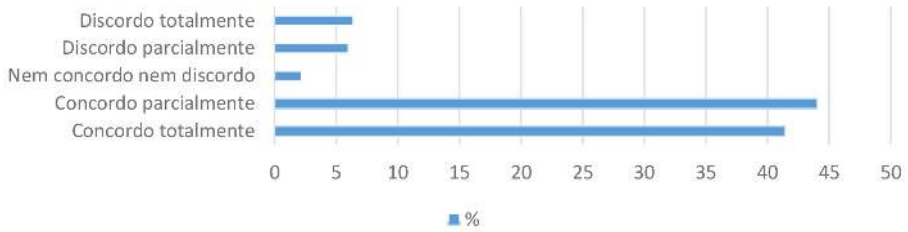
Fonte: pesquisa de campo da Fundaj 2014/2015
Respostas múltiplas (escolha de mais de uma opção)
**Percentual com relação ao total de entrevistados (1.231)

O Artigo 2º da Portaria Normativa Interministerial (2007), que institui o Programa Mais Educação, apresenta alguns objetivos a serem alcançados e que são norteadores da análise das mudanças percebidas pelos estudantes que participam de suas atividades como o apresentado no inciso II.

> **Inciso II** - *contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar;*

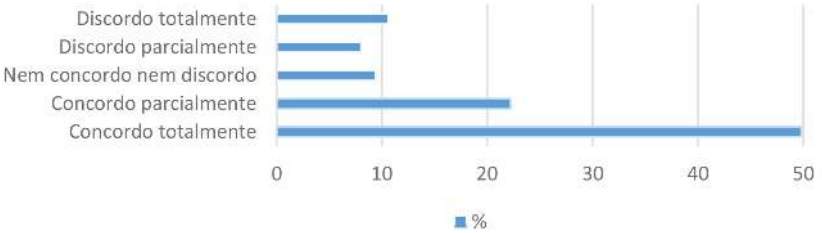
A partir dos dados obtidos nas entrevistas com os alunos, podemos depreender que houve melhora no rendimento, através da observação do aumento das notas da avaliação do ensino. Esse indicador talvez não represente o aproveitamento escolar, porém, aponta para uma mudança positiva que se reverte em estímulo facilitador de novos aprendizados. Professores de escolas públicas entrevistados em todo o Brasil confirmam uma mudança de atitude dos alunos despertada pelas aulas do PME. Mais de 80% deles concordam (total ou parcialmente) que houve um aumento de interesse pelos estudos. Para 72% desses professores, o Programa contribuiu para a redução da evasão escolar, como mostram os Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Aumento de interesse pelos estudos, segundo os professores



Fonte: Pesquisa direta da Fundaj, 2014/2015.

Gráfico 2 – Redução do abandono escolar pelos alunos do PME, segundo os professores



Fonte: Pesquisa direta da Fundaj, 2014/2015.

Será a oportunidade de uma escola "nova" atraente, tendo atividades esportivas e culturais que colaboram para o interesse e permanência do aluno? Segundo Gonçalves (2006), o acesso à escola e o aumento do número de matrículas do Ensino Fundamental são fatos recentes na escola pública do país. São condições básicas, mas não suficientes, para que a escola cumpra sua função social; é preciso ir além, é importante

> ousar, fazer diferente, ainda que a diferença ocorra no microterritório, seja no modo como uma sala de aula pode ser disposta, no arranjo das carteiras, na organização de uma aula que se desprenda desse espaço (GONÇALVES, 2006, p.133).

Para Abramovay; Castro; Waiselfisz (2015, p.38) a escola precisa "modelar um clima de sedução" para atrair os estudantes. Os formatos atuais não parecem oferecer o chamariz necessário para os jovens, "existindo uma série de desigualdades inerentes ao próprio sistema" estabelecendo-se "diferenças das condições de ensino entre estabelecimentos públicos e privados, bem como entre regiões do país".

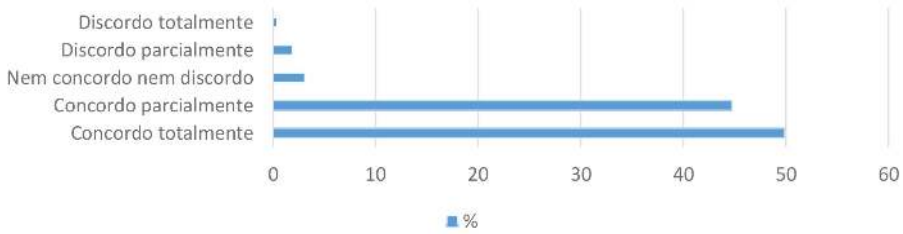
A maioria dos gestores (97,5%), também reconhece que a participação dos alunos no Programa Mais Educação contribuiu para a melhoria do desempenho relativo às matérias escolares (ver Tabela 7) e, principalmente, no que diz respeito ao comportamento (ver Gráfico 3). O somatório da concordância, seja parcial ou total, é bastante significativo, alcançando 94,6% das respostas dos dirigentes das escolas. A questão disciplinar, inclusive, é uma das consequências mais positivas apontadas por 70,8% dos estudantes participantes das atividades do Programa (ver Tabela 6).

Tabela 7 – Influência do Programa Mais Educação no desempenho dos alunos, segundo os gestores das escolas

Escala de opinião	*Percentagem*
Discordo totalmente	0,4
Discordo parcialmente	0,8
Não concordo nem discordo	1,3
Concordo parcialmente	30,2
Concordo totalmente	67,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa direta da Fundaj, 2014/2015.

Gráfico 3 – Melhora no comportamento dos estudantes, segundo os gestores



Fonte: Pesquisa direta da Fundaj 2014/2015.

Incisos V e VI do Artigo 2º do Programa Mais Educação: algumas considerações

> *V - promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas,*

aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade em torno das atividades escolares;

VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer direcionada ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade.

Os incisos V e VI contemplam atividades culturais, esportivas e de lazer como vetores da educação em sentido ampliado. O PME encontra nas escolas as condições para a realização de suas propostas? Como já observado na Tabela 2, que trata da avaliação dos recursos disponíveis na escola, as maiores dificuldades ocorrem na questão da infraestrutura, especificamente em relação a espaços adequados e suficientes para as aulas nos contraturnos, principalmente para o desenvolvimento das linguagens artísticas e esportivas. Segundo 73,9% dos gestores das escolas públicas, houve necessidade de readaptar os espaços escolares para a implantação do Programa. A mesma avaliação é feita pelos alunos brasileiros abordados pela pesquisa. Para 63,2% deles o maior problema do PME é a falta de espaço, seguido de equipamentos inadequados ou insuficientes (57,5%) e da falta de material para as atividades (47,9%), conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8 – Principais problemas no Programa Mais Educação por regiões geográficas.

Principais problemas	*Regiões*					
	Norte (%)	*Nordeste (%)*	*Sudeste (%)*	*Sul (%)*	*Centro-Oeste (%)*	*Total (%)*
Falta de espaço físico na escola	55,5	73,6	49,0	49,0	52,6	63,2*
Equipamentos inadequados/ insuficientes	52,7	64,6	45,8	45,8	55,2	57,5*
Falta de material para as atividades	43,4	53,5	37,2	37,2	48,7	47,9*
Muita gente nas salas	31,3	36,0	13,7	13,7	26,0	30,1*
Atividades desinteressantes	17,0	11,2	9,8	9,8	14,9	12,1*
Interrupção das atividades	12,6	13,0	10,4	10,4	6,5	11,2*
Ausência dos monitores	9,3	10,9	5,9	5,9	6,5	8,9*
Não sabe	4,4	5,2	9,8	9,8	6,5	5,6*
Não respondeu	7,7	3,5	12,4	12,4	9,1	7,8*

Fonte: pesquisa direta da Fundaj 2014/2015.
*Percentual com relação ao número total de entrevistados (1231).

Recorrer aos equipamentos do bairro e de seu entorno é uma tarefa que exige disponibilidade da equipe responsável pela execução do PME e a prática da "política da boa vizinhança", resultante da interação positiva com a comunidade. Há outro fator, tão fundamental quanto conseguir o espaço: a operacionalização (deslocamento, recursos financeiros e humanos) para tornar a proposta viável. Talvez se justifique o baixo uso de espaços fora do ambiente escolar, conforme apresentado na Tabela 4.

Aproximar o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, como propaga o PME, faz parte do rol de atribuições socioeducativas da escola. Nesse campo, as atividades extraclasse, como visitas a museus, teatros, bibliotecas, circos e outros equipamentos culturais são recomendadas, porém, como revelaram os alunos entrevistados, a situação ideal não dialoga com a condição real.

Abrir o leque de possibilidades aumenta o poder de escolha do indivíduo e amplia sua visão de mundo. Para Gonçalves (2006), as classes média e alta já proporcionam as atividades extraescolares aos seus filhos com a inserção em um novo idioma, na prática de algum esporte, na oportunidade de contato e conhecimento com a cultura, em suas diversas formas. Nesse sentido, o Programa Mais Educação, em suas recomendações, propõe incentivar a interação dos alunos com diferentes linguagens culturais dentro da escola, nos contraturnos, através da ampliação da jornada. Aí reside uma das principais questões: a quantidade deve se sobrepor à qualidade? Ou ainda, a quantidade pode ser considerada um impulso inicial para se buscar, ao longo do tempo, as condições necessárias e suficientes para uma educação ampla e transformadora? Segundo Gonçalves (2006, p.132),

> Essas horas, não apenas as suplementares, mas todo o período escolar, são uma oportunidade em que os conteúdos propostos podem ser ressignificados, revestidos de caráter exploratório, vivencial e protagonizados por todos os envolvidos na relação ensino-aprendizagem.

O que querem os estudantes

Os alunos sentem falta de um ambiente adequado ao ensino-aprendizagem, o que revela um afastamento da noção de uma "educação pobre para pobre". É pouco provável que a baixa qualidade da educação, no que diz respeito ao uso insuficiente de diferentes ferramentas e a ineficiência de conteúdo, passe desapercebida pelos estudantes nos dias atuais, graças à alta conectividade e as múltiplas relações sociais. Nesse sentido, o estudo

aponta para as melhorias demandadas pelos alunos para que os objetivos, propostos pelo Programa Mais Educação e já vivenciados por eles possam ser minimamente alcançados.

Ter mais equipamentos, como computadores para uso efetivo (78,9%), espaços suficientes na escola para as múltiplas atividades (74,6%), aulas fora do ambiente escolar (70,8%) – levando para além-muros os saberes adquiridos e se realimentando de novos ensinamentos –, e a falta de materiais para atividades esportivas (70,4%) são reivindicações com percentuais significativos apresentados pelos entrevistados (ver Tabela 9). Ao se observar as outras respostas, verifica-se, ainda, o baixo uso de laboratórios e a necessidade da prática de mais esportes, o que pode demonstrar que ao tomar conhecimento de novas ferramentas didáticas e equipamentos escolares, o estudante passe a sentir a necessidade de incluí-las em seu repertório de ensino.

Ao se estabelecer a comparação entre regiões, o que se pode observar são as menores demandas de alunos do sul e do sudeste, quando indagados sobre as melhorias necessárias no PME. No entanto, não se pode deixar de perceber que mesmo apresentando menores percentuais, comparativamente às outras partes do país, mais da metade desses alunos também reivindicam mais espaços, mais equipamentos e aulas extraclasse. Para Abramovay; Castro; Waiselfisz (2015, p.209),

> As instalações e os recursos materiais são elementos importantes na escola, na medida em que uma infraestrutura adequada pode favorecer o processo pedagógico e a convivência social. Uma escola com boa infraestrutura assegura um ambiente adequado e agradável para professores e demais integrantes da equipe escolar trabalharem, bem como oferece os recursos e as condições para que os jovens desenvolvam seu potencial.

Com o Programa Mais Educação implantado em escolas da rede pública brasileira ficaram evidenciadas as lacunas existentes no sistema educacional. O Programa expôs as deficiências materiais, administrativas e humanas das instituições de ensino. Quer seja do ponto de vista da infraestrutura espacial, com ausência de salas de música, quadras esportivas, refeitório apropriado, condições sanitárias e de higiene adequadas à proposta de horário integral, com a permanência por sete horas dos alunos na escola; quer seja do ponto de vista da incapacidade gerencial de efetivar as atividades extraclasses, contribuindo para que se reforce a ideia de se estar propiciando aos estudantes mais atividades em formatos e condições já utilizadas nas escolas, está clara a deficiência já mencionada.

Tabela 9 – Melhorias necessárias no Programa Mais Educação, por regiões geográficas.

Melhorias	*Regiões*					
	Norte (%)	*Nordeste (%)*	*Sudeste (%)*	*Sul (%)*	*Centro-Oeste (%)*	*Total (%)*
Ter mais equipamentos	94,2	81,7	72,5	72,5	39,0	78,9
Ter mais espaço físico na escola	74,7	79,4	60,8	60,8	74,7	74,6
Ter aula fora da escola	70,9	74,8	62,1	62,1	71,4	70,8
Ter mais materiais para atividades esportivas	68,7	75,0	60,1	60,1	68,8	70,4
Ter mais participação dos alunos	70,3	71,9	69,9	69,9	63,0	68,6
Ter esportes	58,2	65,5	47,0	47,0	55,8	59,8
Ter aula de dança	54,4	57,7	48,4	48,4	48,0	53,1
Não sabe	-	2,0	2,0	2,0	0,6	1,5
Não respondeu	2,7	0,6	-	-	1,9	1,5

Fonte: pesquisa direta da Fundaj 2014/2015.
*Percentual com relação ao total de entrevistados (1.231).

O mais curioso (ou preocupante) nas reivindicações dos entrevistados é a demanda por condições básicas de funcionamento da escola. Nesse sentido, corroborando com essa análise, a pesquisa **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** coordenada por Abramovay (2015) revelou que, ao serem perguntados sobre o que mudariam na escola, os estudantes se restringiram apenas a destacar o que falta nas atuais condições,

> ficando os jovens mais na crítica ao vivido e nas propostas de reformas específicas, do que a idealização de outros tipos de escola. É possível notar, mais uma vez, limitações no quadro propositivo ou na consciência possível dos direitos de ter uma escola diferente (p.208).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Programa Mais Educação, com todas as características e formatos estabelecidos em documentos oficiais, expôs as mazelas da escola pública brasileira. A necessidade de se ter uma escola em tempo integral, em dois turnos, revelou as deficiências materiais, humanas e administrativas das instituições de ensino. Ao sugerir, por exemplo, atividades artísticas, esportivas e culturais nos contraturnos, o PME, defrontou-se com limitações de espaços para futebol, judô, dança, música e outras

linguagens gerando um conflito interno entre salas para aulas regulares e o "Mais Educação", forma usual na fala dos estudantes.

Por se tratar de uma proposta de dois turnos, as escolas envolvidas com o Programa não apresentam infraestrutura adequada e suficiente de áreas para banho e repouso dos alunos em sua permanência na escola. As queixas frequentes de estudantes entrevistados revelam a incapacidade da instituição de ensino de oferecer ambiente propício à educação em dois turnos. O que se conclui é que o "mais do mesmo" pode estar sendo replicado nas escolas.

Apesar das dificuldades e limitações, o Programa Mais Educação, com suas atividades diversificadas e prazerosas em alguns aspectos do ensino/aprendizagem,

- melhorou o desempenho escolar do aluno, sob o ponto de vista do próprio beneficiário como também de dirigentes e professores;
- ampliou o leque de oportunidades profissionais com a introdução de novos conhecimentos e aprendizagens no campo artístico, cultural e esportivo;
- criou mais oportunidades de escolhas com as diferentes atividades apresentadas;
- assegurou a "proteção à violência" e às "más companhias" configurando-se a escola em "porto seguro" por propiciar aos alunos mais tempo em seus espaços.

Por outro lado, estabeleceu a dicotomia "aluno do integral" e "ensino regular", em virtude da não abrangência do Programa a todos os estudantes da rede pública. O PME, em sua proposta inicial, é direcionado a alunos cujas famílias participem de programas sociais, como o Bolsa Família.

O aumento progressivo do tempo da jornada escolar no ensino fundamental já era previsto no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Também no Programa Mais Educação a variável tempo é fundamental, associada aos espaços, entendidos também como territórios onde se manifestam diferentes saberes (RIBEIRO, 1996).

As variáveis tempo e espaço, em sua relevância, cumprem sua função apenas quando em harmonia com as necessidades de seus usuários, conforme já discutido no texto. A sinergia entre os diversos atores que compõem a escola é fundamental para o sucesso do Programa Mais Educação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; WAISELFISZ, J. J. **Juventudes na escola, sentidos e buscas:** Por que frequentam? / Brasília-DF: Flacso, 2015.

ALENCAR, A. L. H. **Estilo de vida e sociabilidade**: Relações entre espaço, percepções e práticas de lazer na sociedade contemporânea. Recife: Editora Massangana, 2008.

AUGÉ, M. **Não Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, p. 10-32, jul/dez. 2006.

BARBOSA, M. L. de O. **Desigualdade e desempenho**: uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la recherche em sciences sociales**. n. 31, jan. 1980.

_____. **Poder, derecho y classes sociales**. Bilbao: Desclée, 2001.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTRO, A. de; LOPES, R. E. A escola de tempo integral: desafios e possibilidades. **Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.19, n.71, p.259-282, abr./jun. 2011.

CAVALIERE, A. M. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v.20, n.100 – Especial, p.1015 – 1035, out. 2007.

_____. Escolas de tempo integral *versus* alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v.22, n.80, p.51-63. abr. 2009

_____. Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de Estado? **Educ. Soc.**, Campinas, v.35, n.129, p.1205-1222, out./dez. 2014.

COELHO, H. F. C. **Projeto de pesquisa empírica amostral para avaliação do Programa Mais Educação** (Produto 1, Edital 01/2013, Projeto Fundaj/UNESCO). João Pessoa, 2014.

CURY, C. R. J. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educ. Soc.**, Campinas, v.35, nº129, p.103-1066, out/dez. 2014.

DAYRELL, J; GEBER, S. Os "novos" educadores dos programas de educação integral: uma análise das práticas educativas dos agentes culturais. **Educ.rev**. Belo Horizonte, v. 31, n.4, out./dez. 2015

EDUCAÇÃO INTEGRAL. Texto referência para o debate nacional. Brasília: Mec, Secad, p. 52, 2009. (Série Mais Educação)

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Avaliação de Resultados da Gestão e Práticas Pedagógicas do Programa Mais Educação no Brasil**. Relatório Preliminar. Sumário Executivo. Recife, 2015.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 18 abr. 2016.

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre educação integral. **Cadernos CENPEC**, n.2, p.129-135, ago./dez. 2006.

GOUVEIA M. J. A. Educação integral com a infância e a juventude. **Cadernos CENPEC**, n.2, p.77-85, 2006.

GUIMARÃES, L. Desigualdade persiste, apesar de avanços na educação. **Valor Econômico**, São Paulo, 2 fev. 2016b. Disponível em <www.valoreconomico.com.br>. Acesso em: 18 abr. 2016.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da "cultura"; espaço, identidade e política da diferença. *In:* ARANTES, A. A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**: complementos y estúdios prévios: Madrid: Cátedra, 1989.

INDA, A. G. Introducción. La razón del derecho: entre habitus y campo. In: **Poder, derecho y clases sociales**. Bilbao: Desclée, 2001.

LECLERC, G. de F. E; MOLL, J. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação integral e em tempo integral. **Educ.rev**. n.45, Curitiba, jul./set. 2012.

LOPES, L. de C.; ARAÚJO, J. C. **Avaliação do Programa Mais Educação na rede municipal de Fortaleza***:* a realidade das escolas da Regional V. XVI ENDIPE- Encontro nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campinas: UNICAMP, 2012.

MAURÍCIO, L. V. O que se diz sobre a escola pública de horário integral. **Cadernos CENPEC**, n.2, p.57-67, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Secretaria de Educação Básica. **Manual operacional de educação integral**. Brasília, 2013.

MOSNA, R. **Avaliação da política pública "Programa Mais Educação" em escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul**: impactos na qualidade da educação e no financiamento do ensino fundamental. 2014. 249 p. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NÓBREGA, S. A.; SILVA, M. A. **Programa Mais Educação**: ampliando quantidades, garantindo qualidades? XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 27 a 30 de maio de 2013. Recife, 2013.

PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL nº17 de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial da União** - Seção 1, nº 80, 26 de abril de 2007.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. Passo a passo. Disponível em <www.portal.mec.gov.br/documentos/passoapasso_maiseducacao.pdf>

REY, F. G. La subjetividad y su significación para el estudio de los procesos políticos: sujeto, sociedad y política. In: ECHANDÍA, C.P.; GÓMEZ, A.D.; VOMMARO, P. (Org.). **Subjetividades políticas**: desafíos y debates latinoamericanos. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012.

RIBEIRO, A. C. T. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, Maria A. **Milton Santos e o Brasil**: territórios, lugares e saber. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996, p. 39-56.

TEIXEIRA, A. S. **Educação não é privilégio**. São Paulo, Cia Editora Nacional, 2ª ed. Coleção Cultura, Sociedade, Educação, v.10, 1967.

_____. O manifesto dos pioneiros da educação nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.65, n.150, p.407-425, maio/ago. 1984.

_____. Uma experiência de educação primária integral no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.38, n.87, p. 21-33, jul./set. 1962.

TEIXEIRA, I. A. C. Da condição docente: primeiras aproximações teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 426-43, maio/ago. 2007. Disponível em http://.cedes.unicamp.br. Acesso em jul. 2016.

VALLE, I. R. O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n.38, p. 411 – 437, jan./abr. 2013

FEMINISMO E CELEBRIDADES NO SISTEMA CAPITALISTA[1]

Isaac Matheus Santos Batista
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da UFRPE. E-mail: isaacmsbatista@gmail.com.

Maria Alice Vasconcelos Rocha
Doutora em Design de Moda pela University for the Creative Arts/University of Kent. E-mail: modalice.br@gmail.com.

Priscila Samanta Santos Silva
Bacharel em Design pela UFRPE. E-mail: prii.santoos@hotmail.com

RESUMO

O artigo aqui disposto apresenta uma discussão acerca da relação existente entre as celebridades e o feminismo dentro do sistema capitalista contemporâneo. Através de uma pesquisa de cunho bibliográfico, entendemos que, no capitalismo, as personas das celebridades são transformadas em mercadorias para o consumo das massas. O feminismo, então, é usado pela indústria cultural como um recurso simbólico que auxilia a posicionar mercadologicamente, dentro de um mapa de significados, as celebridades que com ele se associam, de modo que seja possível satisfazer as necessidades de significados dos consumidores. Estes, através dos diversos rituais de consumo, podem integrar os significados associados às celebridades às suas próprias identidades, construindo simulacros existenciais diante de si mesmos e dos outros. Desse modo, o feminismo se torna um meio de agregar valor às imagens públicas dos famosos da mídia, tornando-se uma das fontes de lucro para a indústria musical e de altos salários para as celebridades que agenciam o feminismo através de suas personas.

PALAVRAS-CHAVE: *Consumo. Indústria cultural. Celebridades. Feminismo.*

1. Trabalho submetido em 08/09/17 e aprovado em 28/11/17. Para citar este artigo: BATISTA, I. M. S.; ROCHA, M. A. V.; SILVA, P. S. S. Feminismo e Celebridades no sistema capitalista. **Cadernos de Estudos Sociais,** Recife, v.32, n. 1, p. 47-62, jan/jul de 2017. Disponível em: < http://periodicos.fundaj.gov.br/index. php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

ABSTRACT

This paper presents a discussion about the relationship between celebrities and feminism in the contemporary capitalist system. Through a bibliographic research, the study reveals that capitalism transforms celebrities' personas into commodities for mass consumption. Thus, the cultural industry uses feminism as a symbolic resource that cooperates with the positioning of the celebrity market, helping to place celebrities into a cultural map of meaning where feminism is associated with celebrities in order to satisfy consumers' necessities and desire for meanings. Through consumption rituals, consumers are able to integrate the meanings previously associated with the celebrities into their own identities. Thus, feminism becomes a means of adding value to the celebrities' public image, becoming one of the sources of profit for the musical industry and enhancing the salaries of celebrities who embrace the feminist persona.

KEYWORDS: *Consumption. Cultural industry. Celebrities. Feminism.*

RESUMEN

Este artículo presenta una discusión sobre la relación entre las celebridades y el feminismo en el sistema capitalista contemporáneo. A través de una investigación bibliográfica, entendemos que el capitalismo transforma a las personalidades de las celebridades en productos para el consumo en masa. Entonces, la industria cultural usa el feminismo como un recurso simbólico que coopera en el posicionamiento del mercado de las celebridades, ayudando a ubicar a las celebridades en un mapa cultural de significado donde el feminismo es un significado con el que las celebridades se asocian para satisfacer las necesidades y deseos de significados de los consumidores. A través de los rituales de consumo, los consumidores pueden integrar los significados previamente asociados con las celebridades en sus propias identidades. Por lo tanto, el feminismo se convierte en un medio para agregar valor a las imágenes públicas de las celebridades, convirtiéndose en una de las fuentes de ganancias para la industria musical y de altos salarios para las celebridades que abrazan la imagen feminista.

PALABRAS-CLAVE: *Consumo. Industria cultural. Celebridades. Feminismo.*

INTRODUÇÃO

Com os movimentos feministas ganhando destaque crescente na sociedade e atingindo grande quantidade de pessoas através, por exemplo, de redes sociais virtuais como *Facebook* e *Twitter*, onde as pessoas tanto apreendem quanto produzem conteúdo acerca desse movimento social, cada vez mais a cultura de massa tem trazido questões do feminismo para sua agenda.

Muito do que se tem falado acerca da relação entre esse movimento social e a cultura de massa gira em torno das celebridades que cada vez mais se afirmam publicamente como feministas. Exemplos como Beyoncé, Emma Watson, Jennifer Lawrence, no exterior, e Pitty, Anitta, Taís Araújo, no Brasil, mostram que o que era antes um tabu no meio do entretenimento agora tem se tornado um discurso para as massas.

Diante desse fenômeno social, este trabalho pretende, de maneira geral, compreender qual a participação do feminismo na cultura das celebridades dentro do sistema capitalista contemporâneo.

Visto isso, esta pesquisa é de cunho teórico-reflexivo, explicativo e qualitativo, cuja técnica de pesquisa empregada é a bibliográfica, ou seja, lançaremos mão de fontes já publicadas sobre o assunto em questão, provenientes dos mais diversos formatos, para chegarmos a resultados que expliquem quais os porquês que giram em torno do objeto de pesquisa selecionado, nos importando mais com os sentidos da ocorrência do fenômeno do que com suas características numericamente mensuráveis (MARCONI; LAKATOS, 2010).

CRÍTICA À IDEIA DE FEMINISMO POP

De maneira geral, o feminismo é um movimento social que busca a equidade de direitos e deveres e a justiça econômica, política e cultural entre os homens e as mulheres. Seu caráter, entretanto, não é uno, pois dentro desse conceito amplo há uma série de "feminismos" cujas correntes de pensamento são diversificadas. Por haver épocas de maior e menor proeminência do movimento, momentos esses que são marcados por diferentes reivindicações e pautas, há uma concordância acadêmica em dividir a história do movimento em "ondas". Esse modo de tratar o feminismo já se espraiou e se solidificou socialmente, de modo que é perene e recorrente essa abordagem histórica no fazer científico (MATOS, 2010; SNYDER, 2008).

A primeira onda feminista se deu no início do século XX. Conhecida como movimento sufragista, visava à igualdade política, pois as mulheres exigiam o direito de exercerem o voto e de serem votadas (MATOS, 2010; SNYDER, 2008).

A segunda onda iniciou em fins da década de 1960 e início dos anos 1970. Nesse contexto, as mulheres questionam fortemente a cultura machista e patriarcal da sociedade. Durante a segunda onda feminista, as mulheres buscavam a liberdade pessoal, caracterizada, dentre outras

formas, pelo controle do corpo e da sexualidade, e pelo maior engajamento no mercado de trabalho (MATOS, 2010; SNYDER, 2008).

A terceira onda do feminismo floresce nos últimos anos da década de 1980 e no começo da década de 1990 (e muitos acreditam que ainda se estende até os dias atuais), quando a categoria "mulher" é criticada por unificar as mulheres sob uma perspectiva homogeneizadora (MATOS, 2010; SNYDER, 2008). Rodrigues (2013) afirma que é nessa época que estudiosas que viviam em contextos anglo-saxões produziram estudos que explicitavam a necessidade de atentar, dentro do feminismo, para outros sistemas de poder como raça e classe, pois o movimento feminista ainda era capitaneado por mulheres brancas de classe média e da burguesia que, por vezes, não davam a devida atenção ao modo como mulheres negras e da classe trabalhadora experienciavam suas vivências enquanto mulheres. Para as mulheres feministas que lideravam o movimento, a raça e a classe não eram importantes nas pautas discutidas, pois o foco maior deveria ser dado para a questão do sexismo que, segundo elas, era a real causa dos sofrimentos de toda mulher.

Sob essa forma de pensar o feminismo, as mulheres negras e trabalhadoras acabavam não encontrando um lugar de fala onde pudessem expressar suas experiências particulares, pois, por um lado, tinham as categorias raça e classe invisibilizadas no movimento das mulheres e, por outro, sofriam uma invisibilização da categoria mulher no movimento negro e trabalhador (DAVIS, 2016). Foi diante dessa necessidade de se entender como o gênero se ligava a outros sistemas discriminatórios que Crenshaw (2002 apud RODRIGUES, 2013, p. 6) apresentou o conceito de interseccionalidade:

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Interseccionalidade não se trata de pensar que há uma soma de opressões que recaem sobre determinados grupos de indivíduos, onde um ou outro sistema discriminatório está num grau maior ou num nível mais alto de opressão, pelo contrário, esse conceito vem para acabar com a hierarquização das opressões e mostrar que elas estão interligadas, influenciando-se

mutuamente. Assim, a vivência de uma pessoa de sua posição enquanto mulher vai ser diferente dependendo se essa pessoa é negra, branca, pobre, de elite, heterossexual, homossexual, etc. Isso porque essas posicionalidades de gênero, classe, raça e sexualidade não podem existir individualmente umas sem as outras. Elas são vivenciadas em conjunto de forma interdependente. Sob essa perspectiva, não existe "A Mulher", mas as mulheres, de forma que não se pode reduzir suas existências a fórmulas e análises gerais (RODRIGUES, 2013).

Rodrigues (2013) informa que devido à maleabilidade do termo, muitas pessoas passaram a usar essa terminologia do feminismo interseccional de formas diferentes, dependendo da abordagem, promovendo inclusive um esvaziamento do sentido original do conceito em estudos sobre gênero nos anos 1980 e 1990, época em que o termo foi cunhado e se disseminou.

No início da pesquisa que aqui se expõe, tomou-se mão do termo "feminismo pop" como se o mesmo supostamente fizesse referência às representações de mulheres feministas nos meios de comunicação de massa, pois cada vez mais tem se ouvido esse termo flutuar indefinidamente pelas conversas informais, pelos *posts* nas redes sociais e inclusive em discussões no âmbito acadêmico e jornalístico que dão a entender que o termo refere ao feminismo apresentado no *mainstream*. Porém, entre usos e apropriações da expressão, restou-se perguntar: o que seria "feminismo pop"? Até que ponto esse termo pode ser usado como um conceito ou uma teoria que abarca determinadas abordagens acerca do feminismo na cultura de massa? Existe mesmo feminismo pop?

Segundo Bell (2008), o termo "feminismo pop" surge na década de 1990 no Reino Unido, numa época em que houve uma profusão de lançamentos de novas celebridades do ramo musical, como Geri Halliwell e Kerry Katona, que exploravam os problemas da vida cotidiana com a família, as drogas e o sexo para construírem uma imagem de uma pessoa desvirtuada, fora dos padrões do bom costume, de modo a ganhar destaque nas mídias e atrair um público consumidor ávido por romper com a tradicionalidade das gerações passadas. Ou seja, essas celebridades tinham suas vidas privadas espetacularizadas para gerar lucro para a indústria musical que as contratavam e promoviam e para garantir, assim, altos salários para elas mesmas.

O conceito de "feminismo pop" surgiu para designar essas cantoras britânicas, pois, de certa forma, elas rompiam com um estereótipo de mulher recatada, delicada e maternal, muito ligado ao ideal de mulher romântica que foi muito questionado em estudos sobre gênero, como por

meio do texto de De Beauvoir (1970), que contestou o modelo de feminilidade imposto às mulheres brancas de classe média e da burguesia do seu tempo. Segundo Bell (2008, n. p., tradução nossa), o termo inicialmente mencionado pode ser definido como se segue:

> "Feminismo pop" se refere à retórica semi-feminista largamente encenada na cultura pop e organizada em torno de celebridades do sexo feminino que abraçaram o estereótipo da "*bad girl*" e que eram tanto ridicularizadas quanto idolatradas nos tabloides midiáticos pela mesmíssima razão[2].

Sentiu-se certo desconforto diante dessa definição, visto que ela apenas abarca um determinado estereótipo de uma determinada época no contexto britânico. O termo não dá margem para analisar as várias formas como o feminismo é representado na mídia em diferentes tempos e espaços. Além disso, percebeu-se que a terminologia desse termo remete ao modo como se expressam os diferentes feminismos sob o conceito de interseccionalidade, como, por exemplo, feminismo lésbico, feminismo negro, entre outros. Sua incoerência, porém, se encontra justamente no fato de que, apesar de grafado semelhantemente, seu significado não está de acordo com o conceito de interseccionalidade conforme foi apresentado.

Essa insatisfação nos remete novamente ao texto de Rodrigues (2013), autor responsável pelo resgate histórico dos usos do conceito em questão nos estudos de gênero e pela descoberta de como foi cunhado seu sentido originalmente, bem como o que ele abarca enquanto ferramenta para a pesquisa e prática feminista. Comparando as ideias de Bell (2008) e Rodrigues (2013), percebe-se que a época em que o termo "feminismo pop" surgiu é a mesma época em que o conceito de interseccionalidade foi propagado, muitas vezes de maneira errônea. Talvez isso explique o fato de que "feminismo pop", segundo a definição apresentada por Bell (2008), seja tão limitado e esteja em desacordo com a ideia de interseccionalidade, apesar de usar a mesma terminologia, uma vez que não faz a relação de interdependência entre os diversos sistemas de opressão vivenciados pelas mulheres, mas focaliza apenas um estereótipo particular divulgado pela indústria musical britânica de então.

2. No original: "'*Pop-feminism' refers to the quasi-feminist rhetoric overtly staged within popular culture and organized around female celebrities who embraced the "bad girl" stereotype and who were both derided and revered in the tabloid media for that very reason*".

Entendemos, dessa forma, que "feminismo pop" recai em um nomenclaturismo desnecessário, incoerente e que não abre possibilidades de pesquisas. Acreditamos ter sido necessário expor e fazer críticas aqui, pois ele tem sido muito usado em diversos locais e esferas, de modo que desejávamos criar uma antítese para a partir daí mostrar o caminho teórico pelo qual decidimos seguir. Nesta pesquisa, não usaremos esse "conceito" e, inclusive, recomenda-se que não seja usado da forma como foi definido, pois confunde e distorce o conceito de interseccionalidade, que é tão valioso para os estudos e práticas feministas, e deixa de atentar para a complexidade da relação entre cultura de massa e feminismo. Sendo assim, nos resta discutir, agora, de forma mais profunda, como as celebridades se relacionam com o feminismo dentro do sistema capitalista da atual sociedade.

A CELEBRIDADE COMO MERCADORIA X O FEMINISMO

Devido ao advento da Revolução Industrial, a produção manual passa a ser secundária, dando lugar às indústrias que vão sendo construídas nos centros das novas cidades. Com uma capacidade de produção cada vez maior, alimentada, em parte, pelas inovações tecnológicas e pela divisão das atividades laborais, as indústrias vão se concentrar em produzir para a maior quantidade possível de pessoas, garantindo, assim, o máximo de lucro para a burguesia que tinha a propriedade dos meios de produção (MARX, [1939] 1985; MORIN, 1997).

Produção em série, divisão de tarefas, lucro máximo, grande quantidade de consumidores... essas são características que não estão ligadas somente aos artefatos fisicamente palpáveis que saem das máquinas industriais. Morin (1997) diz que no século XX outro tipo de industrialização começou a ocorrer:

> A segunda industrialização, que passa a ser a industrialização do espírito, e a segunda colonização que passa a dizer respeito à alma progridem no decorrer do século XX. Através delas, opera-se esse progresso ininterrupto da técnica, não mais unicamente votado à organização exterior, mas penetrando no domínio interior do homem e aí derramando mercadorias culturais (MORIN, 1997, p. 13).

Com isso, Morin (1997) mostra que a indústria passou a produzir e distribuir não apenas objetos materiais, mas também um imaginário a ser

consumido pelas pessoas. Esse imaginário é chamado por Morin (1997) de **cultura de massa**, um conjunto de significados culturais reproduzidos, criados e disseminados para uma audiência muito ampla e que engloba pessoas com características demográficas das mais diversas. Essa cultura de massa é transmitida através dos meios de comunicação de massa que fazem parte do cotidiano dos indivíduos, sendo acessados por uma quantidade gigantesca de pessoas pelo mundo que possuem televisões, rádios, vão ao cinema, etc.

A cultura de massa, apesar de criar imagens espetaculares que, por vezes, entregam aos consumidores versões de um mundo muito mais maravilhoso e interessante que aquele rotineiro em que eles vivem, ainda atua sob as normas "técnicas, burocráticas, capitalistas, de classes, burguesas, individualistas" (MORIN, 1997, p. 14) que regem a sociedade atual.

Um dos produtos mais valiosos da indústria cultural são as celebridades que, por definição, são pessoas que passam pelo processo de celebrificação, ou seja, se tornam amplamente conhecidas através da mídia, que lhes fornece prestígio ao integrá-las nos processos de identificação e projeção com seu público consumidor (ROJEK, 2008).

Ao se tornar uma celebridade, o indivíduo passa a ser dividido entre um **eu-privado**, entendido como quem a celebridade é de verdade enquanto indivíduo que possui um cotidiano, e uma **persona**, também chamada de rosto público ou imagem pública, que diz respeito à celebridade enquanto mercadoria, ou seja, quem ela é no âmbito público, como sua imagem é construída e entregue à audiência (ROJEK, 2008).

Uma vez dentro da lógica capitalista, as celebridades são planejadas para atraírem o desejo dos sujeitos, de modo que esses consumam sua figura pública e rendam grandes salários para elas e altos lucros para as empresas com as quais elas possuem contrato (ROJEK, 2008).

Observando desse ponto de vista, fica evidenciado que uma discussão acerca do eu-privado das celebridades é quase infrutífera, pois muito dificilmente poderemos ter acesso à vida privada das celebridades e aos seus reais sentimentos, desejos e pensamentos, pois mesmo quando uma revista ou um programa de TV se esmera em mostrar o cotidiano de um famoso, esse cotidiano já se tornou um espetáculo público de consumo de massa, editado, planejado, encenado, patrocinado. Dessa forma, discutir se um astro ou estrela é ou não feminista de verdade não trará resultado algum, pois não conseguiremos atingir o cerne de sua identidade. O material disponível acerca de seus posicionamentos políticos enquanto feministas é material midiático e serve para construir sua imagem pública enquanto celebridade.

Deve-se compreender, portanto, que a celebridade é um produto cultural que, por estar dentro de um sistema capitalista, tem sua imagem pública transformada em mercadoria para consumo das massas e visa, no fim das contas, garantir o lucro máximo (MORIN, 2997; ROJEK, 2008). Desse ponto de vista, podemos, então, fazer algumas conexões entre a celebridade e os estudos de gerenciamento de marca.

Como toda marca e mercadoria, a celebridade também necessita de uma boa equipe de marketing que gerencie os significados associados à sua persona, de modo a lhe agregar valor, pois "valor é a base do preço. É a fonte do lucro" (MCCRACKEN, 2012, p. 187).

De acordo com McCracken (2012), de maneira geral, uma marca pode se associar com qualquer significado, mas alguns são mais oportunos para algumas categorias de produtos e marcas que já têm uma história de tradição entre seus clientes. Para saber com quais significados uma marca deve ser associada, é necessário fazer uma seleção de mercados-alvo a partir de uma segmentação de significados. Ou seja, deve-se entender quais as necessidades de significados das pessoas e, a partir disso, agregar valor à marca de modo que satisfaça as necessidades dos consumidores.

Quando uma celebridade se associa às questões do feminismo, então, não se trata necessariamente de um posicionamento político marcado por militância e ativismo por parte do eu-privado da celebridade, mas de um posicionamento mercadológico de seu rosto público, onde sua marca (sua persona) é situada dentro de um "mapa de significados" (MCCRACKEN, 2012, p. 195) que retrata onde ela mesma e todas as outras celebridades estão posicionadas no espectro total de significados que os diversos consumidores necessitam.

Devido a isso, é importante, enquanto pesquisadores, não romantizar a atitude dessas celebridades em relação aos movimentos sociais, pois nem sempre há um compromisso real com as pautas defendidas por movimentos de contracultura. A cultura de massa passa a integrar os discursos do movimento devido à sua capacidade de gerar lucro. Quando as necessidades do segmento mercadológico mudam, por vezes deixa-se de lado o suposto compromisso político que antes se tinha e são elaboradas novas formas de lucrar. Um exemplo disso pode ser tirado do estudo de Bell (2008), que foi discutido anteriormente, acerca das cantoras pop britânicas que adotaram o estereótipo da *bad girl* nos anos 1990.

Segundo a autora, quando essas cantoras ficaram mais velhas e já não possuíam o sucesso de antes, a indústria musical percebeu que as necessidades de significados dos antigos adolescentes que consumiam essas

celebridades, agora adultos, haviam mudado. Os profissionais notaram que cada vez mais pessoas sofriam com problemas de saúde mental e começaram a produzir uma gama de materiais como livros de autoajuda, biografias, entrevistas, etc., onde essas antigas cantoras justificavam suas atitudes descontroladas na juventude como um fruto de problemas mentais que tiveram de ser superados com grande sofrimento e persistência. Além disso, havia um trabalho de reposicionamento de suas imagens ao associá-las, por exemplo, com a maternidade e a religião, de modo a inseri-las em meio a valores conservadores e tradicionais que mostravam que elas foram "curadas" de seus problemas mentais e atingiram o equilíbrio espiritual, servindo também de apoio àqueles antigos adolescentes transgressores que agora tinham de se ajustar à vida adulta como pais e trabalhadores (BELL, 2008).

Bell (2008) mostra que esse reposicionamento de suas personas acaba prejudicando a imagem do feminismo, pois contribui para que as pessoas vejam as mulheres que não se submetem ao padrão imposto pelo machismo como mulheres histéricas, loucas, que precisam de ajuda psicológica para serem reajustadas na sociedade. Ou seja, não houve um compromisso sério com o movimento. O anseio pelo lucro é tão grande que levou até mesmo a macular o feminismo que antes, nos anos 1990, era defendido e explorado por essas mesmas celebridades.

Talvez essas mulheres e tantos outros astros e estrelas sejam realmente feministas em suas vidas privadas, mas sobre isso nunca teremos total certeza; o que importa é saber que, como celebridades, elas só adotaram o estereótipo da *bad girl* devido ao fulgor que o movimento feminista possuía nos anos 1990, sendo essa década a que marca o início da terceira onda feminista (BELL, 2008; SNYDER, 2008). Quando o lucro exigiu um novo posicionamento mercadológico, elas abriram mão do discurso que agenciavam e seguiram novos rumos dentro do mapa de significados.

Diante disso, percebe-se a possibilidade de inserir a celebridade como um bem de consumo dentro do modelo de movimentação de significados proposto por McCracken (2007), o qual trata acerca do modo como os bens são dotados de determinados significados culturais que são entregues às pessoas através do consumo. Essa movimentação do significado se dá inicialmente do mundo culturalmente constituído para os bens de consumo e destes para o consumidor individual. Por essa perspectiva, o feminismo aparece como mais um significado transferido para a celebridade-mercadoria, de modo que essa possa enfim satisfazer as necessidades de significados dos consumidores.

No modelo de movimentação de significados, estes inicialmente fazem parte do mundo culturalmente constituído. A cultura serve como uma estrutura sobre a qual todas as práticas das pessoas são construídas, desde o modo de se sentar até as danças e objetos produzidos por uma sociedade. Por outro lado, a cultura é também uma espécie de lente pela qual os sujeitos apreendem e assimilam essas práticas (MCCRACKEN, 2007).

Quando a cultura dota o mundo de significados pelos quais as pessoas constroem e avaliam suas práticas, então ela está constituindo o mundo. Um mundo culturalmente constituído é, portanto, aquele que é elaborado e assimilado por meio de significados compartilhados por um grupo de pessoas (MCCRACKEN, 2007).

Os significados que permeiam uma cultura necessitam de aspectos significantes que lhes deem sustentação, de modo que eles possam ser percebidos pelos sentidos: visão, audição, olfato, tato, paladar. Nessas circunstâncias, é notável que os artefatos presentes no mundo têm uma função além da simples resolução de problemas práticos e estéticos. Os objetos evocam significados culturais que ajudam a construir nossa realidade, assim como são resultados desses significados culturais (LINKE, 2013; MCCRACKEN, 2007).

Esses significados que permeiam o mundo culturalmente constituído precisam, então, ser movimentados para os bens de consumo (MCCRACKEN, 2007). Especificamente com as celebridades, esse processo de transferência de significado pode se dar de algumas maneiras diferentes.

Uma das maneiras é a partir da produção, que trabalha com a modelação da aparência e comanda, em certa medida, a elaboração das performances e aparições das celebridades. Para isso, é necessária uma grande quantidade de pessoas que forneçam capital cultural para produzir a celebridade, tais como marqueteiros, cabeleireiros, maquiadores, publicitários, figurinistas, o pessoal que organiza os shows, caso seja uma cantora, ou que projeta os cenários dos filmes, caso seja uma estrela do cinema, entre vários outros. Nesse momento, esses profissionais precisam identificar como os significados estão representados no mundo material, e captar e associar à celebridade apenas os elementos materiais que a dotem de significados desejáveis para atingir o público-alvo (MCCRACKEN, 2007, 2012; ROJEK, 2008).

Há também a influência da mídia, que reproduz a imagem que é criada por todos esses profissionais e que, às vezes, vai além, enviando paparazzi para captar o cotidiano dos famosos da mídia. A imagem da celebridade, então, pode sofrer reiterações ou alterações por meio dos textos escritos

pelos jornalistas ou das imagens feitas pelos fotógrafos. Não é raro que muitas revistas procurem avidamente por formas de difamar celebridades de grande sucesso e prestígio, por exemplo (ROJEK, 2008).

Por fim, os observadores também podem interferir nos sentidos construídos em torno das celebridades, pois participam do percurso gerativo de sentido, uma vez que as coisas têm seus significados interpretados com base no capital cultural daqueles que recebem a mensagem. Além disso, o público também pode empreender modificações nas representações das celebridades, através, por exemplo, de conversas cotidianas sobre os famosos, manipulações de suas fotos, criações de fã-clubes, etc. (ROJEK, 2008).

Após ter sido transferido do mundo culturalmente constituído para a celebridade, o significado é transferido para os consumidores. Essa é a última etapa do processo de movimentação de significados, e acontece por meios dos rituais de consumo. Segundo McCracken (2007, p. 108):

> O ritual é uma espécie de ação social dedicada à manipulação do significado cultural para fins de comunicação e categorização coletiva e individual. O ritual é uma oportunidade de afirmar, evocar, atribuir ou rever os símbolos e significados convencionais da ordem cultural. Nesse sentido, ele é uma ferramenta poderosa e versátil de manipulação do significado cultural. [...] Na América do Norte de hoje, o ritual é usado para transferir significado cultural dos bens para os indivíduos.

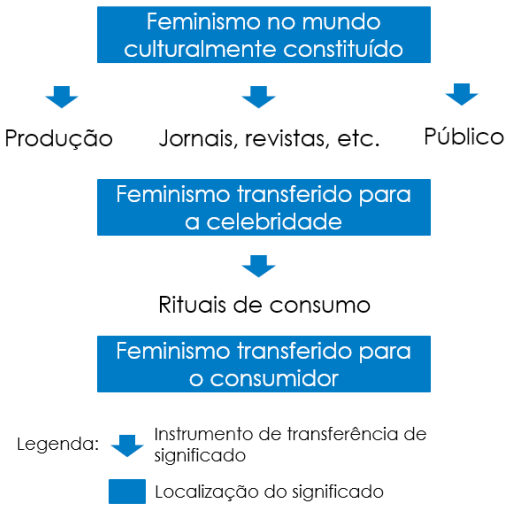
McCracken (2007) apresenta quatro tipos diferentes de rituais. **Os rituais de troca** são aqueles em que alguém seleciona um bem de consumo, o compra e dá à outra pessoa. Os **rituais de posse** seriam ocasiões e comportamentos pelos quais os sujeitos reclamam a posse de algo para si mesmos. Nos **rituais de cuidados pessoais**, são realizados constantes processos de cuidado pessoal, como cortes de cabelos, montagem de maquiagem, escolha de roupas, que servem para reaver significados que são, de certa forma, perecíveis. Os **rituais de desapropriação**, por último, são aqueles em que as pessoas tentam apagar os significados de determinados bens, porque eles pertenceram a outras pessoas ou porque eles estão para ser vendidos ou doados e o antigo dono quer tirar dos objetos os significados que outrora lhes conferiu.

De maneira geral, podemos dizer que quando uma pessoa consome os produtos das celebridades, desde um CD ou DVD de plástico até à sua imagem impalpável, seu desejo é maior do que apenas usufruir as funções práticas e estéticas presentes nesses artefatos. Na verdade, o consumo dos

produtos é um meio dos indivíduos acessarem os significados da persona das celebridades e com eles construírem suas identidades diante de si mesmos e dos outros (MCCRACKEN, 2007, MIRANDA, 2008, ROJEK, 2008).

A partir dos argumentos apresentados, fizemos uma adaptação do modelo de movimentação de significado de McCracken (2007), mostrando a relação entre o feminismo e a celebridade no sistema capitalista que a torna uma mercadoria, conforme a figura 1.

Figura 1 – Processo de movimentação do feminismo do mundo culturalmente constituído para a celebridade e desta para o consumidor.



Fonte: Adaptado de McCracken (2007, p. 100)

Diante disso, percebe-se que o feminismo está inicialmente no mundo culturalmente constituído; passa a ser movimento para as celebridades através da produção, dos jornais, revistas e outros meios que divulgam representações das celebridades, e também pelo esforço do público enquanto agente manipulador do mundo simbólico e "leitor" das imagens que são veiculadas; e depois é então transferido para os consumidores, através dos rituais de consumo, resultando em lucro para a indústria cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, pudemos ver que a relação entre o feminismo e a cultura das celebridades vai além do que comporta o uso indiscriminado

de um termo específico, a saber: feminismo pop. Compreendemos que pelo fato das celebridades serem um produto de uma poderosa indústria cultural cujo funcionamento ocorre dentro do sistema capitalista, os seus rostos públicos são mercadorias que são lapidadas para mobilizar o desejo dos consumidores e gerar uma margem de lucro alta e crescente.

Desse modo, o feminismo é vislumbrado pela indústria cultural como mais um significado dentro do mapa de significados que os consumidores necessitam. A associação de uma celebridade com o feminismo, assim, se trata de um posicionamento mercadológico que busca criar vínculos de identificação e projeção com uma audiência em potencial, que ao consumir a celebridade, consome também o universo simbólico criado em torno dela, se apropriando dos significados que a celebridade evoca para com eles construir sua própria identidade no cotidiano.

Dessa forma, compreende-se que, na cultura de massa, o feminismo se constitui como um recurso simbólico que é agenciado pela indústria cultural com a finalidade de gerar valor agregado à determinadas celebridades. Suas representações, entretanto, podem ser das mais diversas, devido à variedade de celebridades existentes, aos diferentes desejos e necessidades de consumo e às diversas instituições e sujeitos que cooperam com a modelação de suas imagens públicas.

Por fim, sugerimos aos leitores que se interessarem por esse assunto alguns temas para futuras pesquisas: (1) dimensionar o impacto que as celebridades que se posicionam como feministas tem na disseminação do movimento; (2) compreender como o feminismo, enquanto significado cultural, é materializado na construção da imagem das diversas celebridades feministas; e (3) compreender como os consumidores percebem essas celebridades e seu vínculo com o movimento e até que ponto ou de que forma a persona feminista delas tem um impacto no posicionamento que eles próprios fazem como feministas ou não feministas.

REFERÊNCIAS

BELL, E. From bad girl to mad girl: British female celebrity, reality products, and the pathologization of pop-feminism. **Genders**, nº 48, 2008, p. 1-20.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

LINKE, P. P. O vestuário e a cultura dos objetos. In. SIMILI, Ivana Guilherme; SALVADOR, R., org. (2013). **Indumentária e moda:** caminhos investigativos. Maringá: Eduem.

MCCRACKEN, G. **Cultura e consumo**: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. RAE, vol. 47, nº 1, 2007, p. 99-115.

_____. **Cultura e consumo II**: mercados, significados e gerenciamento de marcas. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, Eva Maria. (2010). **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ([1939] 1985).

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? In. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 67-92.

MIRANDA, A. P. C. de. **Consumo de moda:** a relação pessoa-objeto. São Paulo: Editora Estação das Letras, 2008.

MORIN, E. **Culturas de massas do século XX, o espírio do tempo 1 neuroses.** Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1997.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, Florianópolis, 2013. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ROJEK, C. **Celebridade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SNYDER, C. What is thid-wave feminism? A new directions essay. **Signs**, v. 34, n. 1, outono de 2008, p. 175-196.

CASA DO ARTESANATO JOSÉ MONTEIRO SOBRAL: CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM LARANJEIRAS (SE)[1]

Janaina Cardoso de Mello
Professora Doutora da Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: janainamello@uol.com.br.

RESUMO

O artigo orbita pela problematização das políticas públicas para a cultura no município de Laranjeiras (SE) a partir do estudo de caso da relação dos artesãos locais com a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral. Sendo um local pensado para garantir a salvaguarda do patrimônio imaterial e ao mesmo tempo potencializar o exercício de uma Economia da Cultura que possa propiciar autonomia e valorização das peças e seus produtores, busca-se identificar os sucessos e tensões nesse espaço. Como metodologia de trabalho optou-se pela história oral com os artesãos, além da análise do Plano Municipal de Cultura (2013-2022) e de dados publicados na mídia impressa e digital.

PALAVRAS-CHAVE: *Artesanato. Patrimônio Imaterial. Economia da Cultura.*

ABSTRACT

The article orbit by the questioning of public policies for culture in the municipality of Laranjeiras (SE) from case study of the relationship of local artisans with the Casa de Artesanato José Monteiro Sobral. Being a location thought to ensure the safeguarding of the intangible heritage and at the same time enhances the exercise of an economy of culture which can provide autonomy and development of parts and their producers, seeking to identify the successes and tensions in this space. As a work methodology has been chosen by the oral history with artisans, in addition to the analysis of Municipal Cultural Plan (2013-2022) and of data published in the printed and digital media.

KEYWORDS: *Crafts. Intangible Heritage. Economy of culture*

1. Trabalho submetido em 04/08/17 e aprovado em 27/11/17. Para citar este artigo: MELLO, J. C. de. Casa do Artesanato José Monteiro Sobral: cultura e política pública em Laranjeiras (SE). **Cadernos de Estudos Sociais,** Recife, v.32, n. 1, p. 63-85, jan/jul de 2017. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

RESUMEN

El artículo orbita la problematización de políticas públicas para la cultura en el municipio de Laranjeiras (SE) del estudio de caso de la relación de artesanos locales con la casa de artesanía José Monteiro Sobral. Ser un lugar pensado para asegurar la salvaguardia del patrimonio inmaterial y al mismo tiempo potenciar el ejercicio de una economía cultural que pueda propiciar la autonomía y la apreciación de las partes y sus productores, busca identificar los éxitos y tensiones en ese espacio. Como metodología de trabajo se optó por la historia oral con los artesanos, además del análisis del Plan Municipal de Cultura (2013-2022) y de los datos publicados en los medios impresos y digitales.

PALABRAS-CLAVE: *Artesanía. Patrimonio intangible. Economía de la cultura.*

INTRODUÇÃO

Laranjeiras é um município do estado de Sergipe com uma população de aproximadamente 28.533 pessoas, distribuídas em uma área de 162,280 km², situada no litoral do estado – mais precisamente, na mesorregião do Leste Sergipano e microrregião do Baixo Cotinguiba (IBGE, 2014).

Nessa terra de manifestações culturais plurais de matrizes africanas, indígenas e lusitanas, destacam-se no âmbito do patrimônio imaterial as manifestações populares, tais como as Taieiras, o Cacumbi e o Cacumbi mirim, o São Gonçalo do Amarante, a Chegança, o Samba de Parelha, o Lambe-sujo e os Caboclinhos (ALENCAR, 2003).

Pelas ruas oitocentistas, ornamentadas pelos antigos casarões, igrejas e museus reformados pela parceria entre os governos municipal, estadual e federal via **Programa Monumenta** do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), transitam artistas dos folguedos locais, estudantes da universidade federal instalada no antigo quarteirão dos Trapiches, políticos, trabalhadores do comércio, funcionários públicos, pescadores e marisqueiras, além de representantes da comunidade quilombola da Mussuca.

Nesse contingente também se encontram artesãos e artesãs de renda irlandesa, peças em cerâmica e entalhadas em madeira, dentre outros fazeres que se imiscuem de criatividade e tradições culturais.

As origens da comercialização do artesanato local remontam ao ano de 1975, quando o então prefeito José Monteiro Sobral e sua esposa Ione Sobral decidiram realizar uma quermesse para arrecadar fundos para a população pobre da cidade.

> A quermesse foi uma boa oportunidade para mostrar a força da cultura local. Para isso, foram realizadas exposições, **vendas de artesanato** e comidas típicas da região além de apresentação de grupos folclóricos. A partir do sucesso dessa quermesse, surgiu a ideia do Encontro de Laranjeiras, desenvolvida pela assessoria cultural da Prefeitura da cidade junto ao Conselho Estadual de Cultura. Depois de ampla discussão sobre o assunto, ficou acordado que o Encontro seria baseado em três pilares: pesquisa, estudo e divulgação do folclore sergipano (ANDRADE, 2012, grifo nosso).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o artesanato se destaca como uma das principais atividades culturais presentes nos municípios brasileiros. Nesse setor, o bordado é o produto artesanal mais representativo, encontrando-se em 75,4% das cidades, seguido das atividades com madeira (39,7%) e artesanato com argila (21,5%) (IBGE, 2008).

Erguido no século XIX para armazenar o algodão, os escravos e a produção açucareira, além de servir como entreposto entre Recife e Salvador, temos o prédio do atual Centro de Tradições, localizado no centro histórico do município, que foi a base dos artesãos e artesãs locais até a inauguração, em 06 de janeiro de 2011, da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral.

Houve por parte da prefeitura de Laranjeiras, na gestão de Maria Ione Macedo Sobral, um investimento de mais de R$200 mil na Casa do Artesanato e segundo Irineu Fontes, secretário de cultura na época,

> A Prefeitura está dando aos artesãos de Laranjeiras mais uma oportunidade para que eles trabalhem neste novo espaço bonito e moderno e possam ter um ponto de referência para que os turistas que visitam a nossa cidade conheçam a confecção do trabalho e o valorize sempre mais. Se for o caso, a negociação é feita ali mesmo (*apud* BARETA, 2011).

Na Casa de Artesanato de Laranjeiras, há um duplo movimento no qual as rendeiras produzem, diante do turista/consumidor, as mesmas peças comercializadas no espaço, de forma que os visitantes acompanham o ofício dos produtos que estão comprando. Assim, além de promover a sustentabilidade local, o hábito torna familiar ao turista/consumidor o tradicional modo de fazer da renda irlandesa que já existe, em Laranjeiras, há muitos anos.

A divulgação dos trabalhos artesanais fora de Sergipe ainda se mostra incipiente, promovida principalmente pelos *stands* da Prefeitura Municipal em feiras de turismo. Mesmo as realizações dessas feiras ainda são concentradas

e eventuais: nos últimos três anos, cerca de oito eventos de caráter nacional, todos no eixo Sul-Sudeste, contaram com *stands* de Laranjeiras. Quando se pensa em feiras na própria região Nordeste, essas tendem a se realizar em Salvador (BA) ou em Recife (PE), mantendo a centralidade de determinados espaços como difusores da cultura numa região formada por nove estados.

O objetivo deste artigo orbita pela problematização das políticas públicas para a cultura no município de Laranjeiras a partir do estudo de caso da relação dos artesãos locais com a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral. Busca-se identificar os sucessos e tensões desse espaço que foi pensado para garantir a salvaguarda do patrimônio imaterial e, ao mesmo tempo, potencializar o exercício de uma Economia da Cultura que possa propiciar autonomia e valorização das peças e seus produtores.

Como metodologia de trabalho optou-se pela história oral com os artesãos, além da análise do Plano Municipal de Cultura (2013-2022) e de dados publicados na mídia impressa e digital.

Compreende-se neste artigo que a fonte oral oriunda da reminiscência pessoal, específica das histórias de vida dos informantes, não se constitui como uma tradição transmitida de geração para geração (que requer tempo, esforço mental e formas elaboradas de manter os dados com um propósito) (PRINS, 1992, p.172-173).

Assim, as reminiscências no bojo da oralidade como "evidência" reconstroem os particulares triviais e cotidianos das vidas das pessoas comuns, de modo que:

> Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. Ela transmite todas as qualidades distintivas da comunicação oral, em vez da escrita – sua empatia ou combatividade humana, sua natureza essencialmente tentativa, inacabada (THOMPSON, 2002, p.146-147).

No que diz respeito às entrevistas realizadas, essas focaram dois tipos de artesanato produzidos e comercializados na Casa do Artesanato, a saber: a renda irlandesa e a escultura em madeira, por serem ambas reconhecidos institucionalmente em seu "modo de fazer" como patrimônio imaterial.

As entrevistas foram realizadas na própria Casa do Artesanato, gravadas em MP3 com duração de aproximadamente 60' cada. As questões semiestruturadas foram depois transcritas, sendo realizada uma interpretação crítica e comparativa com as demais fontes escritas.

MODOS DE FAZER O ARTESANATO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA DA CULTURA

O artesanato de Laranjeiras possui destaque em mercados fora da territorialidade sergipana, sendo encomendado e exportado para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outras nacionais e internacionais. Desse modo, produtos como a renda irlandesa, o bordado redendê, o fuxico, o *patchwork*, os imãs de geladeira e os chinelos customizados, as pinturas em tecido do artista Djenal Silva, as esculturas em madeira do entalhador Ademar Lima (Demar) e as miniaturas das igrejas da cidade em argila e verniz cruzam as margens do rio Cotinguiba incentivados por uma consistente política pública desenvolvida pela prefeitura entre os anos 2009 e 2013.

Figuras 1 e 2 – Inauguração da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral e Venda de camisas pintadas com mestres dos grupos de folguedos de Laranjeiras.





Fonte: http://kokalaranjeiras.blogspot.com.br/2011/01/prefeita-inaugura-casa-do-artesanato.html, Acesso em: 02/03/2015.

Já não é mais possível, na contemporaneidade, falar de arte e tradição cultural sem a compreensão de suas dimensões políticas e econômicas. Todavia, maiores investimentos e visibilidade são obtidos na comercialização de bens simbólicos produzidos pela indústria cultural em forma de livros, filmes, músicas e vídeos aliando cultura às tecnologias digitais para dispositivos móveis (BARBALHO, 2013, p.6).

Diferentemente de objetos meramente utilitários produzidos em larga escala por máquinas do setor fabril como celulares, carros e eletrodomésticos, o artesanato possui um valor simbólico agregado pela exclusividade de formas que, feitas manualmente, não se repetem de peça para peça,

conferindo-lhe traços característicos da sensibilidade e humanização artesã. Além disso, as técnicas e o "modo de fazer" impregnado pela historicidade de vida do produtor, do local onde vive e de onde emanam suas referências também conferem distinção e originalidade ao produto.

> Os referidos bens culturais possuem valor diferenciado a partir de componentes simbólicos e, assim, são bens de dupla face: por um lado são bens econômicos e tradicionais, dado que geram renda, emprego e elementos multiplicadores no seu processo produtivo; por outro lado, ainda que não sejam bens públicos de livre acesso, carregam em si uma carga de valor cultural que implica em validação dos mesmos como bens de mérito intrínseco, devendo essa faceta também ser contemplada no processo de valoração do mesmo (VALIATI, 2009, p.51-52).

Conceitos como "Economia da Cultura" ou "Economia Criativa"[2] cada vez mais têm se tornado protagonistas na elaboração de Planos de Cultura Municipais, Estaduais e Federal, uma vez que para o Ministério de Cultura brasileiro, essa área:

> Compreende as dinâmicas dos ciclos de criação, produção, distribuição e consumo/fruição de bens e serviços criativos oriundos dos setores criativos, cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção e riqueza cultural, econômica e social (MINC, 2012 *apud* BARBALHO, 2013, p.7).

Apesar da presença das fábricas de cimento Votorantim (1975) e de fertilizantes nitrogenados (1982) vinculadas à Petrobrás na atualidade, há um expressivo contingente de profissionais liberais na cidade de Laranjeiras dedicados aos ofícios de bordadeiras, costureiras, rendeiras, aderecistas e outras profissões ligadas à Economia da Cultura. O Plano Municipal de Cultura (2013-2022) afirma que:

2. Segundo Reis (2015, p.1): "O conceito de economia criativa origina-se do termo indústrias criativas, por sua vez inspirado no projeto *Creative Nation*, da Austrália, de 1994. Entre outros elementos, este defendia a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural, dando margem à posterior inserção de setores tecnológicos no rol das indústrias criativas".

> Essas novas atividades econômicas deram a cidade um novo perfil. Hoje Laranjeiras possui um PIB *per capita* elevado (R$934.956,189 em 2008. De acordo com dados do IBGE) e sua prefeitura está na quinta posição de maior arrecadação no estado (principalmente por causa dos *royalties* da extração de minérios) (PML/SECULT – 2013/2022, 2012, p.11).

No contexto econômico local, uma "política cultural" entendida como "um conjunto de princípios (conceitos e diretrizes), objetivos (onde quer se chegar), estratégias (como alcançar os objetivos projetados), os meios necessários e as ações a serem realizadas (os programas e projetos concretos)" (BARBALHO, 2013, p.8) precisa ser discutida com os agentes socioculturais da cidade, que como protagonistas do próprio desenvolvimento produtivo conhecem suas necessidades, circulação e consumo. Nesse sentido, o incentivo à "Economia da Cultura":

> Oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas – da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento (REIS, 2009, p.23).

Em busca dessa maior organização e sistematização do desenvolvimento de uma economia que tenha por base a sociedade laranjeirense, foi fundada no ano de 2005 a Associação de Costureiras e Artesãs do município de Laranjeiras (ACA), localizada no povoado de Pedra Branca, a partir de iniciativa da antiga associação de moradores do local. Às vistas disso, sob a presidência de Irene Santos de Jesus:

> A condição de vida dessas mulheres melhorou significativamente não só no quesito financeiro, como também a elevação da autoestima destas trabalhadoras que agora gerenciam pesquisa, apresentam projetos e captam recursos para uma associação com porte de pequena empresa (TORRES, 2011, p.2).

A associação buscou também uma maior profissionalização a partir da busca de cursos e apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em Sergipe. Após a mobilização de outras associações e de artesãos/artesãs – o que resultou na criação da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral – os produtos passaram a ser comercializados, dessa vez, em espaço adequado.

Entrevistas realizadas com os artesãos e artesãs da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral confirmam que o espaço foi elaborado para agregar o artesanato como um todo, com produtores associados e independentes (individuais), de múltiplas vertentes e não somente a COOPELAR-SE ou a ACA.

Entre as artesãs de renda encontram-se aquelas associadas à COOPELAR-SE, as independentes (não-associadas) que realizam seus trabalhos individualmente e as associadas que trabalham com artesãs que não participam da cooperativa. Um exemplo é dona Marinez, de 53 anos, artesã independente, que aprendeu a fazer a renda aos 26 anos. Relatou (informação verbal)[3] que aprendeu com dona Adélia, quando morava em Divina Pastora e disse que irá completar 4 anos que trabalha com renda em Laranjeiras.

Dona Nalva (informação verbal)[4], uma das primeiras artesãs de renda irlandesa na cidade, relatou que a Cooperativa foi formada há 4 anos, mas há também artesãs independentes que não são associadas à mesma. Informou ainda que a Cooperativa está na fase de mudança de presidente.

Também com relação a participação na Cooperativa de Artesãos, o escultor de madeira, Ademar Lima, diz (informação verbal)[5]:

> Aqui tem pessoas que são da Cooperativa e outras não. Eu não sou, sou individual, até porque pra mim a cooperativa não me oferece nada. Se eu fosse participar da cooperativa eu ia ter que dar 10% do que eu vendi. Não podem me conseguir uma matéria prima, não podem conseguir nada, então por isso nós somos individuais. [*sic*]

Figura 3 – Sede da Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (ASDEREN)



Fonte: Foto J.C.M (2014).

3. MARINEZ. Entrevista I [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
4. NALVA. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
5. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.

Diferentemente do que aconteceu no município de Divina Pastora (SE), onde a Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (ASDEREN), criada em 2000 através de apoio do Programa Artesanato Solidário, obteve apoio do poder público para seu estabelecimento no que viria a ser sua sede, no centro histórico da cidade, a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral não se constitui como sede nem da ACA e nem da COOPELAR-SE.

Dentre as vantagens do associativismo em Cooperativas voltadas para a Economia da Cultura estão: o agrupamento da produção para facilitar a circulação e fluxo de vendas/consumo; o fortalecimento conjunto para garantir maior visibilidade à produção; o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para concorrer à Editais do Ministério da Cultura (MINC) e comercializar a produção em outros ambientes (nacionais e internacionais); as parcerias com SEBRAE para cursos de aperfeiçoamento. As desvantagens apontadas: a necessidade de contribuir com 10% do valor das vendas obtidas sem ter um retorno na aquisição de matérias-primas por um menor preço; o pagamento de impostos; o descompromisso de uma grande parte dos associados, sobrecarregando outros; a ausência de mais iniciativas de diálogo com o poder público; o distanciamento das universidades, que não veem pertinência para suas pesquisas nas Cooperativas, qualificando o artesanato como produção mercantilizada e não como arte.

Figura 4 – Casa do Artesanato de Laranjeiras Dep. José Monteiro Sobral



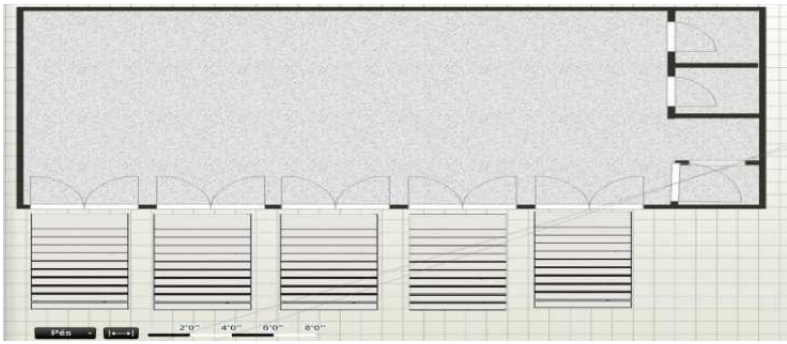
Fonte: http://www.sergipetradetour.com.br/conteudo.php?sb=6, Acesso em 02/03/2015.

É importante ressaltar o papel da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral, na qual os artesãos produzem e comercializam seus trabalhos em

uma edificação localizada de frente para a rodoviária da cidade, atraindo assim os olhares dos turistas na viabilização do consumo dos produtos. Mas como ressaltou o próprio Plano Municipal de Cultura (2013-2022) "[...] sua disponibilidade física já está perto do limite e muito em breve esgotará sua capacidade de abrigar novos artesãos. A ampliação dos pontos de distribuição e venda tornam-se assim um desafio a ser perseguido" (PML-SECULT-2013/2022, 2012, p.19).

Chama a atenção o nome escolhido, "José Monteiro Sobral", pois embora tenha sido um político que ao lado de sua esposa Ione Sobral incentivou o artesanato local, ele já fora homenageado em ruas e escolas da cidade, e assim, talvez fosse mais adequado batizar a Casa do Artesanato com o nome de algum artesão ou manifestação cultural imaterial de Laranjeiras. O nome de um político na Casa de Artesanato mais uma vez reforça o ideário do patrimonialismo e personalismo político no Nordeste.

Figura 5 – Planta Baixa da Casa do Artesanato José Monteiro



Fonte: Elaborada por J.C.M In: http://pt.homestyler.com/designer, 03/03/2015.

No que diz respeito aos aspectos estruturais, a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral configura-se num prédio térreo, margeado pelo rio Cotinguiba, possuindo 4 cômodos distribuídos num amplo salão ocupado por várias mesas, cadeiras, cavaletes, estantes com portas de vidro, balcões e expositores para cada tipo de artesanato, dois banheiros (um feminino e outro masculino) e uma pequena cantina. As entradas principais constituídas por cinco portas duplas de madeira pintadas na cor verde oliva possuem escadas de 4 degraus, tendo uma rampa para acessibilidade na lateral da edificação para não descaracterizar a fachada do prédio histórico tombado pelo IPHAN.

Figuras 6 e 7 – Artesãs de renda irlandesa realizando seu ofício na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral





Fonte: Fotos J.C.M (2015)

A entrevista com as artesãs de renda irlandesa foi realizada pela manhã, na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral, na cidade de Laranjeiras, em 05 de janeiro de 2015. Estavam presentes Marinez e Dona Ednalva.

Dona Ednalva, conhecida como "Nalva rendeira", afirmou (informação verbal)[6] que também aprendeu o ofício da renda com Dona Adélia em um curso dado no CAIC e depois passou a ensinar, substituindo a mestre que se aposentou, ministrando cursos como "Brasil criança cidadã", "Capacitação cidadã" e outros pela prefeitura de Aracaju. Afirmou a rendeira que a maioria das artesãs de Laranjeiras aprendeu com ela. Sobre a abertura da Casa de Artesanato disse:

> Foi ótimo. Aqui para o artesanato é um ponto excelente. Não tem o que criticar. É tanto que eu tinha uma loja lá e deixei para vir para aqui. Todo mundo que vai para o centro passa aqui na frente. A única dificuldade que a gente tem aqui é que não tem nome nenhum na frente indicando nada. Não tem o nome indicando que é o centro de Artesanato, que é um ponto de venda. Às vezes o pessoal passa, olha e vem perguntar o que é. Quanto ao resto o ponto é ótimo, vem turista.[7] [*sic*]

Dona Nalva e Marinez afirmam que as melhores épocas para a venda da renda irlandesa são durante o Encontro Cultural de Laranjeiras e a

6. NALVA. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
7. NALVA. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.

apresentação do Lambe-sujo e Caboclinhos. Dona Nalva disse ainda que possui uma microempresa dedicada ao artesanato incluindo outras peças que não somente a renda irlandesa.

Sobre a relação com o poder público, dona Nalva informou (informação verbal)[8] que não pagam nada pelo espaço, que não recebem nenhum valor mensal, mas que a prefeitura fornece carro, que deve ser solicitado com antecedência, quando precisam ir às feiras expor e comercializar seus produtos.

Dona Nalva se inscreveu duas vezes para concorrer ao edital de Mestre do Patrimônio Vivo, na primeira não foi contemplada e na segunda houve o "engavetamento" do processo. A museóloga Hildênia Santos Oliveira (informação verbal)[9] – que auxiliou dona Nalva na primeira inscrição – acredita que em razão da comissão avaliadora ser formada predominantemente por "brincantes"[10], o direcionamento seja maior para a concessão do benefício aos mestres dos grupos folclóricos.

Figuras 8 e 9 – Catálogo de Produtos de Renda Irlandesa em Sergipe



Fonte: Fotos J.C.M (2015)

Segundo as rendeiras, a produção na cidade é antiga e de qualidade indisputável, no entanto, nunca foi tão divulgada quanto em Divina Pastora. Pela proximidade das cidades, muitas aprenderam com mulheres das regiões entre os municípios, sendo que a renda irlandesa de Divina Pastora obteve sua inclusão no Inventário de Bens Culturais do IPHAN e

8. NALVA. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
9. OLIVEIRA, Hildênia Santos de. Entrevista III [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
10. "Brincantes" é a alcunha pela qual os participantes dos grupos folclóricos preferem ser chamados.

em 2012 a concessão de uma Indicação Geográfica (IG) com Indicação de Procedência (IP) pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Embora magoadas com a exclusão de Laranjeiras por parte do órgão patrimonial, a fala de Dona Nalva (informação verbal)[11] deixou muito claro que o problema maior foi o "selo de qualidade", pois é a IG (IP) que certifica a procedência e a qualidade dos produtos, agregando valor e credibilidade ao artesanato de Divina Pastora dentro dos pressupostos da Economia da Cultura.

> O selo IP certifica um produto de uma região que se tenha notabilizado como centro de produção de um determinado produto. [...] é necessário que haja uma clara ligação estabelecida entre o produto, o território e o talento do homem (o saber-fazer) (GUIMARÃES FILHO, 2014, p.43).

Em 2014 o IPHAN-SE publicou o "Catálogo de Produtos de Renda Irlandesa em Sergipe", com 40 páginas, nas quais constam um breve histórico do ofício escrito por Terezinha Alves de Oliva (Superintendente do IPHAN-SE) e Marina Zacchi, com fotografias das peças de renda apresentadas nas sessões: "Cama, Mesa e Banho", "Vestuário", "Acessórios", "Enxovais para Bebê", "Cartela de Cores do Lacê", "Renda Colorida", "Alguns tipos de pontos", "A Versatilidade da Renda" e "Contatos para comercialização". Esse material contou com a colaboração de distintos núcleos produtores da renda em Sergipe, à saber: a ASDEREN, a Pluriatividade Pastorense (APRIC), a COOPELAR, o Centro de Atividades e Desenvolvimento do Povoado Estiva (CADE) e a Associação de Renda Irlandesa, arte e talentos de Maruim (ARIATAM) (ZACCHI; CHAGAS; BARRETO, 2014).

Talvez a publicação do catálogo represente um *mea culpa* do IPHAN e uma tentativa de remediar a situação, contudo, a ausência de uma política da prefeitura municipal aliada ao SEBRAE-SE mantém a renda irlandesa de Laranjeiras à margem do INPI, quando bastaria uma capacitação, um relatório, o preenchimento de formulários específicos e o pagamento das taxas para a obtenção de uma IG para Laranjeiras, a exemplo de diversas regiões francesas que possuem cada uma sua IG correspondente.

11. NALVA. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.

Figuras 10 e 11 – Produtos de Renda Irlandesa na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral





Fonte: Fotos J.C.M (2015)

Antes de entrevistar o escultor Demar, uma visita inicial no final de 2014 já havia sido feita, sendo agendada a gravação de seu relato para janeiro de 2015 para que a pesquisa não fosse um obstáculo na produção do artesão, muito solicitado com encomendas nos meses de novembro e dezembro. Naquele momento já era possível ver suas peças e a procura de estudantes e pessoas interessadas no seu falar sobre sua arte.

Figuras 12 e 13 – Demar na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral





Fonte: Fotos J.C.M (2014)

A entrevista com o escultor Ademar Lima – "Demar", como é conhecido – foi realizada pela manhã, na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral, na cidade de Laranjeiras, em 05 de janeiro de 2015. Aos 71 anos, moreno, com muita tenacidade e bem extrovertido, o artista é muito querido na cidade, no estado e fora dele.

Simpático, o artesão falou sobre o gosto de sua clientela por variedade e enquanto cedia a entrevista gravada em MP3, produzia suas peças em madeira. Falou (informação verbal)[12] de sua preferência em esculpir peças inteiras, sem remendos: "Eu pego um tronco bruto, tiro todo o excesso do que não é o personagem e isso a gente faz inteiro, sem emendar".

Relatou seu autodidatismo, sua impossibilidade de avançar nos estudos, sua curiosidade desde pequeno pelo ofício em madeira, sua busca pela melhoria das técnicas e das peças. Disse ele (informação verbal)[13]:

> Tem o fator de gostar de fazer, tem o fator de fazer pra vender, tem o fator de fazer porque as pessoas apreciam...elogios não enche barriga, mas você tá sempre fazendo o que gosta e o que o povo passa a gostar. [*sic*]

Demar contou (informação verbal)[14] que iniciou sua arte aos nove anos, mas ainda não sabia muito bem trabalhar nas peças, foi aprendendo, se cortando com a gilete e com o canivete com o qual sempre andava, mas sem perder a vontade de moldar os pedaços de madeira em obras de sua imaginação ou lembrança. Conta que uma de suas primeiras peças foi uma cabeça de São Francisco em madeira para sua avó.

Sobre a relação do escultor com a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral, reclamou da falta de comprometimento de outros artesãos do espaço:

> Nós temos esse espaço e tem dias que não tem ninguém para abrir, tem dias que tem seis ou sete pessoas. A chave fica conosco, mas muitos não querem a chave para não ter a obrigação de abrir. Mas quando chegamos aqui para as reuniões, ahhh...é mil maravilhas, cada um diz que vai abrir um dia tal, todos aderem na pauta das reuniões (informação verbal)[15]. [*sic*]

A respeito da atuação da prefeitura na Casa do Artesanato e as tensões com os artesãos, Demar afirmou (informação verbal)[16]:

12. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
13. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
14. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
15. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
16. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.

> Dona Ione, de todos políticos que já passaram foi a mais esforçada pelo artesanato, até porque ela gosta mais, por isso que ela fez esse espaço. Mas ficou faltando algo. Agora quando os turistas vêm aqui perguntam se temos ajuda do município e dizemos com a boca mole que "não", ora mas nós temos sim! Temos a ajuda de carros quando tem feiras, nossa única contribuição aqui para a manutenção do espaço é trazer um papel higiênico, um detergente e muitos não dão porque acham que é obrigação da prefeitura. Mas nós vendemos nossos produtos e o dinheiro todo fica conosco, nós não contribuímos com nada e a prefeitura paga a água e a luz daqui. Então a prefeitura contribui sim para nós. [*sic*]

A arte de Demar é assinada e diversificada, em madeira de cedro, mostrando tanto o seu perfil utilitário em peças pequenas (ímãs de geladeira, canetas) com menor preço na venda e maior saída no interesse da maioria dos visitantes (uma caneta custa entre R$15,00 e R$20,00) quanto sua arte como "Santeiro", com peças maiores, de elaborados detalhes e maior dificuldade no processo criativo (um São Jorge custa aproximadamente R$4.500,00), cujo fluxo de comercialização normalmente se destina às encomendas.

São as obras dedicadas à religiosidade católica que chamam mais a atenção, graças à arte-sacra figurativa cujos traços revelam em cada peça o movimento, originalidade distinta e enriquecida pela experiência do artesão com o passar dos anos. Há uma predileção do artesão em esculpir estátuas de São Jorge.

Figuras 14 e 15 – Demar esculpindo Santo Antônio e São Jorge já esculpido com artesão ao fundo.





Fonte: Foto Acervo Demar e Foto J.C.M (2015)

Demar parte quase sempre de um desenho a partir do qual produz suas peças. Possui o registro da maioria de suas peças em um álbum de fotografias impressas de máquinas analógicas. Sua preocupação com a conservação da memória de seus produtos coincide com o fato do artista ainda não possuir um catálogo oficial de suas esculturas, apesar de ter recebido o título e o benefício de Patrimônio Vivo de Laranjeiras/SE.

O Registro do Patrimônio Vivo é o reconhecimento da importância do saber tradicional e popular que os mestres e mestras transmitem de geração em geração. Contribui como um estímulo à preservação da cultura do Estado nas áreas de danças, folguedos, literatura oral e/ou escrita, gastronomia, música, teatro, artesanato, dentre outras. O título, personificado em um certificado entregue em cerimônia pública, traz ainda um valor mensal de incentivo vitalício configurado em um salário mínimo e meio.

No Brasil, o Maranhão (MA), Piauí (PI), Acre (AC), Espírito Santo (ES), Pernambuco (PE), Minas Gerais (MG), Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Bahia (BA), Alagoas (AL), Santa Catarina (SC), Paraíba (PB) são os Estados que possuem uma legislação específica relacionada ao patrimônio cultural imaterial (CAVALCANTI; FONSECA, 2008). Em Sergipe, a iniciativa do "Patrimônio Vivo" restringe-se à Prefeitura Municipal de Laranjeiras, não sendo uma ação do estado. Dos 9 estados da região Nordeste, 7 seguem o compasso da salvaguarda do patrimônio, enquanto grandes estados da região Sudeste como Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) permanecem ausentes, guiando-se apenas pela Constituição Federal de 1988. Observa-se que:

> Em termos de relações econômicas, a cultura passa a ser enxergada como fator econômico, em virtude do crescimento da importância das indústrias culturais nas sociedades contemporâneas. Insere-se também aqui o potencial que as atividades culturais, tais como produções artísticas e manifestações folclóricas, têm de promover inserção social e gerar emprego e renda. Essa nova centralidade econômica da cultura impõe aos poderes locais interessados no desenvolvimento uma nova agenda, que vá além das políticas tradicionais – e sempre importantes – de conservação do patrimônio, formação de plateias ou incentivo a eventos. No cerne desta nova agenda, está a economia criativa (SILVA, 2012, p.116).

Entre 2009 e 2013 foram realizadas três Conferências Municipais de Cultura na cidade de Laranjeiras, quando o governo estadual de Sergipe apenas iniciava os preparativos para sua primeira Conferência. Isso colocou a cidade na vanguarda dos demais municípios, tendo atraído pedidos de

auxílio, de todas as partes, para o desenvolvimento de processos similares que resultassem em planos de cultura como o promovido pelo então secretário de cultura Irineu Fontes e sua equipe. Assim, "toda reflexão sobre política cultural se refere, em última instância, ao exercício do poder e à tomada de decisões do Estado ou dos agentes culturais" (BOLÁN, 2006, p.19).

Dessas conferências participaram, além do secretário de cultura, membros do Conselho de Cultura (gestão 2010-2012) composto por representantes dos grupos folclóricos, do artesanato, das artes plásticas e cênicas, dos músicos, de literatos da cidade, de comunidades tradicionais, da religiosidade afro-brasileira, da religiosidade católica, da religiosidade protestante, da Indústria e do Comércio, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), do IPHAN-Superintendência de Sergipe, do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe, da Câmara de Vereadores, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, da Secretaria Municipal de Finanças, da Secretaria Municipal de Planejamento, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Turismo, da Secretaria Municipal de Cultura, além de Consultoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo abertas ainda aos demais membros da sociedade.

Como resultado no Plano Municipal de Cultura (2012-2022) foram identificados os desafios e oportunidades, elaboradas diretrizes e prioridades, constituídos os objetivos, metas e ações; previsto o orçamento e pensadas as estratégias. As principais medidas planejadas e com incidência no artesanato local estão:

- Montar de forma estruturada um plano de desenvolvimento estratégico dos setores da economia criativa presentes no município;
- Revisar e ampliar a legislação municipal que organiza a gestão pública cultural;
- Fortalecer o lançamento de editais públicos de fomento como ferramenta na promoção de livre oportunidade e transparência no acesso a recursos públicos da cultura (PML/SECULT-2013/2022, 2012, p.32).

Ressalta-se ainda dentre as diretrizes e prioridades a busca por "viabilizar a estruturação de um arranjo produtivo a partir da cultura local, baseado em preceitos de economia criativa e auto sustentabilidade" (PML/SECULT-2013/2022, 2012, p.34).

Dentre os Objetivos, Metas e Ações destaca-se

> a intenção de ampliar recursos para a Lei dos Mestres [...]; instituir o Plano de Promoção do Artesanato Laranjeirense, em parceria com a Secretaria

> Municipal de Turismo (1. Espaços voltados à comercialização do artesanato local em pontos turísticos da capital, aeroportos e rodoviárias; 2) Regimento interno para os artesãos que utilizam o espaço da Casa do Artesanato; 3) Oficinas de aperfeiçoamento e capacitação sobre novas técnicas e materiais diferenciados; 4) Mediação de linhas de crédito especiais e de compras coletivas de matéria prima; 5) Impressão de dez mil folders em cinco modelos no formato A4 de três dobras) (PML/SECULT-2013/2022, 2012, p.35-40).

Nas Estratégias, temos também o comprometimento de "pelo menos 3% do orçamento municipal para o Fundo Municipal de Cultura". (PML/SECULT-2013/2022, 2012, p.49). Entretanto, como alertou Barbalho:

> A política cultural resulta das disputas e do jogo político no âmbito da cultura. A definição do "quê", "quem", "como" e "para quê" de uma política cultural depende das estruturas de poder e das relações sociais que vigoram em determinado momento em um espaço específico, seja um município, seja um estado, seja uma nação (BARBALHO, 2013, p.9).

A busca coletiva por instituir um Sistema Municipal de Cultura em Laranjeiras que resultasse em ações independentes de partidos políticos ou vontades individuais de cargos de poder foi suplantada nas últimas eleições para prefeitura, quando a nova gestão além de reduzir drasticamente o orçamento da Secretaria de Cultura, substituiu o secretário de cultura, deslocou a sede da secretaria para um lugar sem visibilidade e trata com descaso tanto o artesanato quanto as manifestações culturais dos folguedos. O caminho adiante, agora, é de estagnação e até mesmo um retrocesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral no município de Laranjeiras oportunizou aos artesãos um espaço para a criação e comercialização de seus produtos. O fato de não precisarem contribuir com nenhum percentual para a manutenção da Casa e com isso receberem o valor de suas vendas na integralidade atraiu muitos artesãos, tanto cooperativados como independentes. Aliado a isso, o incentivo da prefeitura na oferta de transporte para a exposição e vendas de suas peças em feiras dentro e fora do estado tem atuado na continuidade dos "modos de fazer" de rendas, esculturas em madeira, argila, costuras, bordados e outras artes que reproduzem a própria cultura local em sua materialidade e imaterialidade.

A Casa do Artesanato, porém, apresenta problemas evidentes, que embora não mencionados pelos entrevistados são perceptíveis, a começar pela falta de conforto para a produção artesanal e da inexistência de um projeto de iluminação e climatização do espaço. Nota-se ainda a ausência da implantação de sistemas eletrônicos com máquinas de venda à crédito (débito automático e cartão de crédito), o que facilitaria a comercialização de peças mais caras, tendo em vista a escassez de postos bancários no local[17]. Também não foi possível identificar sistemas de segurança, o que deixa os artesãos, que lidam com dinheiro em espécie, sujeitos a roubos, bem como invasões à noite. Além disso, a ausência de medidas anti-incêndio põe em cheque a segurança do local. Aliás, a presença de uma cantina no local já é preocupante. E a falta de sinalização que identifique a Casa do Artesanato em meio à tantos prédios históricos também compromete a visibilidade dos produtos, como apontado pelos próprios artesãos.

Apesar do artesanato laranjeirense ser um importante viés econômico da criatividade local e gerador da renda total ou complementar dos produtores, apenas a um deles foi concedido o título de "Mestre do Patrimônio Vivo" (Demar), o que representa um descaso com os demais diante da maior quantidade de mestres brincantes agraciados. E a própria inoperância da atual gestão municipal na manutenção da continuidade dos editais fere os princípios acordados no Plano Municipal de Cultura (2013-2022).

O desinteresse do poder público atual em instrumentalizar os artesãos para a obtenção da IG (IP) para a renda irlandesa e para a escultura em madeira, o redendê e outros acaba por emperrar uma maior eficiência na distribuição e consumo da produção artesanal.

A falta de novos investimentos na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral e a consequente ausência de uma conservação preventiva da edificação (instalações elétricas, infiltrações e outros perigos) comprometem a qualidade da existência do espaço para os artesãos, bem como o interesse de novas gerações pelo ofício e salvaguarda do patrimônio imaterial.

Mas o imaginário de "débito" ou de "mecenato" com a prefeitura por parte dos artesãos retira destes o potencial de crítica e luta para ampliação

17. Em Laranjeiras há somente uma agência do Banco do Estado de Sergipe (BANESE) na praça da Igreja Matriz e uma Lotérica em uma rua paralela ao calçadão do centro histórico onde é possível fazer pagamentos e sacar valores de contas da Caixa Econômica e Banco do Brasil. Não existem, no entanto, agências de outros bancos e nem mesmo um caixa automático 24h.

e melhoria das conquistas obtidas frente o retrocesso político-cultural presente na nova gestão.

A movimentação do governo federal, a partir de 2009, para estimular estados e municípios na elaboração e aplicação dos planos nacional, municipais e estaduais de cultura, com abertura de editais, realização de eventos (Conferências, Oficinas) e publicação de Editais de fomento fez com que muitos artesões obtivessem espaços para produção e comercialização. Observa-se a importância do associativismo como instrumento de organização, instrumentalização e luta por direitos. No país, ainda há muitos artesãos que trabalham de forma isolada ou em grupos sem legitimidade jurídica (CNPJ) o que termina por dificultar o acesso a financiamentos governamentais ou investimentos privados.

Ainda temos uma realidade frustrante para o artesanato, uma vez que a maioria de seus produtores não consegue sobreviver somente deste e por conseguinte assume outras funções para garantir sua subsistência (são prestadores de serviços autônomos, funcionários públicos ou aposentados). Poucos conseguem montar suas microempresas, pois muitas vezes encontram dificuldades de adequação à legislação e normas postas pelo SEBRAE, por exemplo. Isso sem falar na própria complexidade das questões relacionadas aos impostos e contabilidade das vendas.

Ainda há uma relação dúbia com o poder público (ora visto como "eterno patrocinador" e outra como mantenedor de um "curral de votos"), bem como junto ao IPHAN (que tende a valorizar determinados artesanatos/artesãos em detrimento de outros, balizado por critérios de antiguidade na temporalidade e maior visibilidade do ofício (excluindo muitos produtores) e assim, dá-se um processo de conformismo com nichos de privilégio e enfraquecimento da própria categoria em sua união para conquista de direitos.

Estados como Pernambuco, Bahia, Alagoas e Ceará têm tentado resolver essas problemáticas através das universidades públicas, com projetos de extensão que se aproximam dos artesãos não somente para pesquisas teóricas, mas para informá-los e formá-los no campo da organização e inserção nos debates das Culturas Políticas, Economia da Cultura, Economia Criativa, Cidadania e Autonomia.

Não se devem pensar as ações no campo cultural como "doações", pois o mesmo se configura como uma arena política onde em momentos de crise econômica ou interesses particulares o setor é visto como despesa e não como investimento, sendo o primeiro a sofrer cortes. Por isso, a imobilidade dos artesãos frente esse quadro termina na maioria das vezes

por reinstituir antigas práticas clientelistas e excludentes. Abrir os olhos para essa realidade e pressionar o poder público para o desenvolvimento/investimento da Economia da Criativa é fundamental para garantir a autonomia e o empoderamento daqueles que devem ser os protagonistas: os produtores do artesanato.

Nesse jogo de tensões, conflitos e acomodações, a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral segue assoreada como grande parte do rio Cotinguiba que lhe margeia.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. D. F. de. **Danças e Folguedos**. Iniciação ao folclore sergipano. Aracaju: Edição do Autor, 2003.

ANDRADE, M. do C.. Encontros Culturais de Laranjeiras. **Pesquisa Escolar Online**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 02 mar. 2015.

BARBALHO, A. **Política Cultural**. Salvador: Secretaria de Cultura do Governo da Bahia, 2013.

BARETA [Otoniel Amado]. **Prefeitura de Laranjeiras inaugura Casa do Artesanato**. 2011 Disponível em: <http://sitedobareta.com.br/municipios/prefeitura-de-laranjeiras-inaugura-casa-do-artesanato-07-01-2011/>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BOLÁN, E. N. **La política cultural**. Temas, problemas y oportunidades. Cidade do México: Conaculta, 2006.

CAVALCANTI, M. L. V. de C.; FONSECA, M. C. L. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Legislação e Políticas Estaduais; Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

GUIMARÃES FILHO, C. **Uma estratégia de inserção no mercado para produtos do Semiárido (Certificação de Indicação Geográfica)**. 2014. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/4_socioeconomia02v9n1.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades – Laranjeiras/SE.** 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280360>. Acesso em: 05 jul. 2014.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Perfil dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS (PML)/SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SECULT). **Plano Municipal de Cultura (2013-2022).** Laranjeiras: PML/SECULT, 2012.

PRINS, G. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: EDUNESP, 1992, p.163-198.

REIS, A. C. F. Economia da Cultura e Desenvolvimento – Estratégias Nacionais e Panorama Global. In: REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de (Orgs.). **Economia da Cultura**. Idéias e vivências. Rio de Janeiro: Publit, 2009, pp.23-34.

SILVA, F. R. Mo. da. As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa: reflexões sobre a realidade brasileira. **Revista NAU Social** - V.3, N.4, p. 111-121, Maio/Out. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/188/178>. Acesso em: 03 mar. 2015.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado.** História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TORRES, D. A. Associação de Costureiras e Artesãs do Município de Laranjeiras: transformando a arte hereditária em fonte de renda. In: **Anais eletrônicos do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais:** Diversidades e (Des)Igualdades. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306615191_ARQUIVO_Artigoassociacao.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

VALIATI, L. Introdução à Economia – uma abordagem prática. In: REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de (Orgs.) **Economia da Cultura**. Idéias e vivências. Rio de Janeiro: Publit, 2009. pp.43-52.

ZACCHI, M.. S.; CHAGAS, M. M.; BARRETO, R.. (Prods.). **Renda Irlandesa:** catálogo de produtos da Renda Irlandesa em Sergipe. Aracaju: Iphan-SE, 2014.

DA FEIRA DE RUA AO MODA CENTER SANTA CRUZ: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO HÍBRIDO E A PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS[1]

Elisabeth Cavalcante dos Santos

Professora do Núcleo de Gestão do CAA/UFPE; Doutora em Administração pelo PPGA/UFPB. E-mail: elisabethcsantos@gmail.com.

Luísa Juventino do Nascimento

Graduada em Administração pelo CAA/UFPE. E-mail: luisa_juventino@msn.com.

RESUMO

A cidade de Santa Cruz do Capibaribe, também conhecida como A Capital da Sulanca, está entre as três cidades mais expressivas do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Durante décadas a cidade contou com uma feira de rua popular, na qual seus habitantes comercializavam as confecções em bancos de feiras improvisados, que ocupavam várias ruas da cidade. A partir do ano 2000, houve uma mudança significativa nessa comercialização, com a inauguração do Moda Center Santa Cruz, um grande centro atacadista de confecções. Neste trabalho buscamos compreender a percepção dos atores locais sobre a transição da feira de rua de Santa Cruz do Capibaribe para o Moda Center Santa Cruz, caracterizando os elementos modernos e tradicionais que compõem este espaço híbrido. Para alcançar os objetivos deste estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com entrevistas individuais semiestruturadas, sendo realizadas 11 (onze) entrevistas no total. Como elementos modernos desse espaço híbrido, foi possível observar os incrementos na infraestrutura da feira, a busca por melhor atendimento ao cliente e por qualidade dos produtos, o uso de tecnologias para divulgar produtos e ampliar cartela de clientes, necessidade de uso do documento cheque, em vez do caderno etc. Como principais elementos tradicionais identificados, percebemos a aprendizagem oral entre gerações, os laços de amizade existentes entre os donos de boxes, e a importância atribuída à confiança nas relações sociais.

1. Trabalho submetido em 12/11/17 e aprovado em 02/01/18. Para citar este artigo: SANTOS, E. C. dos; NASCIMENTO, L. J. do. Da feira de rua ao Moda Center Santa Cruz: a construção de um espaço híbrido e a percepção dos atores locais. **Cadernos de Estudos Sociais,** Recife, v.32, n. 1, p. 86-114, jan/jul de 2017. Disponível em: <http:// periodicos.fundaj.gov.br/index. php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

A existência de consignados, a desvinculação existente entre educação formal e as atividades de confecções, a dinâmica formal-informal/legal-ilegal e a pouca participação dos donos de boxes na administração do Moda Center Santa Cruz, foram os principais processos híbridos observados.

PALAVRAS-CHAVE: *Moda Center Santa Cruz. Feira de rua. Tradicional. Moderno. Hibridismo.*

ABSTRACT

The city of Santa Cruz do Capibaribe, also known as The Capital of Sulanca, is among the three most expressive cities of the Clothing Manufacturing Hub of the Agreste region of Pernambuco. For decades the town had a popular street fair, where the inhabitants marketed their clothes in improvised stands, which occupied several streets of the city. From the year 2000, there was a significant change in this mode of commercialization, with the inauguration of the Moda Center Santa Cruz, a large wholesale clothing center. In this research study we seek to understand the perception of local actors regarding the transition from the street fair to the Fashion Center Santa Cruz, and to characterize the modern and traditional elements that make up this hybrid space. To achieve the objectives of this study, a qualitative exploratory research was conducted, using a total of 11 (eleven) individual semi-structured interviews. In relation to the modern elements of this hybrid space, we observed an extention and improvement in the infrastructure of the fair, the search for better customer service and product quality, and the use of technologies to promote products and increase the number of customers; with a reduced use of notebooks, for instance. In relation to the more traditional elements, we perceived oral sharing and learning among generations, friendship bonds among stand owners, and the importance of trust in social relations. The main hybrid processes observed were the existence of consigned products, the disconnection of formal education from clothing activities, the formal-informal / legal-illegal dynamics, and the low participation of stand owners in the management of Moda Center Santa Cruz.

KEYWORDS: *Moda Center Santa Cruz. Street fair. Traditional. Modern. Hybridism.*

RESUMEN

La ciudad de Santa Cruz del Capibaribe, también conocida como La Capital de la Sulanca, está entre las tres ciudades más expresivas del Polo de Confecciones de la región Agreste de Pernambuco. Durante décadas la ciudad contó con una feria de calle popular, en la que sus habitantes comercializaban las confecciones en quioscos de ferias improvisadas, que ocupaban varias calles de la ciudad. A partir del año 2000, hubo un cambio significativo en esa comercialización, con la inauguración del Moda Center Santa Cruz, un gran centro mayorista de confecciones. En este estudio buscamos comprender la percepción de los actores locales sobre la transición de la feria de calle para el Moda Center Santa Cruz, caracterizando los elementos modernos y tradicionales que componen este espacio híbrido. Para alcanzar los objetivos de este estudio, se realizó una investigación cualitativa de carácter exploratorio, con entrevistas individuales semiestructuradas, siendo realizadas 11 (once) entrevistas en total. Como elementos modernos de ese espacio híbrido, fue posible observar los incrementos en la infraestructura de la feria, la búsqueda por mejor atención al cliente y por calidad de los productos, el uso de tecnologías para divulgar productos y ampliar cartela de clientes, necesidad de uso del documento cheque en vez del cuaderno. Como principales elementos tradicionales identificados, percibimos el aprendizaje oral entre generaciones, los lazos de amistad existentes entre los dueños de los antigos quioscos, y la importancia atribuida a la confianza en las relaciones sociales. La existencia de consignados, la desvinculación existente entre educación formal y las actividades de confecciones, la dinámica formal-informal / legal-ilegal, y la poca participación de los dueños de tiendas en la administración del Fashion Center Santa Cruz fueron los principales procesos híbridos observados.

PALABRAS-CLAVES: *Moda Center Santa Cruz. Feria de la calle. Tradicional. Moderno. Hibridismo.*

INTRODUÇÃO

A cidade de Santa Cruz do Capibaribe, também conhecida como A Capital da Sulanca, localiza-se na divisa dos estados de Pernambuco e Paraíba. Sua distância em relação à capital do estado de Pernambuco é de cerca de 180 km, e em relação à cidade de Caruaru encontra-se a uma distância de 58 quilômetros. A cidade situa-se no meso-agreste de Pernambuco, a oeste da microrregião do Capibaribe, e possui clima semi-árido (XAVIER, 2006). As vias de acesso existentes são a BR-232, BR-104 e a PE-160. O apelido "capital da sulanca" surgiu da atividade de confecções, principal fonte de renda da região. A confecção surgiu em Santa Cruz do Capibaribe antes mesmo desta se tornar cidade, quando na época existia apenas um vilarejo, onde as costureiras desenvolviam suas manufaturas e comercializavam seus produtos na chamada Feira da Sulanca (CAMPELLO, 1983).

Inaugurado em 7 de outubro de 2006, o estabelecimento chamado Moda Center Santa Cruz, considerado um dos maiores *shopping* atacadistas de confecções da América Latina, surge a partir de pressão popular e por meio de apoio político. Destarte, a edificação desse estabelecimento visava modernizar a feira, não só para os comerciantes, mas também para os clientes.

Sua estrutura é composta por seis módulos que abrigam 9.624 boxes e 707 lojas, numa área coberta de 120 mil metros quadrados. Possui seis praças de alimentação, estacionamento para mais de 4 mil veículos, 18 dormitórios, posto ambulatorial, restaurantes, caixas eletrônicos de bancos, banheiros com chuveiro e terminais eletrônicos de informação. Nas altas temporadas, chega a receber 100 mil clientes oriundos de várias regiões, especialmente do Norte e Nordeste do Brasil (SEBRAE, 2013).

De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2003), o Moda Center Santa Cruz, à época, era responsável por gerar cerca de 90% de toda a economia da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, e quase a totalidade dos 100 mil habitantes da cidade trabalhavam direta ou indiretamente com a elaboração de confecções que são comercializados no empreendimento em análise (SEBRAE, 2003).

Todavia, apesar da irrecusável importância do Moda Center Santa Cruz, as percepções dos comerciantes que atuam nesse espaço sobre os aspectos desse processo de modernização ainda não são muito discutidas na literatura. Os atores locais, foco deste trabalho, são pessoas que trabalharam direta ou indiretamente na feira da rua de confecções de Santa Cruz do Capibaribe, e a partir da modificação da mesma, passaram a comercializar suas mercadorias no novo espaço. São eles os confeccionistas, faccionistas e consignados. É importante ressaltar que existem outros atores locais atuantes no Moda Center Santa Cruz, mas que só serão discutidos os mencionados, conforme se observa na análise, em virtude de sua predominância no campo estudado.

Dessa forma, entendendo que o Moda Center Santa Cruz possui grande importância para a região e que é essencial compreender o que dizem os atores locais sobre esse espaço, o presente trabalho visa compreender a percepção dos atores locais sobre a transição da feira de rua de Santa Cruz do Capibaribe para o Moda Center Santa Cruz, caracterizando os elementos modernos e tradicionais que compõem esse ambiente. Do ponto de vista teórico, optou-se por entender o Moda Center como um espaço híbrido (CANCLINI, 2013), no qual um processo de modernização

acontece, mesclando-se a elementos tradicionais presentes na forma de realizar a atividade comercial nesse espaço.

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE E A FEIRA DA SULANCA

Devido à falta de registros oficiais sobre a história de Santa Cruz do Capibaribe, Xavier (2006) enfatiza o privilégio dessa história ser contada oralmente por habitantes do Agreste e da própria cidade. Conta-se que por volta dos anos 1870 um português chamado Antônio Burgos, que vivia na cidade de Recife, tendo adoecido de uma doença grave, foi orientado por médicos a procurar um local de clima salubre e seco, como uma saída para refazer sua saúde combalida. Com seus escravos, o português teria subido as margens do rio Capibaribe na capital e acampado no local onde hoje é a cidade de Santa Cruz do Capibaribe (CAMPELLO, 1983).

Não há registros de quantos anos Antônio Burgos viveu nessa região e de quando se mudou. Ele apenas deixou sua cabana e a capela com o crucifixo. Uns dizem que se curou e voltou para a capital, outros dizem que faleceu. Segundo fontes orais de moradores da cidade, o nome que a cidade tem até hoje teria surgido dessa cruz de madeira que Antônio Burgos colocou na capela, enquanto o Capibaribe vem do próprio rio, ao qual a cidade está às margens. Daí o nome Santa Cruz do Capibaribe. Essa é apenas uma das versões mais aceitas no imaginário popular da cidade.

O povoado foi crescendo aos poucos e em abril de 1892 tornou-se vila, inicialmente fazendo parte do município de Taquaritinga do Norte. Em 1918 passou de vila para freguesia, e no ano de 1953, em 29 de dezembro, o distrito de Santa Cruz do Capibaribe tornou-se município, se desmembrou de Taquaritinga do Norte, e passou a compor-se de três distritos: Poço Fundo, Pará e Santa Cruz do Capibaribe, a sede (CAMPELLO, 1983).

Atualmente, a principal atividade econômica da região é a confecção, atividade que surgiu na cidade de Santa Cruz do Capibaribe antes mesmo dela se tornar município, quando ainda era distrito de Taquaritinga do Norte. O início dessa atividade pôde ser observado a partir do final da década de quarenta e início da década de cinquenta (CAMPELLO, 1983).

As atividades de comércio das confecções feitas a partir de retalhos inicialmente vindos da cidade de Recife, e depois de São Paulo, deram origem à Feira da Sulanca. De acordo com Burnett (2014), Feira da Sulanca é como se denomina o fenômeno de produção e comércio de confecções populares que, historicamente, tem tido como características principais o trabalho domiciliar, familiar e informal.

Ainda de acordo com essa autora, "supostamente o vocábulo sulanca deriva da palavra helanca, fibra sintética em voga nos anos 1960/1970, que vinha do Sul. Portanto, sul + helanca = sulanca" (BURNETT, 2014, p. 153). Campello (1983, p. 72), por outro lado, afirma que sulanca, na fala de um dos seus entrevistados, seria a mercadoria de combate, de grito, de pobre, de camelô.

O trabalho das mulheres, de acordo com Xavier (2006, p.91), foi essencial para o crescimento da atividade de confecção. Segundo Burnett (2014), essas mulheres tinham como tarefa comprar retalhos e fazer roupa para a família inteira. Com as sobras dos retalhos, as mulheres costuravam para fora de suas casas para complementar sua renda e as sobras dos sítios eram encaminhadas para feira através dos seus maridos.

Em fins da década de sessenta, já existia na cidade de Santa Cruz um pequeno centro urbano com atividades diferenciadas em relação ao meio rural, e com uma divisão de trabalho. A produção da confecção e demais serviços eram realizados em pequenas oficinas de roupas com máquinas de costura de pedal (XAVIER, 2006).

Os produtos confeccionados nessas oficinas eram levados pelos **sulanqueiros**, termo que, segundo Burnett (2014, p.160) "se refere a qualquer pessoa que tenha uma atividade qualquer ligada à fabricação e comércio de sulanca". Suas mercadorias podem ser vendidas e destinadas a outras cidades e regiões, mas também podem ser comercializados na feira local.

Existe uma pluralidade de agentes que atuam na comercialização e fabricação da sulanca na feira. Como é uma feira livre e não existem tantas regras para a mesma, Sá (2015) indica que é possível observar o que está "dando certo" e começar a reproduzi-lo, seja imitando ou aperfeiçoando os negócios dos filhos de feirantes ou de novos feirantes que estejam em busca de seus próprios negócios. Caso não se obtenha sucesso, a feira sempre mostra novas oportunidades para reiniciar o negócio em outro ramo.

A facilidade de começar novos negócios no polo de confecções advém, em certa medida, da informalidade, pois muitas pessoas começam com seus negócios possuindo crédito em lojas de tecidos ou com um pequeno montante de capital. De acordo com dados do Sebrae (2003), no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, o índice de informalidade chega a mais de 90% dos negócios.

Como afirma Sá (2011), a maioria dos comerciantes não possuem formação acadêmica, contudo, os costumes e a troca de aprendizados entre as gerações garantem que a atividade comercial na região perpetue por décadas. É importante ressaltar que um dos traços marcantes

da confecção no interior de Pernambuco é a relação familiar, pois os fabricos[2], na maioria das vezes, são formados por integrantes da mesma família, ou seja, pais, filhos, tios e sobrinhos que se unem para desenvolver a atividade produtiva, que na maioria das vezes é feita na própria residência dos comerciantes.

Alguns atores locais se destacam na composição da feira da sulanca, como os **confeccionistas** e os **faccionistas**. De acordo com Lira (2011), confeccionistas são pessoas que já possuem algum poder de propriedade, sendo as confecções produzidas em suas residências, fabricos, ou fábricas, de acordo com a denominação dos fabricantes. Essa localização de espaço da produção e suas classificações diferenciadas nas relações entre as pessoas se modificam, e como os confeccionistas têm o poder de propriedade, podem atuar em diferentes etapas da atividade de produção.

Os faccionistas, por sua vez, ajudam na complementação das etapas da produção dos confeccionistas, independentes dos fabricos ou das fábricas. Geralmente atuam nas chamadas facções, muitas vezes localizadas em áreas rurais, e suas contratações são realizadas de forma diária, ou seja, as costureiras ganham pelo dia de trabalho ou pela sua produção (se ela produz mais, ganha mais). Os faccionistas não são associados e não possuem envolvimento com os poderes públicos, agindo e trabalhando de forma mais individualiza e fragilizada. Em tempos de baixa produção, há desfavorecimento dessas classes (LIRA, 2011).

A partir da década de 1990, percebe-se uma busca pela modernização da feira da sulanca. Para Burnett (2014, p.154)

> [...] A partir da década de 1990, devido ao seu grande sucesso, tem havido esforços de regulação, formalização e reestruturação das atividades ali estabelecidas pelas instituições oficiais que, a partir da década de 2000, passaram a denominá-la Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. A criação do Polo, ao mesmo tempo, faz parte das estratégias de marketing dos sulanqueiros, dirigidos pelo Sebrae, para tentar se livrar do estigma que carrega o termo sulanca, significando produto de baixa qualidade, de feira [...].

Esses esforços por modernização geraram mudanças significativas no contexto da feira, que são percebidas de formas diferentes pelos atores

2. Fabrico: lugar onde se confeccionam as peças, de caráter informal, com tecnologia adaptada. Para maiores informações, ver Pereira e Véras de Oliveira (2013).

locais. Acreditamos que a construção do Moda Center Santa Cruz surge desse esforço de modernização da feira da sulanca na cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Esse estabelecimento é visto como o polo de confecções mais recente em relação ao Parque das Feiras de Toritama e o Polo Comercial de Caruaru, por ter sido inaugurado no ano de 2006, seguindo um sistema de condomínios no qual os condôminos pagam pelo espaço que compram e se tornam sócios do empreendimento (SÁ, 2015).

A seguir, discutimos a noção de **moderno**, **tradicional** e **híbrido**, e suas repercussões.

O MODERNO, O TRADICIONAL E O HÍBRIDO

Por modernização compreende-se a perda de importância das características passadas da família e de origem social e a valorização do esforço próprio, além da realização individual a partir dos papeis adquiridos, ou seja, quando há uma valorização de atributos a partir de esforços próprios (HELAL, 2015).

O autor citado acima argumenta que a visão da sociedade e das organizações modernas é a base para a teoria sociológica da modernização, e que os aspectos característicos da modernidade são resultados do processo de industrialização e urbanização. Para Santos (2016), embasada na literatura weberiana, a modernidade pode ser caracterizada por uma forma de agir diferenciada, guiada por um *ethos* ou uma ética muito específica, desviando da visão tradicional. Esse *ethos* está relacionado à noção de ação social.

A ação social pode ser determinada de quatro formas, dentre elas, a **ação racional referente a fins**, que são comportamentos que visam fins específicos, como o sucesso, e a **ação racional referente a valores**, que consiste na crença consciente do valor, seja ela ética, religiosa ou estética (WEBER, 2014). Considera-se, portanto, que a ética moderna se baseia na ação racional referente a fins e a valores, por acreditar que a modernidade está pautada numa forma de agir que visa objetivos externos ao indivíduo.

O *ethos* tradicional, por sua vez, se baseia na ação tradicional e afetiva. De acordo com Weber (2014, p.15), a ação tradicional:

> [...] encontra-se por completo no limite e muitas vezes além daquilo que se pode chamar, em geral, ação orientada "pelo sentido". Pois frequentemente não passa de uma reação surda a estímulos habituais que decorre na direção da atitude arraigada. A grande maioria das ações cotidianas habituais aproxima-se desse tipo, que se inclui na sistemática não apenas como

> caso-limite mas também porque a vinculação ao habitual pode ser mantida conscientemente, em diversos grau e sentidos [...]

Portanto, podemos destacar esses traços que criam raízes a partir de costumes e culturas de uma sociedade, de um povo ou de uma comunidade. Santos (2016) ressalta que, apesar de serem válidos para a compreensão da realidade social, a noção de moderno e tradicional, por meio dos tipos ideais weberianos de ação social, não se efetivam na prática, não havendo tipos puros essencialmente modernos e/ou tradicionais. Com isso em vista, a autora se ancora no conceito de hibridação de Canclini (2013) para a compreensão da realidade nordestina e agrestina.

Para Canclini (2013), falar sobre identidade, culturas, diferenças e desigualdades é falar da hibridação, que relaciona o moderno e o tradicional. Essa hibridação pode ajudar a compreender formas particulares de conflitos, geradas a partir da interculturalidade recente em meio à modernização da América Latina (CANCLINI, 2013).

Esse autor define hibridação por "processos socioculturais nos quais estruturas e práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas" (CANCLINI, 2013, p. 19). Com o resultado de processos migratórios turísticos, econômicos ou comunicacionais, foi possível observar que a hibridação surgiu da criatividade individual e coletiva. A partir desse processo, busca-se reconverter um patrimônio para poder reinseri-lo em condições de produções e de mercado distintas, fazendo surgir os processos híbridos (CANCLINI, 2013).

Canclini (2013) deixa claro que o que importa, de fato, são os processos de hibridações, e que nós podemos entrar e sair da modernidade, bem como entrar e sair da hibridez. Esse conceito permite pensar que a modernidade acontece nos cruzamentos socioculturais, nos quais o moderno e o tradicional se mesclam. A América Latina, assim, é vista como uma articulação complexa de tradições e modernidades, na qual cada lugar concebe várias formas de desenvolvimento (CANCLINI, 2013).

A globalização e a internacionalização dos negócios possuem importante papel nos processos de hibridação, pois promovem heterogeneidades e mesclas culturais translocais. Desse modo, os processos de globalização e os processos híbridos acontecem simultaneamente, promovendo a justaposição (e não substituição) de sistemas de valores nacionais e internacionais, aparentemente antagônicos, fazendo surgir formações sociais e organizacionais fragmentadas e múltiplas (CHU; WOOD JR., 2008).

Apesar de mais evidente nos dias atuais, os processos de internacionalização já acontecem há anos, promovendo processos de hibridação diversos. A própria formação histórica brasileira foi marcada pelo confronto entre a modernização europeia e o sistema patriarcal vigente no Brasil colônia, que gerou processos híbridos muitas vezes excludentes, como a subvalorização dos mulatos, por exemplo (SOUZA, 2000). A formação do Nordeste brasileiro também foi marcada por mesclas entre aquilo que vinha do sul do país (tido como desenvolvido) com aquilo que era tido como atrasado e subdesenvolvido (ALBUQUERQUE JR., 2011), gerando processos particulares e híbridos.

Na região estudada, o Agreste de Pernambuco, a globalização e internacionalização se mostram fundamentais para compreensão dos processos híbridos na atualidade. Algumas características dos processos híbridos existentes na região são discutidas por Almeida Pereira (2017). A autora traz características do perfil empresarial híbrido em um estudo com donos de negócios, realizado em uma das cidades do Polo de Confecções, Toritama. Caracterizam esses perfis empresariais híbridos os laços sociais e de parentesco com os fabricos e facções do jeans; a existência de adaptações ao maquinário como a construção de "engenhocas"; problemas de ajuste da gestão das empresas em relação à consultoria do SEBRAE; apoio parcial ao padrão moderno com a presença do improviso na gestão das atividades informais e trabalhadores sem carteira de trabalho; centralização da gestão e atividades nas mãos do dono; além da confecção de marca genérica com criação de modelos e/ou a cópia dos modelos de roupas e dos lavados (no caso do jeans) (ALMEIDA PEREIRA, 2017).

Pereira e Véras de Oliveira (2013) também observam, em seu estudo, a existência de várias imbricações no Polo de Confecções do Agreste, que caracterizam essa realidade híbrida, tais como a dinâmica de sobrevivência e a lógica de acumulação existentes nos negócios; as relações sociais marcadas por conflitos, disputas e concorrências (provenientes de uma lógica racionalizadora) convivendo com relações familiares de cooperação, interações pessoalizadas, laços de amizade (provenientes de redes de solidariedade); práticas visivelmente informais convivendo com as atuais inovações técnicas, organizacionais e de infraestrutura.

Essa dinâmica marcada por hibridismos, existente no Polo de Confecções do Agreste (que envolve, por exemplo, pensar falsificações a partir de ressignificação dos conceitos de propriedade e indivíduo, que define as regras de produção na chamada globalização popular; pensar nos circuitos dos

sacoleiros[3] como principais mecanismos de distribuição; pensar nos insumos e saídas formais e informais como elementos constitutivos da dinâmica produtiva das unidades dessa localidade), aponta para a compreensão de formas de articulação entre diferentes produções e comercializações, ou seja, para outra geografia econômica em movimento e em transformação, onde as hegemonias econômicas e políticas são redesenhadas e onde o desenvolvimento social e cultural é alterado por novas possibilidades de ganhar a vida e por apropriações simbólicas particulares (RABOSSI, 2008).

Essas ressignificações, apropriações e justaposições, entretanto, não são isentas de conflitos. Como afirmam Pereira e Veras de Oliveira (2013), é possível observar que:

> [...] processos de diferenciação vêm se estabelecendo, com cada vez mais consequências [...] sabe-se que os ritmos e condições de trabalho não incidem sobre os agentes locais do mesmo jeito, na medida em que a composição social local apresenta já pronunciados, embora fluidos e imbricados, processos de estratificação, a partir de distinções originadas das posições assimétricas ocupadas por: costureiras de diversas especialidades, designers de moda, modelistas, cortadores de tecidos, estampadores e auxiliares diversos de produção, encarregados das atividades de acabamento, donos de fabricos e de facções, vendedores e representantes comerciais, donos das lojas atacadistas de tecidos, de aviamentos e de máquinas de costura, entre outros agentes produtivos, comerciais e de serviços. De modo mais pronunciado, vem se estabelecendo uma diferenciação entre, de um lado, os que lutam cotidianamente pela sobrevivência [...] e, de outro lado, os que, em uma linha para além desta (os mais bem-sucedidos), já conseguiram se estabelecer como um micro, pequeno ou médio empresário, passando a orientar-se não mais pela dinâmica da sobrevivência, mas por uma lógica de acumulação.

Importante destacar as condições de trabalho precárias vivenciadas por alguns dos segmentos menos favorecidos que compõem essa dinâmica, como os trabalhadores das lavanderias de beneficiamento de jeans, estudados por Almeida Pereira (2017), que lidam com situações de alta periculosidade, por manusearem produtos químicos na lavagem do jeans, muitas vezes sequer sem proteção mínima.

3. Sacoleiros são agentes responsáveis por vender, nos dias de feira, as confecções produzidas nas cidades do Agreste. Eles(as) não possuem bancos, boxes ou lojas fixas, e geralmente carregam grandes sacolas ou carrinhos de mão com a mercadoria a ser comercializada.

Essas diferenciações e estratificações estabelecidas entre os agentes que compõem o cenário do Polo de Confecções do Agreste têm se tornado cada vez mais profundas a partir de ações modernizadoras, por vezes impostas sem considerar a cultura local, e se apresentam mais duras para os trabalhadores feirantes. Sobre esse ponto, Véras de Oliveira (2013) afirma que as ações de modernização, sobretudo a criação de *shopping centers* de vestuário, que visam reestruturar, reorganizar e disciplinar a feira, são legitimadas socialmente pelo discurso racional-moderno. Entretanto, tais ações submetem o feirante a rigoroso recadastramento, e a ação permanente de fiscalização e controle de seus espaços, gerando tensões.

A seguir, os procedimentos e resultados da pesquisa serão detalhados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, pois busca se debruçar sobre um fenômeno que tem sido pouco abordado pela literatura de administração, nomeadamente, as imbricações entre modernidade e tradição nas atividades de confecções desenvolvidas no contexto periférico do Agreste de Pernambuco.

Foram realizadas entrevistas com pessoas que possuem, atualmente, empreendimentos de confecções no Moda Center Santa Cruz, mas que trabalharam ou obtiveram algum banco de feira nas ruas de Santa Cruz do Capibaribe antes da criação do centro de compras. Desse modo, para obter as respostas necessárias ao problema de pesquisa proposto, fizemos uso de entrevistas individuais semi-estruturadas (GIL, 2002) com 11 donos de boxes do Moda Center Santa Cruz, entre os meses de março e maio de 2017. As entrevistas ocorreram nas respectivas casas dos entrevistados, e tiveram durações diversas, entre onze e trinta e cinco minutos.

Para a análise de conteúdo, utilizamos a abordagem de Bardin (2011), construindo categorias a partir do tratamento das entrevistas transcritas. As categorias foram: Perfil dos entrevistados; Caracterização da antiga feira de rua; Dinâmica do Moda Center Santa Cruz; Percepção sobre o Moda Center Santa Cruz; Modernização no Moda Center Santa Cruz; Elementos tradicionais persistentes.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados 7 (sete) homens e 4 (quatro) mulheres com idade entre 33 (trinta e três) e 70 (setenta) anos. Em relação à idade que

começaram a confeccionar, obteve-se uma variação de 10 (dez) e 24 (vinte e quatro) anos, muitas vezes por necessidade, fazendo roupas para si mesmo, ou para os filhos, e geralmente copiando de alguém que já confeccionava, como é possível observar nas falas a seguir:

> Como eu era um pouco curiosa em relação à costura ai minha mãe tinha prima que fazia roupas boas e davam pra gente, ai eu pegava o vestido, recortava e ajustava pra o meu corpo, foi por ai que a gente começou, que começou a despertar em mim esse interesse de trabalhar. [*sic*] (Entrevistado 7)

> Porque eu já estava grávida do meu segundo filho, e não tinha como eu trabalhar fora, ai a minha sogra que já era costureira e já fabricava, ela me ensinou a costurar e ai eu comecei. [*sic*] (Entrevistada 9)

No que se refere ao nível do grau de escolaridade, 9 (nove) entrevistados possuem ensino médio completo, 01 (uma) entrevistada possui médio incompleto, 01 (uma) entrevistada possui fundamental incompleto, e nenhum entrevistado possui algum nível superior. Como mencionado pela Entrevistada 2, os comerciantes locais não veem a formação escolar formal (principalmente a superior) como um critério para se atuar na atividade de comércio: "E quem puder estudar, estude e quem não, vá pra feira de Santa Cruz, arrume um banco e vá pra feira". (Entrevistada 2)

Em relação ao perfil profissional, quatro (4) se consideraram faccionistas, quatro (4) confeccionistas, dois (2) consignados, e um (1) trabalha na administração do Moda Center Santa Cruz. É possível perceber, através das falas dos entrevistados, que os faccionistas ajudam na complementação das etapas de produção dos confeccionistas e utilizam como principal mão de obra as costureiras, que podem estar localizadas em zonas rurais ou nas cidade das fábricas, e podem ser remuneradas por dia de trabalho ou por peça produzida (LIRA, 2011).

Alguns faccionistas entregam a mercadoria pronta para a pessoa que pediu para fabricar suas peças, ou então realizam a costura e tiram as pontas de linha da peça e da parte do acabamento. Para ver a qualidade das peças, os confeccionistas as trazem de volta para suas casas e/ou fábricas e junto às pessoas que trabalham consigo, avaliam as peças. Caso haja um defeito ou problema, a peça volta para a facção, para que o erro seja consertado. Parte da finalização das peças, como dobrar, embolsar e etiquetar, é feita pelos confeccionistas.

Nos casos dos confeccionistas, as principais atividades observadas entre os entrevistados foram: a compra de tecido, a modelagem das peças, o corte do tecido, a costura, o acabamento das peças, a embalagem, o estoque, a separação dos produtos para destinar aos seus respectivos pontos de venda, a arrumação dos boxes e/ou lojas. Em alguns fabricos, geralmente os que são familiares, é comum que não haja a divisão de tarefas, ficando a cargo do próprio confeccionista e seus filhos realizarem todas as atividades. Já entre os confeccionistas que possuem fábricas, existe a divisão de tarefas ao longo de toda a cadeia produtiva, tendo como etapa final a embalagem, que é quando a mercadoria é separada para as feiras e levada para os boxes, para ser disposta em manequins e guardada com as demais, no caso do Moda Center Santa Cruz. É o caso do Entrevistado 5, dono de uma fábrica com vários funcionários que, por meio de divisão de tarefas, como a compra do tecido, a costura, o corte e embalagem, segmentou a confecção dos produtos em setores como o de estoque, produção, acabamento e vendas. Esse último setor destina as peças para suas respectivas lojas.

É importante destacar que a maioria dos entrevistados nesta pesquisa são donos de negócios, seja atuando como confeccionistas e/ou faccionistas. Ou seja, eles possuem uma compreensão muito específica sobre o Moda Center Santa Cruz, que se diferencia da percepção de outros atores que também atuam no Polo de Confecções do Agreste, como as costureiras e encarregados de acabamentos que atuam em facções, cujas condições de trabalho são, por vezes, mais precárias, como abordam os trabalhos de Pereira e Véras de Oliveira (2013) e Almeida Pereira (2017).

Foram identificadas no perfil dos atores locais, a partir das entrevistas, pessoas que trabalham como consignados, como podemos ver na fala abaixo.

> Algum fabricante vai ceder a mercadoria pra você por um tempo e você quando chegar ao final daquele tempo, você vai prestar conta com ele só do que vendeu, o que você não vendeu, você devolve pra ele ou então se fizerem um novo acordo, continua com a mercadoria mais um tempo que possa vender novamente e prestar conta. Esse tipo de confiança nesse caso parte principalmente de duas pessoas que tem uma amizade ou então pelo menos por uma boa relação ou até a confiança do fabricante no caso se não tiver uma relação próxima, começa com uma quantidade pequena de mercadoria e quem pegar presta conta toda vez ao final do prazo de tudo que vendeu sem ficar deixando pra prestar conta de tudo mais um tempo

> a frente. No caso é, terminou o prazo, prestar conta sem ficar prestando conta tipo pela metade ou só de alguma parte [...] [*sic*] (Entrevistado 10).

Não encontramos na literatura autores que discutissem sobre o perfil consignado. Entretanto, podemos encontra-los no Moda Center Santa Cruz, como é evidenciado em campo. Podem ser pessoas que trabalham nos boxes ou em lojas que vendem em varejo ou atacado e apenas pagam ao confeccionista no final da feira, quando recebem o dinheiro dos clientes e acabam acertando com quem forneceu a mercadoria. Em relação ao consignado, não foi possível encontrar pessoas que antes trabalhassem na feira de rua, pois o retorno financeiro na antiga feira de rua era muito pouco, e essa atividade existia em menor número, de acordo com os entrevistados. Geralmente, essa atividade é uma renda extra, e além disso, na relação de negócios entre consignados e confeccionistas, é possível perceber que a confiança é fundamental, já que eles têm que confiar bastante na palavra um do outro.

A partir das informações levantadas, consideramos que a atividade do consignado surge a partir da tentativa de modernização da feira da sulanca. Entretanto, dada a sua relação de confiança com os confeccionistas, não é possível dizer que sua ação é moderna, pois carrega consigo velhos hábitos feirantes. Logo, entendemos que o consignado é uma figura híbrida que compõe o espaço também híbrido do Moda Center Santa Cruz, espaço que será melhor caracterizado adiante.

Os entrevistados mencionaram ainda os motivos pelos quais trabalharam na feira, nos mostrando as diversas motivações que os levaram até ali. No caso do Entrevistado 3, ele menciona o trabalho da feira como uma "sobra" para quem não concluiu os estudos:

> [...] por falta de opção porque estudei pouco, não foi por falta de incentivos porque eu tenho mais três irmãos e todos três hoje são formados em professores, com curso superior [...] meus pais incentivavam muito, mas eu que não queria e optei por fabricar, e hoje eu me arrependo de só ter perdido pra o comercio e não ter estudado. [*sic*] (Entrevistado 3)

A partir da fala desse entrevistado, é possível observar mais uma vez a desvinculação existente entre estudos formais e a atividade com confecções, conforme apontado no início dessa discussão. Em relação à fala do Entrevistado 8, é possível perceber a presença dessa atividade desde criança na vida dos feirantes:

> Porque como eu fui desde criança criado nesse trabalho, não vi outra opção para mim. E acho até que no polo da gente aqui, essa confecção é o primeiro lugar. Já tive, mas hoje não, pois não me acho capacitado para outra área. Não entendo muito, então nem arrisco. [*sic*] (Entrevistado 8)

Conforme já mencionado por Sá (2011), os costumes e a troca de aprendizados entre as gerações proporcionam que a atividade comercial perdure por décadas na região, como o caso do Entrevistado 8, que enfatiza que sempre foi criado nesse meio. Visto que os indivíduos têm seu primeiro contato com a confecção já bem cedo, como citado acima, as crianças acabam crescendo dentro de um contexto de confecções, vendo seus pais trabalhando nos negócios e, dessa forma, obtendo incentivos com os negócios da família, ou mesmo sendo induzidas abrir seu próprio negócio já na adolescência (COSTA, 2012).

Tal fato fica claro também na fala da Entrevistada 7:

> [...] eu comecei já a ter interesse pela costura quando criança ainda morando no sitio, minha tia começou aqui comprando retalhos para fazer coberta, ela ia para o sul com o esposo e vendia lá, então eu comecei emendando tirinha de tecidos e fazendo cobertas. Com o passar do tempo ela comprou retalhos maiores, e começou a fazer shortzinho com emenda já pra fazer pra vender porque era uma situação muito diferente do contexto que se vive hoje, eram pessoas bastante carentes as pessoas que compravam esse produto e as pessoas que também produziam, que tinham um poder aquisitivo pequeno que não se tinha a condição de comprar bem o tecido, isso foi bem no início. [*sic*] (Entrevistado 7)

Nessa fala, é possível observar a origem rural da feira, discutida por Burnett (2014) e Xavier (2006). Na fala da Entrevistada 5, é possível observar como se deu a origem da sulanca, em termos dos produtos elaborados à época: "Depois eu entrei na confecção que fui começar como propriamente se diz, sulanca, que é nossa confecção, fazendo as milongas que eram os calçãozinho emendado [risos]". [*sic*] (Entrevistado 5)

Burnett (2014) denomina **sulanca** todo produto genérico que se fabricava na região do Agreste, aos quais a entrevistada se refere como "milongas", peças costuradas a partir de vários retalhos para serem vendidas nas feiras de rua.

Na próxima seção, discutiremos melhor a transição da feira para o Moda Center Santa Cruz, e sua dinâmica atual.

A FEIRA DE RUA E O MODA CENTER SANTA CRUZ

Como discutido até o momento, a feira de rua era a principal atividade dos atores que atualmente trabalham no Moda Center Santa Cruz. Os confeccionistas e faccionistas, de forma geral, caracterizaram a antiga feira de rua negativamente no que diz respeito à infraestrutura, condições físicas, ao ambiente, à alimentação etc. De acordo com as entrevistas:

> Hum, é [riso] na realidade eu gostava e eu acho que foi bom ter passado, era muito difícil, porque aqui a gente não tinha as mínimas condições para trabalhar, você não tinha um banheiro, é [...] era céu aberto você trabalhava com chuva e sol, tinha o risco de ser assaltado, resumindo era um caos, mas assim, foi aonde eu comecei e acredito que foi como uma escola muito boa, pra mim como comerciante. [*sic*] (Entrevistado 4)

> A questão da segurança, questão de banheiro, questão de alimentação que não tinha. Não tinha um negócio organizado como tem no Moda Center. Hoje eu sofro isso em Caruaru, porque Caruaru é totalmente desorganizado comparado com aqui. Questão de estacionamento, não tinha, a questão dos carroceiros serem todos cadastrados que não tinha antes, e querendo ou não, não deixa de ser uma segurança a mais pra gente. E até o conforto pros clientes que vem de fora, pros motoristas dos ônibus a agonia que era antes dentro dessa cidade quando chegava a época das feiras boas, aí hoje tem um estacionamento daquele tamanho, hotel ali do lado pros clientes. Tudo isso beneficiou para cidade. O que era ruim também era o espaço pro pessoal andar, o espaço pros carroceiros, aquelas ruas e calçamento irregular. Digo isso porque vejo em Caruaru o sofrimento, você vê aquelas senhorinhas puxando aqueles carrinhos, um piso com um palmo, outro no chão e aquela desorganização toda. [*sic*] (Entrevistado 8)

Nas falas, o descontentamento com a feira de rua é comum entre os entrevistados, mas o Entrevistado 4 não esquece de mencionar as suas origens enquanto comerciante, frisando a importância da feira para seu desenvolvimento. Como mencionado por Sá (2011), a feira aparece como uma origem comum aos comerciantes do Agreste das confecções. Sendo assim, mesmo que o Moda Center Santa Cruz tenha melhorado as condições do comércio de confecções na cidade, de acordo com os entrevistados, em algum momento, todos os atores locais passaram pela vital experiência da feira de rua, e por isso a valorizam.

No caso do Entrevistado 8, além dele ter boxe no Moda Center Santa Cruz, ele ainda trabalha na feira de Caruaru e menciona a desorganização da mesma, comparando-a com o Moda Center Santa Cruz. Observa-se, portanto, que a feira da sulanca possui dinâmicas diferentes nas diferentes cidades onde acontece, apesar da similaridade dos produtos e dos compradores.

Os Entrevistados 4, 6 e 8 reclamam das condições de higiene da feira, sendo ela muito pouca, tanto para os feirantes como para os compradores. Também mencionam a interferência das condições climáticas, a falta de segurança e a ausência de estacionamentos.

Houve divergência no que diz respeito ao sucesso do Moda Center Santa Cruz: alguns acreditaram no empreendimento, outros não. Vejamos a fala a seguir:

> Eu não acreditava no Moda Center, porque todos os dias eu passava por lá e só via uma pessoa só trabalhando, então como era que ia se construir o Moda Center com um funcionário. Por isso que não comprei no início que custava, se eu não me engano, mil e quinhentos reais, ai eu não comprei, comprei mais caro por cinco mil reais. Hoje se eu pudesse, eu investiria. [*sic*] (Entrevistado 3)

Logo, percebe-se que não existiam certezas sobre o Moda Center Santa Cruz, e que investir naquele local era um risco para os feirantes. Entretanto, com o tempo, o discurso de modernização do empreendimento trouxe certa legitimação social para sua inserção na cidade (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Como informado pelo Entrevistado 5, uma instituição essencialmente moderna, o Banco do Brasil, promoveu facilidades para a obtenção de boxes e lojas, a partir de financiamentos. Dessa forma, o banco abriu oportunidades para quem quisesse comprar mais de um boxe ou lojas. Mesmo aqueles que não adquiriram nenhum tipo de boxe ou loja tiveram que mudar-se para o antigo poeirão, atualmente chamado de calçadão Miguel Arraes, que fica localizado atrás do Moda Center Santa Cruz e tem as mesmas condições de infraestrutura que a feira de rua de outrora.

O Entrevistado 8 menciona a valorização dos boxes, lojas e restaurantes do Moda Center Santa Cruz, que se deu com o passar do tempo. Enquanto na época do lançamento um boxe custava quinhentos reais (R$500,00), no ano de dois mil e catorze (2014) o valor aumentou para quase noventa mil reais (R$90.000,00), segundo o entrevistado.

Para caracterizar a dinâmica do Moda Center, vários fatores, mencionados pelos entrevistados, nos ajudam a compreender esse espaço. Em primeiro lugar, os condôminos do Moda Center Santa Cruz, ou seja, todos aqueles que possuem loja ou boxe dentro do empreendimento, pagam taxas por ele e precisam participar das reuniões de condomínio e opinar sobre os assuntos tratados nas mesmas. Apesar disso, muitos não participam das reuniões, como diz o Entrevistado 5:

> As reuniões precisavam ter muito mais pessoas, porque foi como eu falei no início, eles não dão valor ao que é seu, se a gente quisesse era pra tá melhor ainda, se todo mundo unisse mesmo, o Moda Center hoje estaria melhor do que é, porque ele já e muito bom, mas estaria melhor do que é. [*sic*] (Entrevistado 5)

Um dos pontos recorrentemente mencionados pelos condôminos do Moda Center Santa Cruz é a importância da aprendizagem oral de geração para geração, bem como a confiança entre feirante e cliente e também entre os próprios feirantes, ou seja, a existência de laços de amizades entre eles – questões já destacadas por Pereira e Véras de Oliveira (2013).

Em relação à confiança entre os feirantes, e entre feirante e cliente, é possível observar os seguintes relatos:

> Outro ponto importante que tem na feira lá, no calçadão, é que você esquece uma mercadoria no banco e você não acerta a rua e o boxe de volta, então você não acha mais. Ai o dono do boxe vai lá anunceia [sic] a freguesa que comprou tantas peças, diz o tipo da peça, por favor compareça aqui na rua tal, setor tal [...] venha buscar sua mercadoria que está aqui guardada. Isso e muito importante pra o freguês que vem comprar aqui, que vem de fora, a confiança que tem né? [*sic*] (Entrevistado 1)

> [na feira] Tinha aquela questão da honestidade, eu tinha muito cliente de caderno, não era cliente de cheque, era cliente de caderno. Chegava, comprava com oito dias 'olha de hoje a oito eu venho e passo, quando não vim de oito venho de quinze'. Nesse período, eles vinham pagavam e compravam mais, eles eram certos. Aquela questão, a palavra que valia mais do que o dinheiro, né o pessoal tinha aquela confiança. [...] Hoje eu encontrei com cliente em Caruaru de Nazaré da Mata. Eles eram clientes de mamãe desde os anos 80 e comprava no caderno, era o pessoal de Nazaré da Mata muito certo e hoje encontro elas em Caruaru. [*sic*] (Entrevistado 3)

> [...] porque eu te dou um documento, que um cheque é documento, né? E ele volta. Na cadernetinha quem vai cumprir? Se no cheque tá ali a tua assinatura, teus dados, cadernetinha não tem [...]. Luisa você me deve, como eu vou provar que você me deve? E naquele tempo as pessoas tinham confiança e eram mais sérias. [*sic*] (Entrevistado 3)

Apesar dessa confiança ainda existir no Moda Center em relação a quem compra e quem vende, nas falas é possível perceber que antigamente ela era mais forte no contexto da feira de rua, e que hoje se dá mais valor ao documento, que no caso é o cheque, do que às simples anotações em um caderno.

Em relação à aprendizagem da atividade de comércio, alguns autores mencionam a importância dos predecessores que ajudaram as novas gerações a seguirem o mesmo caminho das gerações passadas, como Costa (2012) e Sá (2011) já discutiram. É possível observar essa questão na fala da Entrevistada 2: "Santa Cruz é assim, é uma coisa que vem assim, passando de mãe, de pais pra filhos, de filhos para os netos né?" [*sic*]. As relações de amizade existentes entre os feirantes no Moda Center ficam claras na seguinte fala: "na semana que eu não vou o pessoal fica preocupado porque eu não to lá, não é nem os clientes, é o pessoal do boxe vizinho do meu". [*sic*] (Entrevistado 1)

O Moda Center Santa Cruz é atualmente percebido de forma positiva, contrastando com a visão que os feirantes possuíam sobre a feira de rua, como é possível observar nos depoimentos a seguir:

> Segurança, praça de alimentação, banheiro, área coberta, sem falar que deu uma visibilidade, teve como a gente dar uma visibilidade pra marca. O Moda Center ficou muito conhecido e hoje é conhecido no Brasil inteiro e aumentou muito a quantidade de fluxos de clientes, com relação de quando era aqui no centro. Paralelamente a isso nós crescemos juntos com o Moda Center. Começamos a divulgar a marca e tornar ela mais conhecida. O Moda Center hoje, não só pra nossa cidade, é um orgulho, mas como é um orgulho pra região, não só pra o polo de confecção mas pra Pernambuco. Eu viajo muito pra São Paulo, Fortaleza e não vejo em canto nenhum empreendimento desse porte. O Moda Center hoje é modelo pra o Brasil inteiro. [*sic*] (Entrevistado 4)

> Eu achava desconfortante e de certa forma humilhante porque eu sentia um desprezo, uma falta de respeito e consideração da classe política para com os trabalhadores porque você estava ali sentada em cima de um banco no plástico quente cozinhando seu juízo, quando chovia derramava água, você tinha que tá tirando seu material das laterais onde tava exposto pra

> não molhar, quando chovia você levava chuva, quando fazia sol cozinhava seu juízo e muitas vezes a gente até perdia produto porque caia na lama e depois não prestava mais. Foi mais ou menos isso a minha experiência eu considero isso. [*sic*] (Entrevistado 7)

A questão do reconhecimento do Moda Center no território brasileiro e internacional e a sua proporção, considerada maior que outros polos de compras em outras cidades reconhecidas como São Paulo e Fortaleza, é algo que se apresenta recorrentemente nas falas dos entrevistados, bem como o fato de todas as classes sociais serem beneficiadas com o Moda Center – afirmação que pode ser problematizada, tendo em vista as diferentes condições de trabalho existentes entre os diferentes atores locais, como discutido por Pereira e Véras de Oliveira (2013). Além disso, os atores locais se sentem orgulhosos e parecem ter satisfação em trabalhar no Moda Center com a sua marca, dadas essas vantagens que o local oferece.

Em relação à fala da Entrevistada 7, é interessante notar que ela utiliza o termo humilhação para designar as condições das pessoas que trabalhavam na antiga feira de rua, pois ela observava o desprezo e desconsideração do poder público com a população que trabalhava naquele local. Aparentemente, esse desprezo e desconsideração com os trabalhadores não ocorre mais no Moda Center, de acordo com sua fala. Ainda na fala da Entrevistada 7, é possível observar o recurso à fé cristã, recorrente também nas falas de outros entrevistados, que evidencia, em certa medida, o sistema de crenças que se faz presente para muitos dos feirantes que se encontram no Moda Center Santa Cruz.

Por meio das falas dos entrevistados, é possível observar a importância dada pelos atores locais a essa nova estrutura comercial, o Moda Center Santa Cruz, por valorizar os produtos ali comercializados. Essa valorização faz com que os clientes atribuam maior importância à qualidade do produto, e não ao baixo preço, como, segundo os entrevistados, era comum na feira de rua.

Esse movimento de valorização dos produtos comercializados pelos antigos feirantes está em consonância com o aumento pela busca de qualidade e outras questões modernas que vem sendo inseridas na lógica de comercialização de confecções, conforme discute Pereira e Véras de Oliveira (2013), Véras de Oliveira (2013) e Almeida-Pereira (2017), desenvolvendo uma dinâmica formal-informal sem precedentes no Agreste das Confecções.

Mesmo com essa ascensão da busca por qualidade, entendida aqui como um elemento moderno proporcionado com o Moda Center Santa Cruz,

ainda existem alguns preconceitos em relação às peças do empreendimento em questão. Isso fica claro na fala a seguir:

> Eu fui uma vez pra o Ceará e uma sacoleira, eu conversando com ela lá, ela disse: olhe eu vendo essa mercadoria de lá de Santa Cruz, só que eu digo ao pessoal daqui que é de Fortaleza e São Paulo porque eles pensam que em Santa Cruz não tem nada que preste e a gente tem que tirar isso da cabeça do povo, eles pensam que aqui é tudo de graça, que só tem essas coisas rasgada, que só tem produto de baixa qualidade e a gente tem que mostrar que Santa Cruz hoje tem um produto de alta qualidade, existe as coisas popular que tem, como em São Paulo, como existe em Goiânia, Fortaleza, qualquer lugar de qualquer região, mas hoje Santa Cruz, Toritama, Caruaru, o polo em si tem um produto pra brigar de igual pra igual com qualquer produto do Brasil. [*sic*] (Entrevistado 4)

Portanto, compreendemos que mesmo que noções modernas estejam ganhando espaço na forma de comercialização dos produtos, essa modernização ainda é repleta de contradições, dada a origem social, histórica e cultural do comércio na região de Santa Cruz do Capibaribe e do Agreste de Pernambuco em geral. Esse preconceito em relação aos produtos comercializados no Moda Center, um espaço aparentemente moderno, dada sua infraestrutura, é um bom exemplo dessas contradições modernas.

Outro ponto entendido como um elemento moderno na dinâmica do Moda Center Santa Cruz diz respeito ao atendimento aos clientes. A estrutura do empreendimento permite um melhor atendimento, conforme menciona o Entrevistado 7: "O conforto que a gente também pode oferecer para o cliente que vem naquele sol quente entra lá, escolhe seu produto em lugar confortável, isso pra mim é satisfatório" [*sic*] (Entrevistado 7).

Ainda sobre essa questão, existe uma compreensão sobre a necessidade de divulgação dos produtos para aumento de cartela de clientes, mas também da importância de levar os clientes até o local onde o produto é comercializado, tal como reforçam princípios do marketing, como observado na fala a seguir:

> A casa tá arrumada como se diz, só que a gente tem que divulgar pra conquistar novos clientes, até porque hoje, a ferramenta, o celular, o *whatsapp* eu acredito que tá tirando muitos clientes pela comodidade, o pessoal não quer mais viajar, eles fazem o pedido pelo celular e manda pela transportadora

> e ele compra na comodidade do sofá, do seu escritório, da sua loja e não precisa se arriscar. [*sic*] (Entrevistado 4)

Ao mencionar o aplicativo *whatsapp*, o entrevistado menciona mais uma contradição da modernidade: uma tecnologia que traz benefícios para estreitar a relação entre o comerciante e o cliente, mas ao mesmo tempo pode distanciá-los, dado que a interação presencial é fundamental para os comerciantes manterem seus clientes.

Em relação aos pontos a serem melhorados, de acordo com os condôminos entrevistados, destacam-se a falta de transparências em relação ao destino dado ao dinheiro pago pelos condôminos à administração (Entrevistado 3), e o marketing do Moda Center, que poderia melhorar a divulgação (Entrevistados 4 e 7). Também foi possível observar em uma das falas dos entrevistados que os condôminos não participam ativamente das assembleias e reuniões, o que dificulta a tomada de decisões para a administração do Moda Center Santa Cruz. Para o Entrevistado 5, se cada uma fizesse a sua parte participando mais e mencionando suas opiniões acerca das aprovações dos projetos, a situação do Moda Center Santa Cruz poderia melhorar.

Na próxima seção, abordaremos especificamente os fatores modernos e tradicionais que compõem o Moda Center Santa Cruz e os aspectos que o caracterizam como um espaço híbrido.

O MODERNO, O TRADICIONAL E O HÍBRIDO NO MODA CENTER SANTA CRUZ

Ao longo da discussão empreendida até aqui, percebemos a existência de diversos fatores modernos existentes no Moda Center Santa Cruz que o diferenciam da feira de rua, onde os comerciantes entrevistados (exceto os consignados) desenvolviam suas atividades. Os entrevistados mencionaram as questões referentes à infraestrutura do empreendimento (que envolve estacionamento, banheiros etc.), melhor atendimento ao cliente, qualidade dos produtos, uso de tecnologias para divulgar produtos e ampliar cartela de clientes, necessidade de uso do documento cheque, em vez do caderno, e o reconhecimento proporcionado pelo Moda Center em outros estados e países, ou seja, uma importância dada à internacionalização.

De acordo com a discussão teórica empreendida na primeira parte deste trabalho, entendemos por moderno aquilo que é realizado visando fins e objetivos, conforme o conceito de Weber (2014) sobre ação racional com base em fins e com base em valores. Os entrevistados, em sua maioria, são

os próprios donos de negócios, que já incorporaram um *ethos* racional, ou seja, seus comportamentos são orientados por um mundo exterior, buscando condições ou meios para desenvolverem seus próprios fins, como o sucesso.

Entretanto, percebemos também vários elementos tradicionais que compõem as relações existentes no Moda Center Santa Cruz. Nas entrevistas, foram relatados, por exemplo, a aprendizagem oral entre gerações e os laços de amizade existentes entre os donos de boxes. Desse modo, é possível perceber que o aprendizado das pessoas ainda se dá a partir de conhecimentos tradicionais vindos de pessoas próximas ou de familiares, aprendidos por meio de observação e de tentativas e erros, mantendo e reproduzindo costumes e crenças locais, conforme abordado por Sá (2011).

Compreendemos os elementos tradicionais a partir do conceito de Weber (2014) de ação social tradicional, caracterizados por costumes arraigados e repassados por transições entre gerações. Tais costumes têm como pressuposto as relações comunitárias, familiares e afetivas, que permitem a manutenção dos mesmos. Nesse caso, em relação aos laços de amizade entre os donos dos boxes, é possível perceber uma relação afetiva entre ambos, que muitas vezes compartilham suas experiências de vida e também passam várias horas juntos.

Apesar de Helal (2015) dizer que a modernização é compreendida por seus teóricos como a perda da importância das características passadas da família e de origem social, prevalecendo assim uma valorização de atributos a partir do esforço próprio, no caso do Moda Center Santa Cruz, a modernização existe em vários aspectos, mas as características da origem social da feira não se dissiparam e ainda ditam muitas das regras da dinâmica do comércio ali estabelecida, como é o caso da confiança entre confeccionistas e consignados, e entre comerciantes e clientes.

Portanto, observando esses elementos tradicionais existentes, mantidos mesmo em meio à ascensão dos elementos modernos observados, podemos entender como se produzem as hibridações e caracterizar o Moda Center Santa Cruz como um espaço híbrido, no qual processos híbridos se desenrolam, permeados de conflitos e relações de poder desiguais entre os diferentes agentes que o constituem.

A venda realizada pelos consignados é uma interessante faceta desse hibridismo, visto que tal agente utiliza o espaço do Moda Center Santa Cruz e se volta aos consumidores daquele espaço, mas trabalha como uma espécie de "sacoleiro", característico da feira da sulanca (RABOSSI, 2008), distribuindo o produto feito por outra pessoa, o confeccionista, com quem mantém relações de amizade.

A desvinculação existente entre educação formal e as atividades de confecções também parecem ser um exemplo do hibridismo encontrado nesse contexto, visto que em um contexto moderno, a capacitação formal é primordial para o desenvolvimento profissional, o que não acontece no Polo de Confecções do Agreste. Pelo contrário, há forte crescimento da atividade de confecções desenvolvida na região, com crescimentos econômicos significativos (principalmente para os donos dos seus próprios negócios), mas sem exigência de educação ou capacitação formal. Pereira e Véras de Oliveira (2013) trazem uma discussão interessante sobre essa realidade, ao demonstrarem a ação do SENAI, que capacita costureiras através de cursos. Essas profissionais, entretanto, não são absorvidas pelo Polo de Confecções, uma vez que a prática de costura desenvolvida nesse contexto é diferente daquela ensinada nas capacitações.

A relação formal-informal/legal-ilegal, discutida por Rabossi (2008) também merece destaque. O processo produtivo pelo qual o produto passa até chegar a ser comercializado no Moda Center Santa Cruz passa por diferentes etapas e pelas mãos de diversos trabalhadores locais, que atuam em diferentes contextos de trabalho, considerados formais ou informais, legais ou ilegais pela lente racional/moderna. Entretanto, a noção de propriedade, conforme discute Rabossi (2008), é ressignificada em contextos onde ocorrem dinâmicas econômicas alternativas (em partes) à hegemônica, e a informalidade acaba tendo novos sentidos para os agentes locais, conforme discute Almeida Pereira (2017).

Apesar de ser um espaço com a proposta moderna dos *shopping centers,* característico dos processos de globalização, a dinâmica interna de organização do Moda Center também pode ser vista como um processo híbrido, tendo em vista que os condôminos não participam da tomada de decisões, apresentando uma característica presente no contexto agrestino, nomeadamente, pouco associativismo e participação coletiva. Desse modo, percebe-se que os processos de globalização caminham em paralelo aos processos híbridos, como afirmam Chu e Wood Jr. (2008).

Por fim, cabe destacar como esses processos possuem sentidos diversos, a depender do agente em questão e sua respectiva posição social. Os entrevistados da presente pesquisa foram, em sua maioria, donos dos seus negócios, que veem de forma positiva as mudanças advindas com a modernização que o Moda Center promoveu sobre a dinâmica comercial da cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

Entretanto, como discutido por Pereira e Véras de Oliveira (2013), existem estratificações entre os agentes atuantes no contexto do Polo de

Confecções do Agreste. Os donos dos seus negócios que atuam no Moda Center Santa Cruz estão, sem dúvidas, numa posição privilegiada nessa estratificação socialmente estabelecida. Eles incorporam mais facilmente o discurso moderno e o reproduzem, vendo na modernização uma espécie de salvação para os problemas locais. Entretanto, cabe questionar: quais os impactos do advento de espaços como o Moda Center Santa Cruz para outros agentes locais com menor prestígio social?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão empreendida neste trabalho, podemos afirmar que apesar de compreendermos o Moda Center Santa Cruz como um resultado da busca por modernização da feira da sulanca na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, as rotinas de trabalho ali desenvolvidas mostram elementos tradicionais fortemente arraigados no comércio de confecções da antiga feira de rua, o que nos leva a entender o Moda Center como espaço híbrido. Por ser híbrido, nesse espaço se desenvolvem práticas modernas, mas também tradicionais, gerando formas de atuação próprias dos agentes que ali atuam.

Como elementos modernos, foi possível observar os incrementos na infraestrutura do local (que envolve estacionamento, banheiros etc.), a busca por melhor atendimento ao cliente e por qualidade dos produtos, o uso de tecnologias para divulgar produtos e ampliar cartela de clientes, necessidade de uso do documento cheque, em vez no caderno, e a importância dada à internacionalização do Moda Center Santa Cruz e ao fato de a atividade comercial da cidade poder concorrer em igualdade com outros polos de confecções no país. Como elementos tradicionais foram observados, por exemplo, recursos como a fé cristã que evidenciam, em certa medida, o sistema de crenças que se faz presente para muitos dos feirantes que se encontram no Moda Center Santa Cruz, a aprendizagem oral entre gerações, os laços de amizade existentes entre os donos de boxes, bem como a importância do elemento "confiança", que é a base da relação entre consignados e confeccionistas, por exemplo.

A partir disso, foi possível discutir a figura do consignado, a desvinculação existente entre educação formal e as atividades de confecções, a dinâmica formal-informal/legal-ilegal existente no processo produtivo dos bens comercializados no Moda Center Santa Cruz, bem como a organização do estabelecimento sem participação ativa dos condôminos, como alguns dos processos híbridos que mais se destacaram no desenvolvimento

da pesquisa, por mesclar elementos globais e locais, criando dinâmicas próprias do contexto estudado.

Por fim, é importante destacar que nesta pesquisa, nos voltamos para a percepção dos donos dos seus negócios e percebemos que no contexto do Polo de Confecções, mais especificamente no Moda Center Santa Cruz, o discurso moderno é incorporado por esses agentes. Entretanto, na prática dos negócios, processos híbridos surgem, dada a necessidade de adaptação à modernização. Estudos que se voltem à realidade de agentes em posições diferentes nessa dinâmica social podem apontar para outros processos híbridos relevantes existentes no Polo de Confecções do Agreste. Nesse sentido, como sugestão para futuras pesquisas, propomos estudos a partir das vozes de outros agentes que compõem o Polo de Confecções do Agreste e que ocupem posições diferenciadas, como trabalhadores de facções, de lavanderias, costureiras, vendedores do Calçadão Miguel Arraes etc., a fim de entender os processos híbridos sob outra perspectiva.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA-PEREIRA, A. M. B. **Dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas implicações nas relações de trabalho**. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Doutorado em Administração, Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Paraiba, João Pessoa, 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BURNETT, A. O "ponto de mutação" da Sulanca no Agreste de Pernambuco. **História Oral**, v.17, n.2, p. 153-171, 2014.

CAMPELLO, G. M. C. **A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe.** 1983. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CHU, R. A.; WOOD JR. T. Cultura organizacional brasileira pós-globalização: global ou local? **Revista de Administração Pública.** v. 42, n. 5, p. 969-91, 2008.

COSTA, F. M. **Trabalho e qualificação profissional no arranjo produtivo local de confecções do Agreste de Pernambuco**: a experiência de Toritama. 2012. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Mestrado em Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

HELAL, D. H. Mérito, Reprodução Social e Estratificação Social: apontamentos e contribuições para os estudos organizacionais**. Organizações & Sociedade.** Salvador, v. 22, n. 73, p. 251-267, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIRA, S. **Muito além das feiras da sulanca:** a produção de confecções no Agreste-PE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

PEREIRA, E.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Modos de atuação do SENAI no Polo de Confecções de Pernambuco: mudanças recentes e implicações recíprocas. *In:* VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M. A. (orgs.) **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

RABOSSI, F. En la ruta de las confecciones. **Revista Crítica em Desarrollo**, n. 2, p. 151-171, 2008.

SÁ, M. G. **Feirantes**. Quem são e como administram seus negócios. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

_____. **Os filhos da feira e o campo de negócios agreste**. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Doutorado em Sociologia, Universidade do Minho, Braga, 2015.

SANTOS, E. C. **Práticas e relações de trabalho da cultura popular no agreste pernambucano: entre o moderno e o tradicional**. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Doutorado em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SEBRAE. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste pernambucano, 2012.** Relatório Final. Recife, 2013. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf. Acesso em 12/11/2017.

_____. **Estudo de caracterização econômica do polo de confecções do agreste pernambucano.** Relatório final. Recife, 2003. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/poloconfec2003.pdf. Acesso em 12/11/2017.

SOUZA, J. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. *In:* VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M. A. (orgs.) **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

XAVIER, M. G. P. **O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária:** a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe. 2006. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Doutorado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

cadernos de ESTUDOS SOCIAIS

A revista Cadernos de Estudos Sociais é uma publicação semestral da Fundação Joaquim Nabuco. A proposta é de alternar edições de temas livres e dossiês temáticos, que serão definidos na medida em que surjam demandas consistentes no meio acadêmico, acolhendo textos escritos em português, inglês e espanhol, acompanhados de resumo, *abstract* e *resumen*, seguidos de três a cinco palavras-chave, *keywords* e *palabras clave*. A publicação será feita na língua original da submissão, podendo ser traduzido para o português caso o autor se responsabilize pela tradução.

O objetivo é divulgar artigos originais na área de ciências sociais, nos campos da educação, sociologia, ciência política, antropologia, economia, demografia, estatística e temas correlatos. A CES é uma revista aberta à colaboração de pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior. Sua linha editorial busca dar espaço para o debate de temas atuais da sociedade, seja através de discussões teórico-metodológicas, seja de resultados de pesquisas fundamentados teórica e metodologicamente, resenhas e notas de pesquisa. São bem recebidos trabalhos que tragam estudos comparativos entre o Brasil e outros países, em um diálogo inter e multidisciplinar entre os campos de conhecimento das ciências sociais. Por isso, a CES não é uma revista de caráter institucional, mas focada no debate social e cultural internacionalizado.

A edição poderá ser especial temática na íntegra ou compor um dossiê de uma edição regular. A revista tem versão em PDF (em processo de editoração) e impressa, em quantidade reduzida para reserva técnica.

O texto deve ser original. Em caso de trabalhos que tenham sido apresentados em congresso ou outros eventos acadêmicos, mas cuja relevância justifique a publicação, deve-se indicar o evento em que houve a apresentação no espaço apropriado no processo de submissão.

O trabalho não pode estar sendo avaliado para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".

O texto deve ter entre 15 e 25 laudas e o arquivo da submissão deve estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, seguindo as orientações na seção "Sobre" da revista.

Somente são aceitos trabalhos através de submissões *online*.

Somente serão aceitos artigos que atendam a todos os requisitos destas normas. A responsabilidade por revisão ortográfica e estilística, referenciamento e formatação do texto original de acordo com estas normas é de inteira responsabilidade do autor, assim como a legitimidade da autoria sobre o texto publicado.

Normas para publicação na Revista Caderno de Estudos Sociais

As normas seguem o padrão da ABNT 6022 e 6023. Os detalhes podem ser observados no site da revista – http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD. A não observância das normas para publicação pelos autores pode resultar na recusa do artigo sem avaliação do trabalho, podendo o autor reapresentá-lo após a sua adequação.

A responsabilidade pela revisão inicial, referenciamento e formatação do texto original de acordo com estas normas é de inteira responsabilidade dos autores. A inobservância das regras de português que redundem na inelegibilidade do conteúdo do trabalho consiste num dos critérios de recusa para publicação.

Os artigos são submetidos a pareceristas *ad hoc*, após prévia avaliação da Equipe Editorial. Os artigos podem ser aceitos, recusados ou aceitos após alterações, que serão sugeridas pelos pareceristas ao autor. Os nomes dos pareceristas e dos autores são mantidos em sigilo durante todo o processo. A qualidade da redação do trabalho pode ser motivo para recusa do texto sem avaliação do seu conteúdo. O trabalho será avaliado considerando-se os seguintes critérios:

a) Relevância do objeto;
b) Pertinência e consistência teórico-metodológica;
c) Qualidade da redação;
d) Clareza da argumentação;
e) Contribuição aos estudos na área de ciências sociais.

Para garantir a integridade da avaliação cega por pares para submissões à revista, devem-se tomar algumas providências para que a autoria

e a avaliação do texto não sejam reveladas. Para isso, autores, editores e avaliadores devem adotar as seguintes medidas:

1. Os autores do documento devem excluir do texto seus nomes, substituindo-os por "Autor" e o ano de publicação, em referências e ao longo de todo o trabalho, em vez de nomes de autores, título do artigo etc., que devem ser incluídos na área pertinente no item de submissões *online*;

2. Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento (no menu Arquivo > Propriedades), iniciando em Arquivo, no menu principal, e clicando na sequência: Arquivo > Salvar como... > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Opções de segurança... > Remover informações pessoais do arquivo ao salvar > OK > Salvar;

3. Em PDF, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, em Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat. Para submissões originárias, a revista prefere os formatos "doc" ou "rtf";

4. Em caso de coautoria, os nomes de todos os autores devem ser adicionados no momento da submissão. Caso alguns não estejam cadastrados na revista, é necessário que efetuem o cadastro para que possam ser notificados do processo de avaliação e incluídos como autores no caso de aceite e publicação do trabalho. É de inteira responsabilidade dos autores e coautores a inclusão dos seus nomes, com as respectivas titulações e vinculações institucionais, no sistema *online* da Cadernos de Estudos Sociais, devendo o autor responsável pela submissão responder legalmente no caso da não inclusão de todos os envolvidos na elaboração do texto.



Fundação Joaquim Nabuco

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

BRASIL GOVERNO FEDERAL